



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOIRA APARECIDA LEITE DE OLIVEIRA AMORIM MARTINS

**MULHERES, ENSINO SUPERIOR E
INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO (1970-2016)**

**CUIABÁ-MT
2023**

JOIRA APARECIDA LEITE DE OLIVEIRA AMORIM MARTINS

**MULHERES, ENSINO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (1970-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira

CUIABÁ-MT

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M386m Martins, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim.
Mulheres, ensino superior e internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2016) [recurso eletrônico] / Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 172 f., il. color., pdf). -- 2023.

Orientadora: Nilce Vieira Campos Ferreira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. História da Educação Feminina brasileira. 2. Mulheres e Internacionalização na UFMT. 3. Internacionalização do ensino superior. 4. Universidade Federal de Mato Grosso. I. Ferreira, Nilce Vieira Campos, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Mulheres, ensino superior e internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2016)".

AUTORA: DOUTORANDA Joíra Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins.

Tese defendida e aprovada em **29 de junho** de **2023**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Nilce Vieira Campos Ferreira (Presidente Banca / Orientadora)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. Doutor Alexandre Martins dos Anjos (Examinador Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. Doutora Irene Cristina de Mello (Examinadora Interna)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. Doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba (Examinadora Externa)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

5. Doutor Alejandro Ramon Herrero (Examinador Externo)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDAD DEL SALVADOR

6. Doutora Tereza Fernandes (Examinadora Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

7. Doutor Josemir Almeida Barros (Examinador Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 29/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA FÁTIMA DE SOUZA CHALOBA**, **Usuário Externo**, em 29/06/2023, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NILCE VIEIRA CAMPOS FERREIRA**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 30/06/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alejandro Ramón Herrero**, **Usuário Externo**, em 06/07/2023, às 07:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IRENE CRISTINA DE MELLO**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 18/07/2023, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MARTINS DOS ANJOS**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 25/07/2023, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5915057** e o código CRC **196F3751**.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero registrar agradecimento à **Universidade Federal de Mato Grosso**, instituição que, por meio de políticas públicas, oportuniza expansão de consciências no ensino, na pesquisa e na extensão. Sou grata por atuar nessa universidade como Técnica Administrativa de Educação (TAE) – Secretária Executiva, além de poder ter sido integralmente estudante durante o período de doutoramento.

Esta tese foi desenvolvida no **Instituto de Educação, no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos (GPHEG)** e perpassou diversos ambientes institucionais da UFMT, como: Coordenação de Administração Escolar, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia Educacional, Secretaria de Tecnologias da Informação, Secretaria de Comunicação e Multimeios, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Reitoria, dentre outros. Durante o percurso de pesquisa, contatei inúmeras pessoas destes espaços e fui recebida com alegria e atenção, para as quais registro meus sinceros agradecimentos.

Ademais, preciso destacar especial a minha casa na UFMT, a **SECRI**, a começar pela equipe gerida pelo **Prof. Paulo Teixeira** (com quem trilhamos os primeiros passos da internacionalização institucional), a equipe administrada pela **Profa. Irene Mello** (incentivou esta TAE ao doutoramento), a equipe do mandato do **Prof. Lucas Sousa** (aberto e atento às oportunidades do caminho doutoral). Em nome desses líderes e do afável **Odílio Costa** (servidor com maior tempo de convivência neste setor) agradeço aos demais colegas que integraram ou ainda integram a Secri.

Esta tese doutoral não seria a mesma se não fosse a orientação iluminada da **Profa. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira**. Obrigada pela confiança no meu trabalho, pela compreensão, por me ensinar e incentivar a conduzir essa pesquisa com afinco ao rigor científico.

Agradeço a **banca examinadora** pelo interesse, disponibilidade e valiosas contribuições no refinamento necessário desta pesquisa.

Deixo expresso o meu agradecimento as/os companheiras/os de jornada científica, as/os estudantes do GPHEG/UFMT e à Turma de 2019, em especial, a **Carminha Aparecida Visqueti** que vivenciou comigo, no mesmo período, as aventuras desse percurso doutoral.

Agradeço também a todas e todos **servidoras/es da UFMT que me concederam entrevista**, possibilitando acessar os bastidores de fatos e feitos de vidas conectadas com a história institucional. Assim como sou grata ao casal **Marciane e Joanil Almeida**, pelo auxílio na formatação e edição final do texto.

Em especial, dedico e agradeço as pessoas que conviveram comigo em cada desafio e cada alegria deste percurso que compõe quem eu sou, minhas famílias **Leite de Oliveira Amorim Martins**.

A minha **mãe Inês, tio Zeca** e demais integrantes **Leite de Oliveira**, sobrenome proveniente do meu avô José, migrante nordestino que desbravou terras mato-grossenses, minha herança da vontade de explorar novos mundos.

A meu pai **Ivo Amorim**, sobrenome derivado do latim *amoris*, significando amor, sentimento nobre que conduziu minhas reflexões nesta pesquisa.

Ao meu esposo **Cristiano** e minha filha **Aline** formando nossa família **Martins**, sobrenome que sou referendada em minha trajetória acadêmica e profissional. Extendo os agradecimentos a meus sogros **Olavo** (*in memoriam*) e **Jacy Martins**.

Da mesma forma que meu nome foi se constituindo, meu ser foi se compondo como um quebra-cabeça formado por peças que representam: **honra** aos que me antecederam, **exemplo** aos que estão por vir, **amor** e **gratidão** aos que me fizeram SER.

Agradeço aos que torceram por mim, aos que choraram comigo, aos que me alertaram, aos que cuidaram de minha saúde, aos que rezaram, aos que me comoveram, aos que me incentivaram e até aos que me censuraram.

Sou quem sou, porque sou a interseção de muitas e muitos, passado e futuro!

Sou plena gratidão!

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Tese. **Mulheres, Ensino Superior e Internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2016)**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

RESUMO

Nesta tese de cunho histórico, o objetivo principal é compreender como se caracterizou a atuação das mulheres nos processos de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), entre os anos de 1970 e 2016. Os objetivos específicos foram: I) investigar mulheres na internacionalização na UFMT; II) analisar a internacionalização implementada na UFMT, com ênfase na atuação feminina; III) identificar o perfil dos partícipes nas mobilidades internacionais promovidas pela UFMT e VI) Pesquisar o movimento assumido pela comunidade acadêmica feminina da UFMT. Constituíram fontes da pesquisa: legislação, artigos científicos, sítios eletrônicos, documentos oficiais coletados no acervo institucional de diferentes setores da universidade e testemunhos orais. Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica e documental, a partir da análise de documentos institucionais. Para compreender melhor as fontes coletadas, entrevistas foram realizadas com servidoras e servidores da UFMT, adotando procedimentos comuns à história oral. As contribuições de Pedro Benedito Dorileo (1976) e Gabriel Novis Neves (2022) somaram-se para a composição da memória institucional. Para compreensão do percurso de mulheres no ensino superior e na internacionalização, trouxeram fundamentos as obras de Jane Soares de Almeida (2004), Michelle Perrot (2007), Dermeval Saviani (2010), Jane Knight (2020), Marília Morosini (2020), em meio a outros autores. Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974), Michel de Certeau (1982), Peter Burke (1992), entre outros, ensinaram os caminhos da investigação histórica e a coleta minuciosa e atenta das fontes documentais. Paul Thompson (1978) e José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) orientaram o uso de técnicas para compor o percurso de coleta e análise de fontes orais. A tese aponta que a participação das mulheres na internacionalização da UFMT iniciou-se de maneira tímida e avançou a partir de movimentos de mobilização interna e externa, conduzidos ora por anseio pessoal, ora por ações institucionalizadas. Ao mesmo tempo, a internacionalização, no recorte temporal estudado, movimentou-se morosamente, dado que a UFMT, até 2016, ainda buscava consolidar uma política para internacionalização em âmbito institucional. Como resultado, a pesquisa pontua que movimentos femininos pela internacionalização foram desencadeados na UFMT, contudo, nem sempre houve apoio ou incentivo institucional para a promoção de mobilidade internacional acessível às mulheres. As fontes acessadas demonstram a necessária política de internacionalização institucional incluindo a pauta de equidade de gênero.

Palavras-chave: História da Educação Feminina brasileira. Mulheres e Internacionalização na UFMT. Internacionalização do ensino superior. Universidade Federal de Mato Grosso.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Thesis. **Women, Higher Education and Internationalization at the Federal University of Mato Grosso (1970-2016)**. 2023. Thesis (Doctorate in Education) – Graduate Program in Education, Federal University of Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

ABSTRACT

In this historical thesis, the main objective is to understand how the role of women in the internationalization processes of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) was characterized between the years 1970 and 2016. The specific objectives were: I) to investigate women in internationalization at UFMT; II) to analyze the internationalization implemented at UFMT, with emphasis on female performance; III) to identify the profile of participants in international mobilities promoted by UFMT, and, VI) to research the movement assumed by the female academic community of UFMT. The sources of the research were: legislation, scientific articles, electronic sites, official documents collected from the institutional collection of different sectors of the university and oral testimonies. Methodologically, the research is bibliographical and documental, from the analysis of institutional documents. To better understand the collected sources, interviews were conducted with UFMT servants, adopting procedures common to oral history. The contributions of Pedro Benedito Dorileo (1976) and Gabriel Novis Neves (2022) added to the composition of the institutional memory. To understand the path of women in higher education and internationalization, the works of Jane Soares de Almeida (2004), Michelle Perrot (2007), Dermeval Saviani (2010), Jane Knight (2020), Marília Morosini (2020), among other authors. Jacques Le Goff and Pierre Nora (1974), Michel de Certeau (1982), Peter Burke (1992), among others, have taught the paths of historical investigation and the meticulous and attentive collection of documentary sources. Paul Thompson (1978) and José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) guided the use of techniques to compose the course of collection and analysis of oral sources. The thesis points out that the participation of women in the internationalization of UFMT started in a timid way and advanced from internal and external mobilization movements, driven sometimes by personal desire, sometimes by institutionalized actions. At the same time, internationalization in the time frame studied, moved slowly, given that the UFMT, until 2016, still sought to consolidate a policy for internationalization at the institutional level. As a result, the research points out that female movements for internationalization were triggered at UFMT, however, there was not always institutional support or incentives for the promotion of international mobility accessible to women. The sources demonstrate the necessary policy of institutional internationalization, including the gender equity agenda.

Key words: History of Brazilian Female Education. Women and Internationalization at UFMT. Internationalization of higher education. Federal University of Mato Grosso.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Tesis. **Mujer, Educación Superior e Internacionalización en la Universidad Federal de Mato Grosso (1970-2016)**.2023. Tesis (Doctorado en Educación) – Programa de Posgrado en Educación, Universidad Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

RESUMEN

En esta tesis histórica, el objetivo principal es comprender cómo se caracterizó el papel de la mujer en los procesos de internacionalización de la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT) entre los años 1970 y 2016. Los objetivos específicos fueron: I) investigar mujeres en la internacionalización en la UFMT; II) analizar la internacionalización implementada en la UFMT, con énfasis en el desempeño femenino; III) identificar el perfil de las participantes en las movilidades internacionales promovidas por la UFMT, e, VI) investigar el movimiento asumido por la comunidad académica femenina de la UFMT. Las fuentes de investigación fueron: legislación, artículos científicos, sitios electrónicos, documentos oficiales recolectados del archivo institucional de diferentes sectores de la universidad y testimonios orales. Metodológicamente, la investigación es bibliográfica y documental, a partir del análisis de documentos institucionales. Para comprender mejor las fuentes recopiladas, se realizaron entrevistas con servidores de la UFMT, adoptando procedimientos comunes a la historia oral. Los aportes de Pedro Benedito Dorileo (1976) y Gabriel Novis Neves (2022) sumaron a la composición de la memoria institucional. Para comprender el camino de la mujer en la educación superior y la internacionalización, se utilizaron los trabajos de Jane Soares de Almeida (2004), Michelle Perrot (2007), Dermeval Saviani (2010), Jane Knight (2020), Marília Morosini (2020), entre otros autores. Jacques Le Goff y Pierre Nora (1974), Michel de Certeau (1982), Peter Burke (1992), entre otros, enseñaron los caminos de la investigación histórica y la recolección minuciosa y atenta de las fuentes documentales. Paul Thompson (1978) y José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) orientaron el uso de técnicas para componer el curso de recopilación y análisis de fuentes orales. La tesis apunta que la participación de las mujeres en la internacionalización de la UFMT comenzó de manera tímida y avanzó a partir de movimientos de movilización internos y externos, impulsados por el deseo personal, a veces por acciones institucionalizadas. Al mismo tiempo, la internacionalización en el marco temporal estudiado avanzó lentamente, dado que la UFMT, hasta 2016, aún buscaba consolidar una política de internacionalización a nivel institucional. Como resultado, la investigación indica que en la UFMT se desencadenaron movimientos femeninos para la internacionalización, sin embargo, no siempre hubo apoyo institucional o incentivos para la promoción de la movilidad internacional accesible a las mujeres. Las fuentes consultadas demuestran la necesaria política de internacionalización institucional, incluyendo la directriz de equidad de género.

Palabras clave: Historia de la Educación Femenina Brasileña. Mujer e Internacionalización en la UFMT. Internacionalización de la educación superior. Universidad Federal de Mato Grosso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 1: Interseção entre o inventário pelos portais eletrônicos.....	31
Tabela 2: Parcerias da UFMT em rede.....	88
Tabela 3: Mobilidades sem identificação detalhada na UFMT (1972-2016).....	99
Tabela 4: Intercambistas por programa e gênero/UFMT	100
Tabela 5: Sujeitos de pesquisa.....	108

Quadros

Quadro 1: Dissertações (2008-2016).....	32
Quadro 2: Teses (2013-2016).....	33
Quadro 3: Estudantes-convênio na UFMT (1973-2016).....	79
Quadro 4: Mobilidades do Programa Erasmus Mundus/Erasmus + na UFMT (2009-2016)...	84
Quadro 5: Mobilidades PIIG/PIIE na UFMT (2008-2016).....	86
Quadro 6: Mobilidades em redes na UFMT (2009-2016).....	90
Quadro 7: Mobilidades Santander Universidades na UFMT (2011-2016)	95
Quadro 8: Mobilidades CsF na UFMT (2012-2016).....	96

Figuras

Figura 1: Mapa do Brasil em 1970	57
Figura 2: Composição da população universitária (1972-1976)	59
Figura 3: Definição por público da população universitária (1972-1976)	60
Figura 4: Registro Profissional (1976)	63
Figura 5: Fachada das instalações da SECRI	73

Gráfico

Gráfico 1: Ensino Superior e Gênero no Brasil (1970 - 2010).....	41
Gráfico 2: Mulheres em mobilidade/por ano.....	101

Gráfico 3: Mulheres em movimento/precedência e direção	102
Gráfico 4: Mulheres em movimento/áreas de estudo.....	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIPE	Associação Brasileira de Intercâmbio Profissional e Estudantil
AE	Área da Educação
AECID	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
ASSESCA/PLP	Associação de Ensino Superior em Ciências Agrárias dos Países de Língua Portuguesa
AULP	Associação Universitária de Língua Portuguesa
BABEL	Building Academic Bonds between Europe and Latin America
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BEF	Programa de Bolsas Expandindo Fronteiras
BSB	Brasília
BTD	Banco de Teses e Dissertações
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAE	Coordenação de Administração Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELPEBRAS	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CEP Humanidades	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais
CES	Câmara de Educação Superior
CF88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CH	Ciências Humanas
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUE	Conferência de Reitores de Universidades Espanholas
CsF	Ciência sem Fronteiras
CSIC	Conselho Superior de Investigações Científicas
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
DISS	Dissertação

DAA	Divisão de Assuntos Acadêmicos
DAU	Divisão de Assuntos Universitários/MEC
DELP	Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa
EACEA	Agência Executiva para a Educação, o Audiovisual e a Cultura
EBW	Euro Brazilians Windows
EBW+	Euro Brazilians Windows Plus
EM	Erasmus Mundus
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EUA	Estados Unidos da América
FAUBAI	Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais/Associação Brasileira de Educação Internacional
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIPSE	Fund for the Improvement of Post Secondary Education
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras/Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
GPHEG	Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero
GR	Gabinete da Reitoria
I PNPG	Primeira Política Nacional de Pós-Graduação
IAESTE	International Association for the Exchange of Students for Technical Experience
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IE	Instituto de Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFMSA	Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LP	Linhas de Pesquisa
MCTESTP	Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional de Moçambique

MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEА	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OUI	Organização Universitária Interamericana
PACPD	Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação de Pessoal Docente
PAEC	Programa de Alianças para Educação e Capacitação
PAES	Plano de Apoio ao Ensino Superior
PAME	Programa Académico de Movilidad Educativa
PDSE	Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PIIE	Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes
PIIG	Programa de Intercâmbio Internacional para Graduação
PLI	Programa de Licenciaturas Internacionais
PMM	Programa de Movilidad Mercosur
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROAfri	Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
ProUni	Programa Universidade para Todos
QUANT.	Quantidade
RECONAL – Edu	Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina
RI/UFMT	Repositório Institucional da Biblioteca/UFMT

SAP	Sistema de Administração de Pessoal
SECITEC	Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia do Estado de Mato Grosso
SECRI	Secretaria de Relações Internacionais
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGA	Sistema de Informações de Gestão Acadêmica
SIPG	Sistema de Informações para Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SURSAN	Superintendência Regional de Saneamento
TAE	Técnico Administrativo Educacional
UDUAL	União de Universidades da América Latina e Caribe
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAM	Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental
UNIAMA	Universidade Federal da Integração Amazônica
UNILA	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira
UNU	Universidade das Nações Unidas
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Abordagens metodológicas.....	22
1.1.1	A pesquisa documental	24
1.1.2	A pesquisa oral.....	26
1.2	Produções no Campo da Pesquisa	27
1.3	A estrutura da tese	35
2	MULHERES NO ENSINO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL: EU, ELA, NÓS.....	37
2.1	Breve histórico da internacionalização no ensino superior brasileiro e seu silenciamento em relação ao gênero	43
2.2	Razão para promover a internacionalização nas universidades priorizando mulheres.....	51
3	A UFMT: MULHERES E INTERNACIONALIZAÇÃO	56
3.1	Internacionalização e presença feminina na UFMT (1970-1988).....	58
3.2	Trilhas femininas na internacionalização na UFMT (1989-2016)	66
4	COMUNIDADE ACADÊMICA FEMININA EM MOVIMENTO.....	75
4.1	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	77
4.2	Programa Erasmus Mundus (EM)/ Erasmus + (E+).....	82
4.3	Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes (PIIE)	85
4.4	Cooperação e Programas em Rede	88
4.5	Programa Santander Universidades	93
4.6	Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).....	95
4.7	Mobilidades sem identificação	98
4.8	Os programas analisados	100
5	TESTEMUNHOS: O FOCO SÃO ELAS.....	105
5.1	Mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT	110
5.2	Mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT	115
6	CONSIDERAÇÕES	123
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXOS	145

Anexo 1.....	145
Anexo 2.....	150
Anexo 3.....	152
Anexo 4.....	153
Anexo 5.....	156
Anexo 6.....	159
Anexo 7.....	161
Anexo 8.....	163
Anexo 9.....	169
Anexo 10.....	171

1 INTRODUÇÃO

Caminhar e/ou escrever é o trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter. (CERTEAU, 1982, p. 8).

Iniciei a caminhada na pesquisa para esta tese, movida pela curiosidade e, como anunciado por Michel de Certeau (1982), ciente da necessária dedicação e resiliência que requer uma pesquisa de cunho historiográfico, uma vez que “[...] o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.” (BLOCH, 2002, p. 75). A compreensão dos fatos, o diálogo com os teóricos e a interpretação das fontes foram alguns dos elementos que se conectaram na construção da pesquisa histórica a partir da busca do conhecimento em constante aperfeiçoamento.

À medida em que a produção científica historiográfica era composta, também me reconstruí como pessoa, por meio do contínuo processo de reflexão. Fez parte dessa construção a experiência de vivenciar um movimento externo, em relação à temática da pesquisa, e interno com minhas próprias concepções de mundo e de como me identifico nele.

Hoje me defino como mulher, profissional, pesquisadora, mãe de menina filha única, esposa e também filha única de mãe aguerrida que lutou para proporcionar-me oportunidades que ela mesma não teve, ensinando que o caminho para redenção feminina se dá pela educação e pelo trabalho.

Comecei a trabalhar logo após concluir o Ensino Médio. Minha mãe foi a primeira mestra laboral. Com ela compreendi que, no contexto do mundo do trabalho patriarcal, não seria fácil, mas, ao mesmo tempo, era possível conquistar o êxito profissional. Para tanto, precisaria ter empenho, curiosidade, ousadia e, algumas vezes, renúncia.

Em 2002, concluí o ensino superior, habilitando-me como bacharel em Secretariado Executivo. Após essa formação, atuei em algumas empresas privadas, cursei duas especializações voltadas para o mundo do trabalho, até que aos 27 anos, em 2008, ingressei como servidora pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no cargo de Secretária Executiva. Fui então designada para atuar na Assessoria de Relações Internacionais (ARI), órgão ligado à reitoria e responsável pelo desenvolvimento da internacionalização desta Instituição Federal de Educação Superior (IFES).

Ao longo do meu percurso profissional na ARI, me deparei com desafios, conflitos, inquietações e ricas vivências diárias, despertando o interesse em aprimorar minha capacitação

acadêmica pela investigação acerca da internacionalização da educação superior. Assim, de 2013 a 2015, fiz Mestrado em Educação na UFMT e desenvolvi a dissertação intitulada *Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira*¹.

Durante a coleta das fontes documentais para a dissertação, identifiquei a publicação do primeiro ato institucional que nomeou um servidor da instituição com vistas a gerir a internacionalização na UFMT, em 1º de agosto de 1989, com a publicação da Portaria emitida pelo Gabinete da Reitoria (GR) nº 328/89, designando o Professor Paulo Speller como Assessor da Reitoria da UFMT. Constatado esse fato, algumas indagações surgiram: por que ocorreu essa lacuna temporal de 1970 a 1989? Quais processos de internacionalização foram vivenciados na UFMT nesse período? Qual foi o movimento de internacionalização assumido nessa IFES ao longo dos anos?

Parti em busca de pressupostos teóricos que pudessem me auxiliar em uma pesquisa de cunho histórico, visando a candidatura em processo seletivo para o doutorado – ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto de Educação (IE) da UFMT, *campus* Cuiabá, na linha de pesquisa: Cultura, Memória e Teorias em Educação. Assim, recorri, primeiramente como aluna especial, em 2018, e após aprovação no certame, como doutoranda pelo período de 2019-2023, aos estudos promovidos pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero/UFMT (GPHEG), que orientam as problematizações de pesquisa à luz da história da educação das mulheres,

Vale ressaltar que o GPHEG integra a Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina (RECONAL-Edu)², um espaço que congrega pesquisadoras e pesquisadores para ampliação e colaboração no campo da História na Educação. Como resultado dessas cooperações na RECONAL-Edu, foi criado o Repositório Digital (ARA)³, acervo digital que disponibiliza fontes de pesquisas e obras produzidas à comunidade científica e demais interessados, vindo a ser inclusive um espaço para divulgação desta tese, bem como de suas fontes.

Uniram-se a inquietação por investigar a história da internacionalização na UFMT e o desejo de evidenciar a história da educação das mulheres, num panorama global, ou seja, sem

1 Martins (2015) debateu sobre a concepção e a implementação do Programa CsF, no contexto da política de internacionalização da educação superior no Brasil.

2 RECONAL-Edu (2023).

3 ARA (2023).

selecionar um tipo de vínculo à universidade (servidoras ou estudantes) e sim integrando-as, instigando essa pesquisa de doutoramento.

Orientada sobre o quê e onde buscar respostas, percorri constantemente os acervos institucionais para rastreio e coleta das fontes. O fato de ser servidora da instituição há mais de 10 anos, atuando na internacionalização da UFMT, permitiu-me criar categorias de análise e localizar as fontes.

A principal dificuldade instaurou-se no momento que o acesso às informações dependia de servidores inativos ou de arquivos sem a devida catalogação e correta conservação da memória institucional. Não foram poucos os episódios de crise asmática motivada pelos ácaros e pela poeira, mesmo com aportes de proteção. Contudo, já estava ciente de que compete ao historiador “[...] desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos.” (BACELLAR, 2018, p. 46).

Além das fontes documentais, investiguei as fontes orais por meio de procedimentos da história oral, coletando testemunhos de servidores e servidoras da UFMT ligados às ações de internacionalização em diferentes instâncias da universidade. Ser conhecida na instituição favoreceu o contato e o devido aceite dos informantes para participarem da pesquisa. Porém, o procedimento de coleta inicial precisou se adaptar à pandemia de COVID-19.

Em 11 de março de 2020, representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) declararam a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, motivados principalmente pela rápida disseminação geográfica mundial. A doença com alta transmissibilidade e letalidade desenvolve uma infecção respiratória aguda e ceifou aproximadamente 6,2 milhões de vidas no mundo em um período de pouco mais de dois anos, de 2020 a 2022. Apesar de não estar extinta, os casos de infecção e morte estão em processo regressivo devido às vacinas desenvolvidas em meados de 2020 e ainda em aplicação (BRASIL, 2022). Portanto, ainda não se pode declarar extinção da pandemia (OUR WORLD IN DATA, 2022).

Dentre as formas possíveis de proteção contra a contaminação pelo vírus, os órgãos sanitários orientaram o isolamento social, principalmente nos momentos mais críticos, implicando o fechamento de comércio, bancos, órgãos públicos, escolas e universidades, requerendo adaptações em todos os âmbitos sociais.

Em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a Portaria nº 343 em caráter excepcional e dispôs que as instituições de educação superior integrantes do sistema

federal de ensino estariam autorizadas à “[...] substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais [...]” (BRASIL, 2020). Fato que aconteceu aos poucos, conforme deliberação interna de cada Instituição de Ensino Superior (IES), inclusive na UFMT que iniciou a migração das atividades para o formato virtual após o lançamento do Plano de Ação Contra a COVID-19, publicado em 30 março de 2020.

A situação pandêmica provocou a necessidade de alterar o projeto inicial de doutoramento por meio da solicitação de nova análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais (CEP Humanidades/UFMT)⁴. Nesta, foi requerida e aprovada a possibilidade adicional de coleta de fontes no formato virtual para atender as normas impostas pelo MEC e pelo PPGE/IE/UFMT.

Realizar o doutorado durante a pandemia foi um desafio diário que requereu muita resiliência dos envolvidos, agregado aos obstáculos comuns de diversas ordens. Apesar das adversidades, essa pesquisa buscou atender a necessidade de respostas. Renúncia não foi opção.

1.1 Abordagens metodológicas

Esta pesquisa configura uma investigação qualitativa em educação que apura a temática em seu complexo ambiente natural. Dessa forma, utiliza “[...] uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 11).

A UFMT foi definida como o ambiente a ser pesquisado qualitativamente, perpassando unidades acadêmicas e administrativas para contemplar a complexidade do tema. As fontes foram analisadas nos pormenores descritivos, como compete a uma pesquisa qualitativa, de maneira cuidadosa em relação ao manuseio e à análise. Assim, foi possível extrair com fidedignidade informações que pudessem acrescentar uma compreensão ao objeto em estudo. Cada documento perquirido, narrativa coletada ou experiência vivida congregaram-se, ora pela razão ora pela intuição, no processo investigativo, enaltecendo minha formação como pesquisadora. Os fenômenos humanos foram estudados como parte da realidade social em que estavam inseridos, com o objetivo de compreender como a comunidade educacional pensa a temática e como foram desenvolvidos os quadros de referência.

A pesquisa delineou-se pelo objetivo principal de investigar a participação das mulheres da UFMT nos processos de internacionalização no período de 1970 a 2016. Os

⁴ Processo CAAE: 19212819.7.0000.5690. (CEP HUMANIDADES/UFMT, 2019).

objetivos específicos foram: I) investigar mulheres na internacionalização na UFMT; II) analisar a internacionalização implementada na UFMT, com ênfase na atuação feminina; III) identificar o perfil dos partícipes nas mobilidades internacionais promovidas pela UFMT, e, VI) Pesquisar o movimento assumido pela comunidade acadêmica feminina da UFMT.

O recorte temporal desta tese tem início na fundação da UFMT por meio da Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, e vai até o ano de 2016, que demarcou o fim da execução de mobilidades internacionais com auxílio financeiro pelos Programas Erasmus Mundus, Santander Universidades e Ciência sem Fronteiras. O ano de 2016, ainda, demarca o encerramento da nona gestão de mandato da Reitoria, bem como o início da nova gestão em vigor durante os anos iniciais desta pesquisa. Esse período possibilitou construir a questão problema com maior abrangência de análise a respeito do caminho percorrido.

Nesse contexto, a pergunta que me moveu e a qual procurei responder foi: como se caracterizou a atuação das mulheres da UFMT em seus processos de internacionalização, no período de 1970 a 2016? A tese, confirmada no percorrer da pesquisa, foi a de que a participação das mulheres na internacionalização da UFMT iniciou-se de maneira tímida, mas foi avançando em representatividade. Isso ocorreu a partir de movimentos significativos de mobilização interna e externa à universidade, dispendo de uma necessária política de internacionalização institucional. Porém, a equidade de gênero não foi considerada nesta expansão.

O referencial teórico e metodológico da corrente historiográfica da História Nova evidencia a perspectiva de pessoas consideradas irrelevantes pela práxis positivista e busca a “[...] fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática [...]” (BURKE, 1992, p. 52), possibilitando o encontro ao objeto de pesquisa “mulheres e internacionalização na UFMT”.

A História Nova, ou Nova História, foi o termo usado por integrantes do grupo da revista francesa *Annales*, formado por intelectuais que procuravam “[...] promover uma nova espécie de História [...]” (BURKE, 1997, p. 11). Com a criação da revista, esse grupo conseguiu “[...] um instrumento de enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática.” (BURKE, 1997, p. 8). O leque de temas históricos aumentou e permitiu que incorporassem outras ciências para ampliar o próprio fazer historiográfico.

A revista *Annales* foi constituída por Marc Bloch e Lucien Febvre e, mais tarde, foi editada pelo francês Jacques Le Goff, como descrito por Burke (1997). Na terceira geração,

conduzida por Le Goff, inovou com investigações históricas até então incomuns, como a história das mulheres, a história das crianças, entre outras.

O movimento dos integrantes da *Annales*, e de seus seguidores, buscava explicações plurais para as diversas relações dialéticas estabelecidas na vida social. Com isso, era possível investigar “[...] a história vista de baixo; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com a sua experiência da mudança social.” (BURKE, 1992, p. 3). Esse movimento abriu-se ao diálogo com as mais diversas ciências: Antropologia, Economia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Estatística, Geografia, entre outras, e ampliou o olhar também sobre as fontes e os objetos de pesquisa, permitindo à História Nova romper as “[...] diversas fronteiras culturais.” (BURKE, 1992, p. 13).

Os primeiros historiadores dos *Annales* chegaram a ser criticados pelas feministas por não terem evidenciado a história das mulheres. Autores como Georges Duby e Michele Perrot, na terceira geração, dedicaram-se à escrita acerca dessa temática. Com isso, conseguiram demonstrar que “[...] os rebeldes de hoje serão o *establishment* de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes.” (BURKE, 1992, p. 13). As/Os Historiadores, à medida que vão se somando a esse tipo de pesquisa historiográfica por meio de novas abordagens, proporcionam a continuidade do movimento dos *Annales*.

1.1.1 A pesquisa documental

Para a elaboração desta tese, algumas obras foram fundamentais como arcabouço metodológico. Constituem exemplos significativos Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974), Michel de Certeau (1982) e Peter Burke (1992;1997), cujas abordagens permitiram trilhar um percurso metodológico.

Le Goff e Nora (1974, p. 15) esclarecem que o desejo de produzir, em uma pesquisa histórica, precisa “[...] fazer a história de que o presente tem necessidade.”. Pesquisadores necessitam ter consciência do tempo e de que a história requer se definir como uma ciência da transformação, acrescentando que “[...] a maneira pela qual fazemos história ambiciona esclarecer a história que deve ser feita.” (LE GOFF; NORA, 1974, p. 15). Para tanto, a análise das fontes documentais deve ser cuidadosa, pois o documento “[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 1996, p. 470). De acordo com o autor, só a investigação pormenorizada da fonte possibilitaria a extração de informações confiáveis à memória coletiva.

Em busca de aprimoramento constante para diferenciar o importante do insignificante no procedimento de investigação, orientações de Paolo Nosella e Ester Buffa (1996, p. 25) trouxeram “[...] certos princípios teóricos norteadores que não são, bem o sabemos, fornecidos pelo senso comum [...]”. Tal perspectiva aliada a advertência de Certeau (1982, p. 27) “Uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação.”. Segui a cientificidade instruída pelos autores para buscar e perquirir as fontes documentais com fidelidade e contextualização.

Para a construção da pesquisa, foi necessária também a compreensão sobre as ações administrativas instituídas ao longo da história da UFMT. Segundo Benedito Pedro Dorileo (1976), nos anos iniciais não houve tempo de elaborar um plano antecipado para concretizar essa instituição, logo, foi preciso promover o “fazejamento”, considerado pelo autor como a junção do fazer e planejar ao mesmo tempo “Parece embaraçoso, o planejar pode ter existido, mas foi tragado pelo fazer”. (DORILEO, 1976, p.14). Pelo autor, foi preciso promover celeridade para implantar a UFMT concentrando o refletir e agir de imediato.

A coleta das fontes documentais foi feita em diferentes arquivos da universidade, como o da Reitoria/UFMT, o da Secretaria de Relações Internacionais – SECRI/UFMT (antiga ARI), o da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/UFMT, o da Coordenação de Administração Escolar – CAE/UFMT (antiga denominação Divisão de Assuntos Acadêmicos – DAA), integrante da Pró-Reitoria de Graduação – PROEG/UFMT, o da Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PROPG/UFMT e o da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAE/UFMT.

Adicionalmente, solicitei documentação institucional sobre intercâmbios internacionais, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI/UFMT, processos: 23108.098251/2019-31, 23108.110879/2019-12, 23108.033789/2020-34, 23108.055275/2021-11, 23108.004281/2022-91 e 23108.004284/2022-24. Os setores consultados emitiram relatórios pelos: Sistema de Informações de Gestão Acadêmica (SIGA); Sistema de Informações para Pós-Graduação *stricto sensu* (SIPG) e Sistema de Administração de Pessoal (SAP).

A separação, a consolidação e a análise dos documentos colhidos nos acervos históricos institucionais exigiram sistematização, pois cada setor registrou a informação que julgou pertinente, não havendo homogeneidade nos dados coletados. Esse fato poderia ser sanado pela uniformização das informações lançadas nos relatórios a critério da necessidade da SECRI ou com a criação de um sistema próprio para registro das ações de internacionalização

na UFMT. Isso poderia auxiliar muito na constituição de fontes congruentes para diagnósticos e administração da temática.

1.1.2 A pesquisa oral

Os estudos de Paul Thompson (1978) e José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) auxiliaram a condução de aplicação da técnica da história oral, possibilitando a elaboração de um projeto, o planejamento das gravações, o armazenamento e a catalogação das fontes orais. As reflexões acerca da saída das mulheres do espaço privado para o público, levantadas por Michelle Perrot (2007, p. 136), explicam que “[...] elas se movimentam [...] saem, viajam, migram. Participam da mobilidade que, com a facilidade dos meios de transporte, passa a caracterizar as populações do Ocidente nos séculos XIX e XX.”. A constatação da mobilidade feminina afina-se à historiografia abordada nesta tese.

As entrevistas foram temáticas, dado o objetivo principal que era conseguir informações e declarações sobre determinada temática encontrada nas fontes documentais que promovessem a identificação de outras fontes ou informações que, de outro modo, não poderiam ser localizadas.

Por sua vez, os testemunhos orais foram coletados de servidores e servidoras da UFMT, vinculados a diferentes setores da universidade, ligados às ações de internacionalização durante o recorte temporal estabelecido. Na história oral, é possível “[...] escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar.” (THOMPSON, 1978, p. 25).

Os informantes eram técnicos-administrativos e docentes, tanto de cargos estratégicos quanto táticos. Essa escolha considerou que “[...] as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados.” (THOMPSON, 1978, p. 26). Na distinção entre táticas e estratégias, Certeau (1980, p. 101) explica que “[...] a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.”.

A configuração de público definida para esta tese visou atender ao anunciado de Thompson (1978, p. 17) de que a história oral auxilia a construção da memória nacional, que “[...] pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.” (THOMPSON, 1978, p. 17).

Com a coleta das fontes e a leitura do embasamento teórico, promovi como método científico a triangulação, considerando métodos “[...] testados e consagrados, servindo e

adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares.” (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2010, p. 61). Esse procedimento requereu organização, interpretação, confrontação e articulação, com intuito de tornar os dados inteligíveis e coerentes com os objetivos da pesquisa.

Em busca de respostas ao problema de pesquisa e para alcance dos objetivos, categorizei as fontes em “mulheres” e “internacionalização”, revelando na fonte oral, as subcategorias: mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT; e, mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT.

O caminho da investigação foi percorrido com instrumentos metodológicos que serviram como artefatos em busca da solução das produções no campo da pesquisa. Compreendi que toda produção do conhecimento também foi uma ação construída pela comunidade científica, fundamentada em um processo continuado de investigação, no qual cada nova pesquisa se insere, finalizando ou apontando outras contribuições aos estudos de determinada temática.

1.2 Produções no Campo da Pesquisa

A produção de conhecimento trouxe a compreensão de pressupostos acerca de contextos educacionais, principalmente os vinculados ao eixo das Humanidades. Para isso, procedi ao mapeamento de teses e dissertações que se relacionavam à temática em estudo, apoiada na compreensão de que “[...] faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes.” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38).

Cabe esclarecer que o estado da arte, traz o “[...] desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares [...]” (FERREIRA, 2002, p. 258). Ou seja, o estado da arte precisou atender descritores amplos sobre a temática, em diferentes campos de divulgação das pesquisas acadêmicas, para auxiliar o processo investigativo e reflexivo.

O primeiro passo foi investigar a Plataforma Sucupira, por ser uma ferramenta computacional de coleta e referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 2022). O sistema possui diversos módulos, dentre eles, o denominado Coleta CAPES que carece

ser preenchido pelos programas *stricto sensu* brasileiros com as informações da pós-graduação, englobando os trabalhos de conclusão. A plataforma foi anunciada como uma forma de tornar as informações deste nível de ensino mais acessíveis (BRASIL, 2022). Contudo, a pesquisa das teses e dissertações requer conhecimento prévio da instituição de ensino superior e do programa de pós-graduação ao qual está vinculado o trabalho; ademais, fornece os dados somente para o quadriênio atual, inviabilizando a consulta para o recorte temporal necessário, ou seja, de 1970 a 2016.

A seguir, acessei as páginas eletrônicas das duas instituições públicas responsáveis pela gestão da pós-graduação e pesquisa no Brasil: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A CAPES, fundada pelo Ministério da Educação (MEC), atua na “[...] expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.” (BRASIL/CAPES, 2021). O CNPq, por sua vez, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), possui o objetivo de “[...] promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento.” (BRASIL, 2021).

A CAPES utiliza a plataforma Banco de Teses e Dissertações (BTD), mais conhecida como Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), para disponibilizar ano a ano as pesquisas realizadas e defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (BRASIL, 2021). Já o CNPq, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), oferece a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que estimula o registro e a publicação das produções acadêmicas em meio eletrônico.

Ademais, com o intuito de evidenciar as publicações da UFMT, instituição de estudo em foco, pesquisei o Repositório Institucional da Biblioteca (RI/UFMT). Ao pesquisar teses e dissertações nos portais eletrônicos da CAPES, CNPq e RI/UFMT, iniciei o inventário das fontes definindo que deveriam constar na grande área de concentração das Ciências Humanas (CH), integrantes da área da Educação (AE), promovendo o destaque às obras inseridas em linha de pesquisa da área de Memória ou de História.

O enfoque adotado foi motivado pelo vínculo da pesquisadora ao Colégio das Humanidades, grande área de concentração das CH, área do conhecimento AE, linha de pesquisa Cultura, Memória e Teoria da Educação.

A pesquisa iniciou com a definição de descritores que pudessem, de forma isolada e/ou combinada, promover aproximação com o conteúdo de estudos. Assim, foram definidos como

descritores principais: mulher e internacionalização; e sub descritores: educação superior, ensino superior e expressões compostas por “cooperação internacional”, “mobilidade internacional” e “política internacional”. Os termos “educação superior” e “ensino superior” foram considerados sinônimos para este mapeamento. Mesmo que cada autor tenha definido o critério de uso entre um conceito ou outro, decidi por não os julgar e sim agrupá-los.

Os critérios de exclusão padrão nas pesquisas foram: a) produções não integrantes ao Colégio de Humanidades; b) produções com palavras-chave diversas das definidas; c) produções sem disponibilização do arquivo *on-line*, considerando o período pandêmico em que foi feita essa atividade; d) trabalhos com títulos incompatíveis ao assunto; e) duplicidade; f) informações disponibilizadas após setembro de 2021.

Posteriormente ao processo de coleta e organização, o uso dos critérios de exclusão e inclusão e a interseção entre as obras selecionadas em cada portal consultado, promovi a leitura e o destaque aos pontos importantes dos 17 trabalhos selecionados. Esse procedimento foi realizado de abril a setembro de 2021, em meio ao segundo pico do surto de contaminação pela COVID-19 no Brasil e sem aderência a *software* especializado.

Os esforços empenhados na construção manual deste balanço intelectual sobre a temática, possibilitou-me distanciar da realidade impactante da pandemia em pleno vigor.

Em consulta realizada em abril de 2021 ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no intervalo de 1987 a 2019, haviam sido disponibilizadas 1.235.665 produções. O levantamento foi feito em três etapas principais: a) separação pelos descritores; b) filtragem das produções pertencentes ao Colégio de Humanidades/C. Humanas/AE Educação, enfatizando produções inseridas em linha de pesquisa da área de memória ou de História e articulação entre descritores e sub descritores; c) uso dos critérios de exclusão.

Na primeira etapa, do total de 1.235.665 produções, obteve-se o seguinte detalhamento quantitativo por descritor: a) mulher: 9017; b) internacionalização: 1018; c) internacional: 3743; d) educação superior: 2081; e) ensino superior: 4510; somando 20.369 obras possivelmente ligadas ao tema desta tese.

De posse dessa informação, identifiquei que as Teses e Dissertações (Diss.) contendo os descritores representavam aproximadamente 1,64% do total da produção geral disponibilizada, sinalizando que os objetos de estudos permanecem com escassa produção no Brasil.

Na próxima etapa, identifiquei as produções em níveis de refinamento. Foi necessário, no primeiro nível, separar quantitativamente as dissertações e teses do Colégio de

Humanidades, área de concentração de Ciências Humanas; em segundo nível, separar as integrantes da AE Educação; em terceiro nível, a linha de pesquisa da área de memória ou de História; e, em último nível, combinar os descritores e sub descritores entre si.

O montante acumulado reduziu nos dois primeiros níveis para 3.670 pesquisas defendidas na área de Educação; no terceiro nível, constaram 410 trabalhos integrantes da linha de pesquisa em foco e, no último nível dessa segunda fase, o quantitativo geral era de 81 produções. Após a implementação dos critérios de exclusão, terceira e última etapa, foi possível chegar a 55 trabalhos, contando 18 por “mulher” e 37 pelo descritor “internacionalização”.

A consulta apurou uma redução significativa também nas produções específicas da Educação, passando de 3.670 para 55, demonstrando que os descritores investigados não estão entre os assuntos predominantes. Dentre os 55 trabalhos identificados, o descritor “internacionalização” representa o dobro das produções do descritor “mulher”.

Continuando a apuração nos portais de dados das produções do país defendidas pela pós-graduação, investiguei a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) coordenada pelo IBICT que integra o CNPq. O BDTD, uma opção a mais para instituições de ensino e pesquisa divulgarem suas teses e dissertações, possibilitou encontrar produções antigas a depender do repositório da universidade onde o trabalho foi defendido, podendo conter até informações sobre produções internacionais. Assim, o exame no BDTD partiu de 668.100 documentos divulgados à época da pesquisa, sem definição clara do período temporal, considerando inclusive produções com registro de data de defesa nulo.

A pesquisa foi feita com as mesmas expressões do portal investigado anteriormente, por meio do campo de busca, de forma isolada ou combinada com o campo assunto, resultando em três trabalhos relacionados ao descritor “mulher” e quatro produções ligadas ao descritor principal “internacionalização”. Porém, após o emprego do critério de exclusão de ambiguidade entre portais, reduziu-se a uma dissertação pelo descritor “mulher” e uma tese pelo foco “internacionalização”.

O terceiro e último portal investigado foi o Repositório Institucional (RI) da Biblioteca da UFMT. Os repositórios institucionais são plataformas que permitem tanto a memória quanto a divulgação da produção de conhecimento produzido por uma instituição específica (PRAXIS, 2021).

Em consulta às normativas da UFMT, identifiquei a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 01 de março de 2021, sob nº 106, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de funcionamento do Repositório Institucional (RI) da UFMT. Nos

primeiros artigos, viu-se que o RI/UFMT foi subordinado à Coordenação da Biblioteca Central da UFMT, armazenando a produção intelectual da universidade, com formato digital e disponibilizando os arquivos de forma integral (UFMT, 2021).

O RI/UFMT iniciou as atividades em 2010 e possui arquivos de teses e dissertações produzidas desde 2006, somando 3.003 produções disponíveis no momento da consulta, porém, está digitalizando aos poucos as obras anteriores a sua criação e, por este motivo, tem aumentado o acervo paulatinamente.

Entre as 3.003 publicações, havia três teses e sete dissertações com foco em mulher e três dissertações com foco em internacionalização. Apesar de ter utilizado os critérios de exclusão, as expressões integraram a fase seguinte. Entretanto, podemos perceber que, embora ambas as temáticas necessitem de avanços, a internacionalização ainda permanece emudecida, em comparação ao objeto mulher que se mostrou mais expressivo no acervo da universidade.

Tabela 1: Interseção entre o inventário pelos portais eletrônicos

EXPRESSÃO	CTD/CAPEs		BDTD/IBICT/CNPq		RI/UFMT	
	Tese	Diss.	Tese	Diss.	Tese	Diss.
Mulher e educação superior	5	7	0	0	3	7
Mulher e ensino superior	4	2	0	1	0	0
Mulher e internacionalização	0	0	0	0	0	0
Mulher e cooperação internacional	0	0	0	0	0	0
Mulher e mobilidade internacional	0	0	0	0	0	0
Mulher e política internacional	0	0	0	0	0	0
Total – foco mulher	9	9	0	1	3	7
Internacionalização e educação superior	4	13	1	0	0	2
Internacionalização e ensino superior	4	8	0	0	0	0
Internacionalização e mulher	0	0	0	0	0	0
Internacionalização e cooperação internacional	2	0	1	0	0	0
Internacionalização e mobilidade internacional	2	1	0	0	0	0
Internacionalização e política internacional	1	2	0	0	0	1
Total – foco internacionalização	13	24	1	0	0	3
Total por portal eletrônico	55		2		13	

Fonte: Elaborado pela autora (2021)⁵.

⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em 20 abr.2021.

Disponível em: <https://bdttd.ibict.br>. Acesso em 20 abr. 2021.

Disponível em: <https://ri.ufmt.br/>. Acesso em 20 abr. 2021.

Analisando a interseção entre portais eletrônicos, conforme exposto na tabela 1, o quantitativo das produções encontradas foi de: a) 55 trabalhos no CTD/CAPES; b) dois trabalhos na BDTD/IBICT/CNPq; e c) 13 trabalhos no RI/UFMT. Somou-se 70 produções acadêmicas com os descritores pré-definidos e suas combinações, consistindo em 21 teses e 49 dissertações, nenhuma com registro mulher e internacionalização, ou vice-versa.

Prossigui com o caminho metodológico proposto na produção do inventário das fontes, quanto à leitura dos trabalhos, subdividindo-o em dois momentos: a) leitura dos resumos e sumários, excluindo, assim, 53 produções por não possuírem assuntos de amplitude nacional e/ou diretamente focados na UFMT; e b) leitura dos 17 trabalhos e elaboração de análise. Para fins de identificação e síntese dos objetivos e resultados, destaquei para esta tese somente as produções que pertenciam até o ano de 2016, conforme disposto nos quadros seguidamente.

Quadro 1: Dissertações (2008-2016)

Título	Autor/ Síntese
A mulher na Educação Superior: tendências e trajetórias	Luciá Piacitelli (2008) buscou compreender as razões, as trajetórias e as barreiras enfrentadas pela mulher na busca pela escolaridade, no espaço das universidades. As evidências quantitativas comprovaram uma tendência, não só no Brasil, como também em outros países, da inserção da mulher nas universidades. Apesar do acesso das mulheres ao ensino superior ter aumentado bastante, no entanto, pode-se observar que em alguns territórios, definidos como masculinos, as fronteiras do gênero ainda persistem, como em campos da ciência e da tecnologia.
A internacionalização da Educação Superior: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)	Rosemeri Nunes Feijó (2013) se dedicou a compreender a internacionalização do ensino superior por meio dos alunos estrangeiros que recebem bolsa do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação para estudar no PPGAS/UFRGS. A autora defendeu que políticas desta natureza incentivam a promoção de alianças com países do hemisfério Sul que, em muitos sentidos, vivem problemáticas semelhantes às do Brasil.
Projeto <i>Tuning</i> América Latina em universidades brasileiras: uma análise da “afinação” Educacional Superior ao modelo europeu	Kleyton Carlos Ferreira (2014) investigou em que medida e de que maneira o Projeto <i>Turning</i> América Latina vem ganhando espaço na educação superior brasileira na área da Educação. Evidenciou como o projeto em estudo estabeleceu uma reforma da educação superior, financiado pela União Europeia e estendido ao contexto latino-americano e brasileiro, favorecendo a consolidação de políticas internacionais de ensino superior no Estado brasileiro, efeito da globalização em países no mundo.
A expansão da Educação Superior brasileira: diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero	Máriele Martins (2014) teve como objeto a expansão do ensino superior brasileiro, com foco no acesso de mulheres às instituições de educação superior entre os anos de 2008 e 2012, ilustrados por uma especificidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo observou que as lutas de gênero, neste campo, se associam muito às lutas de classe, pois para as mulheres, os cursos de maior ingresso são aqueles com baixo valor social e econômico. A autora defendeu que na UFSC ainda prevalece a vinculação histórica da repetição cíclica da profissão entre genitores e herdeiros.

Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira	Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins (2015) analisou a concepção e a implementação do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), no contexto da política de internacionalização da educação superior no Brasil. O trabalho constatou que não existe uma política de internacionalização da educação superior plenamente definida no Brasil, contudo, o Programa CsF, mesmo sem expressar exatamente tal política, traduziu posicionamentos e características do interesse do poder vigente, caracterizado pelo valor comercial do conhecimento.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021)⁶.

No Quadro 1, foram apresentadas duas dissertações com objeto de estudos definidos pelo descritor “mulher”. As autoras Piacitelli (2008) e Martins (2014) enfatizaram as pesquisas na trajetória histórica de acesso e expansão da educação superior segundo o delineamento de gênero feminino. Inclusive, a pesquisa de Martins (2014) está centrada na linha de pesquisa Sociologia e História da Educação/UFSC. Ambas se aproximam do objeto de estudo desta tese e contribuíram para o entendimento do percurso histórico vivenciado pelas mulheres tanto no acesso quanto na expansão da educação superior. Impactou-me a afirmação de Piacitelli (2008) de que as mulheres começaram o século XX analfabetas e terminaram com mais escolaridade do que os homens, caracterizando um movimento de luta social.

O descritor “internacionalização” resultou em três dissertações com vieses diferenciados. Feijó (2013) optou pela perspectiva histórica; Ferreira (2014) enfatizou a influência europeia nas políticas educacionais brasileiras, ilustrado por um projeto ligado à pós-graduação; e Martins (2015) utilizou um programa brasileiro de internacionalização, em especial, o recorte pela graduação da UFMT, para refletir sobre a constituição da possível política de internacionalização da educação superior nacional. Essas dissertações contribuíram para a construção de conhecimento do que se tem estudado em termos históricos e de política da internacionalização do ensino superior brasileiro. O quadro 2 apresenta as teses selecionadas.

Quadro 2: Teses (2013-2016)

Título	Autor/Síntese
Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil	Lanara Guimarães de Souza (2013) investigou como as avaliações de políticas educacionais realizadas pelos organismos internacionais no Brasil se relacionam com a construção de uma avaliação pública, entendida como avaliação politizadora e participativa. A pesquisa afirmou que o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o PNUD adotam abordagens convergentes, concentradas em aspectos sociais apesar de possuírem características institucionais diferentes. A autora confirmou que a

⁶ CAPES (2021) e UFMT (2021).

	UNESCO fornece assistência especializada em educação, enquanto o Banco Mundial e o PNUD são focados no financeiro.
Teias do pensar democrático presente nos discursos dos atores das Redes de Agências de acreditação e avaliação da qualidade da Educação Superior na América Latina: as vozes do lado de lá	Margareth Guerra dos Santos (2016) estudou as Redes de Agências de acreditação e avaliação da qualidade da Educação Superior, que adotaram modelos de regulação sob a égide da Sociedade do Conhecimento, neoliberal e baseada na economia do conhecimento. A autora concluiu que o movimento de REDES estudadas, RIACES e RANA, oferecem possibilidade que solidificam relações entre grupos diferentes, mas com propósitos igualitários, de equidade e desenvolvimento social. Identificou, inclusive, que a ideia de cooperação, integração e socialização de políticas para a América Latina pode representar movimentos de “rupturas com o modelo neoliberal, porém só será possível se for rediscutida nas redes a concepção de democracia.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)⁷.

No Quadro 2, foram expostas as teses de Souza (2013) e Santos (2016), ambas selecionadas pelo descritor “internacionalização”, com enfoques distintos. A primeira com análises sobre a avaliação educacional pelo olhar dos organismos internacionais UNESCO, Banco Mundial e PNUD; e a segunda com ênfase nas redes latino-americanas de educação RIACES e RANA, diante do modelo neoliberal. Ambas colaboraram para a compreensão do “olhar externo” de instituições internacionais frente à região da América Latina, em destaque o Brasil.

No recorte temporal até 2016, dentre o inventário feito, não foi identificada nenhuma tese relacionada com o descritor “mulher”. Como anunciado, o método de separação, organização e análises aprofundadas para o mapeamento das produções requereu dedicação, concentração e equilíbrio emocional em demasia no período de elaboração durante a pandemia de COVID-19.

O rastreamento nas bases digitais possibilitou encontrar as seguintes quantidades de trabalhos: a) CTD/CAPES, 1.235.665; b) BDTD/IBICT/CNPq, 668.100 e c) RI/UFMT, 3003. Chegou-se, após filtragem a: a) 55; b) dois e c) 13, totalizando 70 produções. Após vários níveis de refinamento, chegou-se em cinco dissertações (Quadro 1) e duas teses (Quadro 2) enfatizadas por atuarem em diversos ângulos de análise sobre os descritores principais: mulher e internacionalização. Tratou-se do encontro com vários fios que, conforme Ferreira (2002), “[...] se cruzam, que se rompem, que se unem, que se questionam dependendo do ponto que se

⁷ CAPES (2021).

estabelece como partida em cada texto.”. Esse foi o movimento de construção da teia do conhecimento pelo inventário das produções no campo da pesquisa.

As teses e dissertações, portanto, permitiu compreender perspectivas estudadas pelos descritores afinadas à temática proposta nesta tese, auxiliando a construção de um vasto arcabouço científico sobre o movimento histórico das mulheres e a postura brasileira frente a internacionalização, ambos no nível do ensino superior.

1.3 A estrutura da tese

Esta tese foi organizada em seis seções. A seção introdutória trouxe memórias sobre percursos e o encontro com o doutorado, os objetivos da pesquisa, o motivo de escolha do recorte temporal, hipótese defendida, metodologia utilizada, o estado da arte e a análise e produções que se aproximaram do objeto de pesquisa.

Na segunda seção, o objetivo de estudo foi relacionar mulheres ao alcance ao ensino superior e a internacionalização brasileira, entre os anos 1970 e 2016. Há nesta seção, breve histórico da internacionalização da educação superior no país e a constatação da ausência nas deliberações nacionais em relação ao gênero feminino. Explanei adicionalmente, as razões para se internacionalizar a universidade e aumentar a participação feminina nas mobilidades internacionais.

A terceira seção analisou o caminho histórico vivenciado na UFMT em seu percurso de internacionalização e na presença feminina, destacando as pioneiras no reitorado e nas ações de mobilidade internacional. A análise documental dividiu a reflexão histórica em dois momentos. O primeiro momento, de 1970 a 1988, foi caracterizado prioritariamente pelo atendimento da UFMT à soberania do Ministério da Educação. E, momento seguinte, de 1989 a 2016, com o exercício da autonomia institucional pela universidade conquistada pela Constituição Federal de 1988.

Na quarta seção, constou o movimento assumido pela comunidade acadêmica feminina da UFMT. Foram identificados e historicizados seis programas de mobilidade internacional, computando 805 participantes, destes, 364 mulheres.

Na quinta seção, apresento e discuto relatos das testemunhas que atuaram no âmbito da internacionalização na UFMT durante o recorte temporal da tese (1970-2016). A análise da pesquisa oral dividiu a reflexão histórica nas subcategorias: mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT; e mulheres gestoras das ações de internacionalização da

UFMT. Assim, foi possível analisar a trajetória das mulheres que desfrutaram das ações de internacionalização e daquelas que organizaram tais ações.

As considerações finais apontam que a internacionalização na UFMT ocorreu desde o início das atividades em 1970. Destacou os caminhos percorridos pelas mulheres na internacionalização da UFMT, tanto o pioneirismo quanto na atuação enquanto partícipe e/ou gestoras, constatando que elas foram avançando em representatividade. Isso ocorreu a partir de movimentos significativos de mobilização interna e externa à universidade, dispendo por uma necessária política de internacionalização institucional.

Importante advertir que esta pesquisa se empenhou em apresentar temas emergentes nas universidades públicas brasileiras por meio da historiografia de internacionalização da UFMT e seus partícipes, dando ênfase à participação feminina. O objetivo era abordar uma história da temática “mulheres e internacionalização” no ensino superior, entendendo-a como parte integrante dos feitos públicos da humanidade. A história ocorrida na UFMT, com sujeitos femininos, pode se aproximar da história vivenciada em outros espaços educativos congêneres, contribuindo para reflexão institucional e novas pesquisas nesse campo investigativo.

Outra colaboração deste estudo se voltou para a comunidade interna da UFMT, no sentido de apreender as conexões e as assimetrias do desenvolvimento educacional das mulheres na implementação da internacionalização do ensino superior, auxiliando em ações que visem políticas conscientes e congruentes com a diversidade acadêmica.

2 MULHERES NO ENSINO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL: EU, ELA, NÓS

O aventureiro é o herói dos tempos modernos; a aventureira, uma criatura inquietante. [...] No entanto, elas se movimentam, as mulheres. Saem, viajam, migram. (PERROT, 2007, p. 136).

Dentre as temáticas sobre a história das mulheres, Perrot (2007) relacionou o gênero com o espaço, com o ambiente físico, ou seja, o lugar onde se está ou se deveria estar. A autora distinguiu a palavra aventureiro/aventureira, a depender do gênero empregado. Enquanto o homem aventureiro é um “herói”, a mulher é uma “criatura inquieta”.

Isso demonstra que a interpretação do feminino “aventureira” tem a conotação de desassossego, relacionada à agitação, preocupação e nervosismo, isto é, de “[...] mulheres, esperava-se permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maturidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade, inclusive sexual e autoridade.” (ALMEIDA, 2004, p. 73). Esses eram os papéis sexuais tradicionais assumidos e aceitos na sociedade do século XX, contudo, as mulheres se movimentaram e modificaram esse padrão.

Se hoje, nós mulheres frequentamos a comunidade acadêmica brasileira de nível superior, seja como estudantes, técnica-administrativas, docentes e/ou pesquisadoras, isso ocorre devido ao movimento de muitas mulheres que nos antecederam. Essas não aceitaram ficar nos espaços restritos que a sociedade queria, como o lar ou a igreja. Com sagacidade, foram à luta pela liberdade e aos poucos adentraram os espaços onde até então não eram aceitas, como escola, universidade, trabalho. Muitas delas viveram experiências no seu país e além dele, portanto essa subseção visou entender como se deu o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil com vistas à posterior conexão da análise com o acesso das mulheres na internacionalização da UFMT, foco desta tese.

Nos anos de 1970, vigorava a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e a articulação com a escola média. Conhecida como Reforma Universitária de 1968, a lei primava pela “[...] expansão da oferta de vagas através da criação de estabelecimentos privados, secundada por medidas de aprimoramento da qualidade do ensino nas instituições públicas” (KLEIN, 1992, p. 1).

De acordo com as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980 a população graduada era composta de 55% de homens e 45% de mulheres. A

diferença entre os gêneros era ainda maior na pós-graduação, diplomados nos cursos de mestrado e doutorado até 1980, pois os homens detinham 68% do total enquanto as mulheres representavam 32% da população pós-graduada (IBGE, 1980).

Nos anos subsequentes a 1980, houve tentativas do Ministério da Educação de alteração e formulação de políticas mais democráticas direcionadas ao ensino superior, porém, a questão fundante na sociedade brasileira estava voltada para alcance da cidadania, conquistada somente em 1988 pela nova e atual Constituição Federal Brasileira (CF88) (KLEIN, 1992). Também conhecida como Constituição Cidadã, a CF88 determinou a garantia à educação em igualdade de condições entre os sexos, manteve a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, regulamentou a alocação de recursos públicos às escolas privadas sem finalidade lucrativa e constatou a autonomia universitária (BRASIL, 1988).

Com a ampliação de vagas, as mulheres tiveram mais oportunidades de adentrar o espaço educacional de nível superior no Brasil. O censo demográfico do IBGE, de 1970, demonstrou que 138.496 mulheres tinham curso superior completo, representando aproximadamente 26% do total geral da população brasileira graduada. No censo seguinte (1980), o quantitativo subiu para 806.812 mulheres com ensino superior completo, ficando notório o vigor do acesso feminino a esse nível de estudo; contudo, ainda estava abaixo do quantitativo representado pelo gênero masculino, que era de 1.002.706 homens. Resultados prósperos também foram encontrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (1990), momento em que as mulheres representavam 56% da população com ensino superior no país, ou seja, o quantitativo de 871.550 mulheres com ensino superior completo, superando o quantitativo masculino (PNAD, 1990).

O movimento democrático inspirado nos princípios da constituinte provocou um período de transformação do ensino superior, marcado pela multiplicidade de instituições e comunidade acadêmica, além do constante debate pelas associações representativas dos docentes e dos/das estudantes acerca da participação nas decisões autônomas da universidade.

Em 1988 foi criada a Comissão da Lei de Diretrizes e Bases, palco de discussões para formulação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, debatida por anos foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, sob nº 9.394, e ainda vigente. Dentre as principais orientações, instituiu à educação superior: formar diplomados em diferentes áreas de conhecimento; incentivar a investigação científica; abranger cursos de graduação, pós-graduação e extensão; estimular a troca recíproca do conhecimento dos problemas do mundo;

assegurar a autonomia universitária; e permitir instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com graus variados de abrangência e especialização (BRASIL, 1996).

Esses foram os fatores fundamentais que proporcionaram a diversidade de gênero no ensino superior, como parte integrante do Decreto nº 2.306, de 16 de agosto de 1997. Este regulamentou o sistema federal de ensino, diferenciando universidades de centros universitários. Coube às universidades o caráter de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e aos centros universitários o caráter de “[...] uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa [...]” (SAVIANI, 2010, p. 11), possibilitando, assim, a um custo mais baixo, a maior acessibilidade ao ensino superior, isto é, mais oferta de vagas à demanda brasileira reprimida.

Outro fator resultante da LDB/1996 e da CF88 foi a determinação da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) a cada decênio, sob incumbência da União e a cargo do Conselho Nacional de Ensino (CNE). O CNE integra o Ministério da Educação e possui como competência colaborar para a formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento por meio das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior que a compõem (CNE, 2022).

A Câmara de Educação Superior (CES) foi composta por conselheiros dos segmentos representativos da comunidade científica, incluindo o/a Secretário/Secretária de Educação Superior do MEC, nomeado pelo Presidente da República. Dentre as atribuições do CES/CNE consta a função de colaborar para a preparação do PNE e acompanhar a execução.

O PNE foi publicado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. O texto foi baseado mais em otimismo do que em racionalidade, visto que continha “[...] uma radiografia de cada nível, etapa e modalidade da educação nacional, das respectivas diretrizes e metas.” (CURY, 2011, p. 805). Todavia, o financiamento do PNE sofreu veto presidencial, inviabilizando a plena execução, o que não impossibilitou avanços em relação à conscientização da sociedade sobre a importância do que se está em jogo numa política educacional (SCHNEIDER, 2019).

Apesar de ser um plano formatado mais pelas aspirações do que pela prática, faltou constar diretrizes e objetivos que tratassem de forma específica o acesso das mulheres ao ensino superior. O mais próximo que se chegou desta pauta foi a meta de prover, até o final da vigência do PNE, a ampliação de 30% da oferta de vagas para jovens de 18 a 24 anos na educação superior, sem definição por gênero. Ou seja, isso seria permitido a toda população dessa faixa etária, considerando o determinado pela constituinte em relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ao buscar a avaliação do que foi efetivado nesta meta do PNE, viu-se que

“A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 registrou que a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8%, enquanto a taxa líquida chegou a 14,6%.” (MEC, 2014, p. 41). O dado evidencia que houve um empenho no cumprimento da meta, chegando à proximidade, mas não alcançando totalmente o que o Plano havia estabelecido.

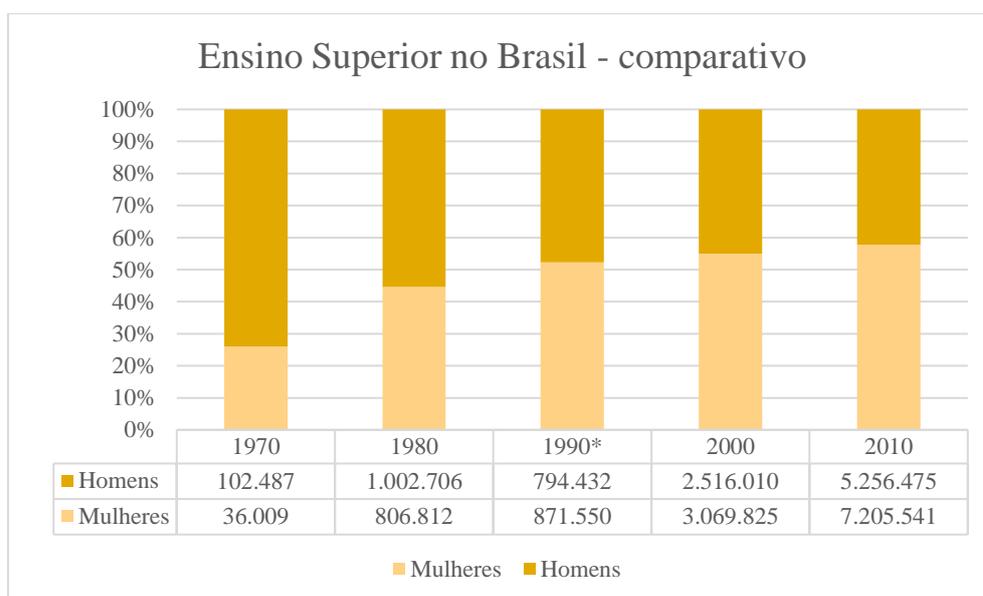
Em busca de informações sobre o ensino superior a partir de 2000, recorri novamente aos censos demográficos brasileiros realizados de 2000 a 2010, disponibilizados pelo IBGE, para entender a evolução do nível educacional das mulheres. No ano 2000, a população brasileira era de 169 milhões, composta de 49% de homens e 51% de mulheres. Em relação ao ensino superior, o IBGE (2000) computou que somente 3% da população (aprox. 5,5 milhões) detinha o nível universitário, dos quais 45% eram homens (aprox. 2,5 milhões) e 55% mulheres (aprox. 3 milhões).

Em 2010, a população cresceu alcançando 191 milhões de pessoas, mas manteve a divisão de gênero populacional da série histórica anterior. O volume de concluintes do ensino superior, então formado por 42% de homens (aprox. 5,2 milhões) e 58% de mulheres (aprox. 7,2 milhões), aumentou para 7% da população (aprox. 12,4 milhões). Conseqüentemente, o resultado foi de mais de 7 milhões de mulheres com curso de graduação, um pouco mais do que o dobro da série de 2000. Nos registros da pós-graduação de 2010, as mulheres também ultrapassaram os homens, computando 58% do total de pessoas pós-graduadas no país (IBGE, 2010).

Analisando as fontes do IBGE do ensino superior, foi possível inferir que as taxas no ensino superior superiores de mulheres, em relação aos homens, sem considerar faixa etária, foram proeminentes nos anos 2000 na graduação (aprox. 500 mil) e 2010 na pós-graduação (aprox. 2 milhões). Em 2004, Jane Soares de Almeida (2004, p. 105) afirmou que “Nos tempos atuais, as universidades têm cada vez mais ampliado o contingente feminino entre seus alunos [...]”. Todavia, nas legislações estudadas, a política de ensino superior estava voltada para expansão de vagas, sobretudo em instituições privadas, sem contar com uma política específica de acesso às mulheres.

O Gráfico 1 sintetizou e propôs o comparativo entre os dados dos censos demográficos publicitados pelos IBGE de 1970, 1980, 2000 e 2010, acrescido da estatística do PNAD 1990, considerando que o IBGE não incluiu o critério de gênero no ensino superior em sua publicação feita em 1991.

Gráfico 1: Ensino Superior e Gênero no Brasil (1970 - 2010)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de fontes do IBGE (1980), (2000) e (2010) e PNAD (1990)*.

Analisando o comparativo apresentado com estatística de gênero no ensino superior brasileiro a cada 10 anos, foi possível perceber o avanço gradual da população brasileira em obter o ensino superior entre os anos de 1970 a 1990, destacando-se a ultrapassagem das mulheres em relação aos homens na taxa percentual de ensino superior a partir de 1990, ou seja, após a CF88.

Entre o período de transição entre os séculos, ou seja, de 1990 a 2000, foi constatado a triplicação da população universitária em comparação com os números anteriores tanto para homens quanto para mulheres, provavelmente devido a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, sobretudo a partir 1995, na rede privada de ensino (CORBUCCI, 2001). As mulheres continuaram a superar o quantitativo masculino no início do século XXI.

Entre os anos 2000 e 2010, continuou apresentando expansão da população brasileira com ensino superior, nova duplicação dos números, possuindo sobremaneira a presença das mulheres como o gênero de maior percentual de representatividade, cerca de 2 milhões a mais que os homens.

Investigando os anos sequenciais ao último censo do IBGE analisado, foi promulgado a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, novo PNE (2014-2024). Em comparação ao PNE anterior, vê-se que o atual foi mais ousado em relação à meta de oferta de vagas na educação superior para os/as jovens de 18 a 24 anos. Ele instituiu na Meta 12 o aumento da taxa bruta de matrícula em 50% e a taxa líquida em 33%, estabelecendo ainda que ao menos 40% das novas matrículas fossem dentro do segmento público (MEC, 2014).

O resultado da Meta 12 do segundo PNE, em 2014, foi publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Relatório do 1º Ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. O documento informou que a taxa bruta de matrícula alcançou 32,1% e a taxa líquida foi de 21,2%, ratificando o aumento do acesso à graduação pela população de 18 a 24 anos em relação ao PNE anterior. Porém, declarou a necessidade de se intensificar e acelerar as ações para o alcance total do proposto no plano em vigor até 2024. Sobre as novas matrículas no segmento público, os dados resultaram em 20,7% do crescimento total, metade do necessário, implicando mais ações governamentais para que se possa atingir o resultado esperado (INEP, 2014).

O relatório INEP (2014) ainda observou aumento do indicador das mulheres em relação aos homens nessa faixa etária, comparando o crescimento entre os anos de 2004 e 2014: a taxa de acesso das mulheres aos cursos de graduação passou de 14,2% para 24,8%, crescimento de 10,6 pontos percentuais, enquanto o acesso dos homens cresceu de 10,5% para 17,6%, variação de 7,1 pontos percentuais (INEP, 2014). O aumento do acesso das mulheres à educação superior contribuiu para diminuir as históricas desigualdades de gênero manifestadas em nossa sociedade, apesar de estar atravessada por outras interseccionalidades como questões de raça/cor, econômicas, entre outras.

Em 2016, o INEP também publicou o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior. Sucintamente, o documento informou que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação, independente da faixa etária. Os cursos de graduação com maior percentagem de matrículas femininas foram Pedagogia com 92,8%, Serviço Social com 90,5% e Nutrição com 86,6%.

Contudo, a participação feminina superou a masculina em mais 11 de 20 cursos com mais matrículas em 2016: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Gestão de Pessoal/Recursos Humanos, Fisioterapia, Medicina, Farmácia e Odontologia. Em termos de concluintes, a participação feminina registrada foi maior em 15 de 20 cursos, os mesmos 14 em que foram maioria de ingresso, acrescentando o curso de Publicidade e Propaganda (INEP, 2016).

Esses resultados estatísticos corroboraram a afirmação de Almeida (2004, p. 97) que “Nos dias atuais, um fenômeno frequentemente observado, principalmente nas ciências humanas e biológicas, é o grande número de mulheres que procuram pela educação superior [...]”. O Brasil vem seguindo a esteira mundial, possuindo atualmente mais mulheres do que

homens no ensino superior, contudo, concentradas em áreas de conhecimento associadas a menor prestígio social, conseqüentemente menores salários, conforme a UNESCO (2023).

Em continuidade à análise, o PNAD 2016, elaborado pelo IBGE, trouxe informações atualizadas da Meta 12 em relação ao divulgado pelo Relatório do 1º Ciclo do INEP. A pesquisa informou que, em 2016, os números alcançavam 40,7% da taxa bruta e 20,7% da taxa líquida de matrículas na graduação pela população de 18 a 24 anos (IBGE, 2016). Esse dado mostra que, em 2016, o resultado apresentou avanço em relação à taxa bruta e redução em relação à taxa líquida apresentados em 2014 pelo INEP, inferindo um longo caminho a ser percorrido para alcançar o objetivo.

Divergentes projetos de sociedade e educação construíram as tramas e as tessituras históricas para a mulher adentrar o ensino superior com mais vivacidade no novo século. Contudo, vale ressaltar que não será rápida a reparação histórica, pois são “[...] quase 450 anos de exclusão (ou menor participação) feminina nas escolas, mas ainda falta muito para que exista equidade de gênero no Brasil. As mulheres negras ainda apresentam níveis educacionais inferiores aos das mulheres brancas.” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 136).

Ainda existe um grande caminho a ser percorrido pelas mulheres no ensino superior, oportunizando àquelas excluídas por outras questões, por exemplo, a racial citada pelos autores. Entretanto, aos poucos e de forma pacífica, as mulheres vão transformando a realidade e galgando novos patamares às próximas gerações, fato a ser analisado se prosseguiu os meus parâmetros em relação ao acesso das mulheres na internacionalização da UFMT.

2.1 Breve histórico da internacionalização no ensino superior brasileiro e seu silenciamento em relação ao gênero

A internacionalização no ensino superior integra a universidade, pela “[...] natureza universal do conhecimento, associada à tradição de cooperação acadêmica, no desenvolvimento das atividades do ensino.” (MINOGUE, 1981, p. 17), inclusive pela etimologia da palavra universidade, que deriva do latim “*universitas*”, significando universalidade, conjunto, totalidade, comunidade (KOOGAN; HOUAISS, 1998).

A autora Jane Knight (2020, p. 14) afirma que “A mobilidade de discentes e docentes, chamada de primeira geração, vem ocorrendo desde que as universidades passaram a existir. Com efeito, o conceito de universo contido no termo ‘universidade’ é uma prova dessa mobilidade”.

Dentre as ações de internacionalização do ensino superior, a mobilidade internacional da comunidade acadêmica está entre as mais difundidas, definida como o deslocamento de pessoas a espaços internacionais de estudo e pesquisa. No Brasil, essa mobilidade foi registrada no período colonial, antecedendo a criação das universidades, quando ainda cabia ao país colonizador Portugal ou a outros centros europeus a formação da elite brasileira no ensino superior. A movimentação internacional em busca de estudos universitários proporcionava também a sociabilidade intercultural, considerando que “[...] a mobilidade não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados” (CASTRO; CABRAL NETO, 2012, p. 78).

A internacionalização foi se modificando ao longo dos tempos no mundo, da mesma forma que o ensino superior também foi se alterando de acordo com os desafios da contemporaneidade. No Brasil, a internacionalização esteve presente na criação da universidade, seja sob a influência internacional dos intelectuais franceses para propósitos acadêmicos, seja na presença de consultores norte-americanos na estruturação do sistema de educação superior, reforçando a concepção na gênese da universidade brasileira (LIMA; CONTEL, 2009). A internacionalização no ensino superior está em constante mudança, tratando-se de sua “[...] característica central [...]”. (KNIGHT, 2020, p. 12).

A partir da segunda metade do século XX, com as mudanças do cenário brasileiro de acesso ao ensino superior, com a demanda por diferentes tipos de mobilidade e cooperação, assim como divergências de projetos políticos de sociedade brasileira, o Brasil passou a conferir notoriedade à internacionalização no ensino superior, investindo em sua práxis.

A contar de 1970 o interesse primordial estava em formar pesquisadores para a modernização do país, por meio de “[...] formulação de políticas públicas voltadas para a consolidação do sistema nacional de educação superior.” (LIMA; CONTEL, 2009, p. 5). Tratou-se do período de ampliação das parcerias internacionais e consequente aumento dos estudantes-convênio (FRANCO, 2002). Esses fatores despertaram a necessária criação oficial do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), via Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965, com o objetivo principal de regular os beneficiários dos convênios, majoritariamente provenientes de países do hemisfério sul do planeta.

Ademais, o ensino superior passou por uma remodelação sob influência estadunidense, orientada para o objetivo de “[...] obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro [...]” (MARTINS, 2009, p. 20). De acordo com Carlos Benedito Martins (2009), o momento de racionalização de recursos e flexibilidade estrutural, com orientação para

eliminar cátedras, não criou departamento e introduziu um ciclo básico no primeiro ano de formação para contornar a pressão da grande demanda popular.

Outra perspectiva importante dessa remodelação foi a articulação ensino e pesquisa estimulando a criação da Primeira Política Nacional de Pós-graduação (I PNPG) do Brasil, conduzida pelas agências de fomento do governo federal CAPES e CNPq. A I PNPG foi formulada para o quadriênio de 1975 a 1979, enfatizado pela formação dos primeiros pesquisadores do país, aliando a política educacional com a política de ciência e tecnologia. Isso demandou às instituições de ensino superior a criação de programas de aperfeiçoamento de capacitação do pessoal docente. Em caso de “[...] impossibilidade de atendimento nacional [...] devem ser programados convênios e intercâmbios com instituições estrangeiras.” (MEC/PNPG, 1975, p. 120).

Entre os anos de 1980 e 1990, foram feitos investimentos na formação de professores/professoras e pesquisadores/pesquisadoras com propósito de atender o desenvolvimento do país, tanto intelectual quanto econômico. Isso possibilitou “[...] condições para que os programas de cooperação acadêmica internacional inaugurassem novos formatos que, em essência, buscassem ultrapassar as relações de subordinação e evoluíssem para trabalhos baseados em experiências mais igualitárias [...]” (LIMA; CONTEL, 2009, p. 7).

De acordo com os autores, atualmente, ainda está em curso esta afirmação da comunidade acadêmica e científica brasileira frente a outros países.

A partir de 1985, o Brasil criou e consolidou institutos de pesquisa especializados e diversificou a cooperação acadêmica internacional. Esta tendência de diversificação pode ser observada consultando os programas e acordos firmados pelas principais agências de suporte às políticas públicas brasileiras centradas em educação, ciência e tecnologia, como CAPES e CNPq, a partir do direcionamento dos planos de ação na condução de atividades comprometidas com a formação de professores e pesquisadores, com a produção e difusão de conhecimento. (LIMA; CONTEL, 2009, p. 8).

Em 1988, com a promulgação da CF88, constando no preâmbulo a “[...] harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]” (BRASIL, 1988). O sentido de civilidade nas relações internacionais ficou em evidência, devendo direcionar as cooperações.

Ainda em 1988, houve a criação pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), que hoje continua com o acrônimo FAUBAI, mas alterou a

nomenclatura para Associação Brasileira de Educação Internacional, com objetivo de ser uma instância de articulação e promoção de ações da internacionalização do ensino superior entre as instituições associadas. A associação foi instituída como “[...] sem fins lucrativos, que congrega gestores ou responsáveis por assuntos internacionais das instituições de ensino superior brasileiras [...]” (MONTEIRO, 2007, p. 22).

Em 1989, conforme Williamsom (2000), ocorreu o Consenso de Washington, que propôs um conjunto de políticas econômicas liberais que, fundamentalmente, pregavam a redução de participação do Estado, a liberação do setor financeiro, a privatização de empresas estatais e a abertura de mercado ao capital internacional. Ganhando adesão no Brasil a partir de 1990, esse fato demarcou a entrada oficial do país ao modelo político e econômico neoliberal.

Os princípios neoliberais foram aplicados nas políticas educacionais, abrangendo a internacionalização do ensino superior, por entender que “[...] a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra [...]” (SANTOS, 2011, p. 32). Deste modo, ações mercantis passaram a ser enaltecidas na internacionalização das IES, como: recrutar estudantes, oferecer cursos, comercializar consultorias, programas, captar financiamento de pesquisas, formar redes globais (LIMA; CONTEL, 2009).

Em 1996, houve alguns destaques em termos de legislação que envolveram a internacionalização do ensino superior brasileiro. Primeiro, em 30 de abril de 1996, a Emenda Constitucional nº 11 oficializou a possibilidade de admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras (BRASIL, 1996). Nesse ano a CAPES instituiu uma Comissão Executiva para organizar o IV PNPG com o objetivo de incluir a inserção internacional na pós-graduação, porém, o documento final não foi publicado, apesar de ter sido concretizado ao longo dos anos. E, finalmente, em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a atual LBD sob o nº 9.394, estabelecendo no Artigo 48 que somente as universidades públicas podem revalidar diplomas obtidos no exterior (BRASIL, 1996).

Outra medida governamental que pressionou as universidades às ações de internacionalização foi o fato de este estar, a partir de 1997, dentre os critérios de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, passaram a “[...] considerados de padrão internacional os cursos com notas 6 e 7.” (NOBRE; FREITAS, 2017, p. 27). Foi uma ação condicionante imposta aos programas de pós-graduação como estímulo à execução dos acordos de cooperação internacional.

No contexto internacional, em 1999, porém, com repercussão direta à internacionalização do ensino superior brasileiro nos anos subsequentes, houve a assinatura da

Declaração de Bolonha, que criou um Espaço Europeu de Ensino Superior e os membros se comprometeram a reformar os sistemas de ensino em busca de homogeneização, flexibilidade e competitividade internacional. O evento assinala o registro formal da educação superior europeia como resposta aos desafios da expansão econômica, política e cultural a nível mundial, denominada globalização.

Sobressaiu-se, desde então, a premissa de que a universidade deveria formar um profissional para atender prioritariamente aos interesses imediatos do mercado de trabalho, adaptando os currículos às demandas neoliberais, impulsionando mobilidades internacionais com vistas a aproximar o ensino superior ao mercado global. (DIAS SOBRINHO, 2009, p. 134)

Como efeito do processo de Bolonha vivido na Europa e com vistas a contribuir para o desenvolvimento dos Estados-Membros da União Europeia enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento, o Parlamento Europeu e do Conselho, em 05 de dezembro de 2003, estabeleceu a criação do programa Erasmus.

Conforme disposto na Decisão nº 2317/2003/CE, o objetivo principal do referido programa era viabilizar “[...] o reforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural através da cooperação com países terceiros [...]” (PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, 2003). O objetivo representou o ufanismo europeu na política de internacionalização no ensino superior.

O programa Erasmus, derivou-se na denominação Erasmus Mundus (EM) ao promover cooperação com países tidos como “terceiros”, assim considerados pelo parlamento europeu, dentre eles, o Brasil. No documento de criação do EM ficou definido como objetivo: “[...] ter um impacto na visibilidade e na percepção da União Europeia em todo o Mundo [...]” (PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, 2003, p. 1). O propósito europeu estava na busca por evidenciar a União Europeia no mundo enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento, confluindo com a finalidade exposta da Declaração de Bolonha.

As universidades brasileiras aderiram ao programa EM, firmaram participação em consórcios com universidades europeias que possibilitaram ações de internacionalização, dentre elas, projetos de mobilidades acadêmicas internacionais, refletindo diretamente nos rumos assumidos em sua internacionalização.

Outro exemplo que igualmente favoreceu ao interesse europeu na aproximação com a educação superior de países latinos, como o Brasil, foi a criação do Portal Universia, na Espanha, lançado no Brasil em 2002 pelo Grupo Santander, com a finalidade de oferecer conteúdo e serviços à comunidade universitária ibero-americana, inclusive pelo Programa

Santander Universidades financiado pelo Banco Santander, com oferta de bolsas de estudos entre as instituições dos países parceiros à época: Argentina, Brasil, Espanha, Chile, Colômbia, México, Peru, Porto Rico, Portugal e Venezuela (SANTANDER, 2023). A oferta de bolsas de mobilidades internacionais à Europa agia como uma forma estratégica de promover a almejada constituição da Europa como polo da sociedade do conhecimento.

No Brasil, de 2003 a 2011, com um projeto político do governo federal aliado às características do nacional-desenvolvimento, situou-se “[...] na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergente [...]” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 274). Essa postura refletiu em uma gestão que buscou alianças tanto na cooperação com países desenvolvidos, como por exemplo a adesão das universidades brasileiras aos programas de mobilidade internacional ofertado pela Europa, como também com países do hemisfério sul, a exemplificar pela manutenção e incentivo ao programa Pec-G que computava mais de 40 anos de existência, à época.

Ressaltou-se ainda nesse período histórico brasileiro, a ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, e a criação de três universidades públicas federais com caráter supranacional e visando a inclusão social e da integração regional: a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM), alterada para Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAMA). (ALMEIDA, 2005).

Ainda nesse espaço temporal, destacou-se, em outubro de 2008, Brasília-Distrito Federal, a fundação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), atualmente Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras, mantendo a sigla. O GCUB foi constituído como “[...] associação da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter acadêmico, científico e cultural [...]” (GCUB, 2021). Apresentou-se no cenário como mais uma instituição articuladora da internacionalização do ensino superior, a qual se definiu como de “[...] papel precípua na promoção do desenvolvimento humano, na difusão do conhecimento e na disseminação de valores universais [...]” (GCUB, 2021). O grupo se destacou pela promoção de programas de mobilidade promovidos pela rede, principalmente entre as universidades brasileiras e às parceiras de países latinos, como Colômbia, México, entre outros, inclusive com participação e estímulo de instâncias brasileiras como Ministério de Relações Exteriores (MRE).

Em 2011, o Brasil incitou a atenção das universidades do mundo ao criar o programa Ciência sem Fronteiras (CsF). A visibilidade mundial alcançada pelo Brasil se deu pelo volume orçamentário inicial destinado à sua execução do CsF, qual seja, de 3,6 milhões de reais para promover mobilidades internacionais. (BRASIL, 2016). Esse programa resultou em mais de 100 mil mobilidades internacionais promovidas pelos estudantes de graduação e pós-graduação do Brasil à países do hemisfério norte do globo terrestre, computando o dobro do orçamento inicial divulgado.

Numa leitura questionadora da realidade em foco, seria possível interpretar que tanto a implementação do programa CsF, quanto a deliberação governamental de incluir a internacionalização como critérios de avaliação pela CAPES, promoveram em sua avaliação quadrienal de 2013 a 2016 a fixação da internacionalização na pós-graduação como requisito “[...] *sine qua non* para a inserção do mesmo no rol de programas considerados de excelência - aqueles que, na avaliação CAPES, lideram o ranqueamento, com notas 6 e 7” (PAIVA; BRITO, 2019, p. 494).

Esse requisito obrigatório de avaliação CAPES na pós-graduação, conforme as autoras, agiram no período avaliado como uma política indutora para promoção da internacionalização da educação brasileira, pelo modo como essas diretrizes se materializaram via editais, definiram parceiros internacionais prioritários, modificaram a estrutura curricular dos cursos, privilegiaram ou restringiram áreas de conhecimento para que os programas de pós-graduação recebessem financiamentos.

As universidades alinharam-se com as diretrizes da CAPES para possuírem cursos de pós-graduação considerados de excelência. Contudo, houve dificuldades e até impedimentos para uma decisão institucional reflexiva que atendesse às necessidades e características locais da internacionalização.

Sequencialmente, o PNE 2014-2024 foi a legislação que realçou a internacionalização do ensino superior, passando a considerá-la como estratégia, ao incluir metas como: a) consolidar e ampliar as mobilidades em cursos de graduação e pós-graduação; b) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação que promovam maior visibilidade; c) consolidar programas, projetos e ações de internacionalização de pesquisa e pós-graduação; d) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira (BRASIL, 2014). Essas metas igualmente ditam as práticas a serem implementadas no período futuro a 2014, por

10 anos. Expressam a continuidade de utilizar a internacionalização do ensino superior como uma ferramenta de promoção de visibilidade do país e consolidação nacional da pós-graduação.

A internacionalização do ensino superior brasileiro, ao longo da história, ora se aproximava dos princípios neoliberais, ora dos princípios de solidariedade mútua, articulando-se com projetos e programas a depender dos interesses de quem estava no poder e a quem se queria atender, instigando a necessidade do país de discutir uma política de internacionalização do ensino superior que vise atender suas necessidades nacionais específicas, dentre elas, a reparação histórica as minorias populacionais, como por exemplo, ações para maior presença feminina nesses processos internacionais.

As universidades, entretanto, tem conduzido suas práticas internacionais como meras executoras da política em vigor, a política globalizante neoliberal, que vem utilizando a internacionalização do ensino superior como mais uma ferramenta ao seu dispor. A experiência de circularidade de pessoas em mobilidade internacional no ensino superior, sem dúvida, pode oportunizar conhecimentos diversificados a quem se conecta com outro país, enquanto estudante e/ou cidadão/cidadã, bem como aos que interagem com o intercambista. Contudo, a premissa de formação do ser humano conectado com o mundo, instigado por soluções à problemas sociais e globais, precisa ser a essência principal das diretrizes nas internacionalizações do ensino superior, em busca de uma sociedade que usa o conhecimento para o bem coletivo.

Ao possibilitar essa circularidade de mulheres e homens, promove-se, no ambiente público ou privado, um novo conhecimento que pode ser útil para a universidade, a comunidade ou para qualquer instituição com a qual a pesquisadora ou o pesquisador venha a se relacionar em sua vida profissional e pessoal.

Contudo, em análise ao percurso desse breve histórico da internacionalização no ensino superior brasileiro, podemos perceber o silenciamento das deliberações nacionais em relação ao gênero, ou seja, não foi identificada nesse estudo, alguma forma que pudesse reparar os anos de menor participação feminina às atividades universitárias no Brasil, como por exemplo uma possível cota de participação das mulheres à internacionalização no ensino superior.

Em síntese, a influência externa na estruturação das universidades emergentes (1920-1960), seguida pelo fortalecimento da pós-graduação (1960-1990) e, mais recentemente, de 1990 até os momentos atuais, tendenciada pelo fortalecimento educacional mercantil, não considerou questões de reparação por gênero.

Segundo Valle e Ruschel (2010), desde 1930, o sistema nacional de educação brasileiro vem baseando-se em características meritocráticas tanto nas finalidades educacionais, quanto nas medidas estabelecidas para a efetivação da educação em todos os níveis.

A educação proclamada pelo neoliberalismo concebe o mérito individual como o mecanismo de avaliação e seleção entre os indivíduos que visem acessar às atividades estudantis, como a mobilidade internacional por exemplo, acirrando a competitividade entre gêneros, porém “[...] em condições desiguais, o mérito torna-se atingível a uns e inatingível a outros.” (RETRATO DA ESCOLA, 2013, p. 210).

Apesar das mulheres estarem com maior representatividade no ensino superior que os homens no século atual, conforme anteriormente discutido, ainda está longe de atingir paridade entre os gêneros ao considerar o distanciamento histórico das mulheres à educação, tornando o mecanismo de meritocracia uma ferramenta de promoção de desigualdades.

Sem uma política de Estado permanente e planejada para a internacionalização do ensino superior, que vise a preponderância nacional e as singularidades dos partícipes, são atendidos os interesses tão somente de quem está momentaneamente à frente do governo, sem reflexão sobre ações que possibilitem a promoção de uma sociedade brasileira com direitos equânimes.

2.2 Razão para promover a internacionalização nas universidades priorizando mulheres

Quando se trata de internacionalização, os seguintes questionamentos são levantados na UFMT: por que internacionalizar uma instituição de ensino superior? Por que essa ação deveria contemplar a diversidade da comunidade acadêmica, como as mulheres? O que isso implica para a sociedade brasileira?

Em pesquisa realizada pela SECRI à comunidade da UFMT e apresentada⁸ em reunião com a Reitora Myriam Serra, em agosto de 2016, 15% dos 415 entrevistados vincularam essa secretaria a viagens de turismo, com perfil de lazer, ou seja, considerada “perfumaria” em relação às necessidades básicas da vida acadêmica, instigando debate sobre o tema.

Autores como Knight (2020), De Wit (2002), Morosini (2006) e Dias Sobrinho (2005) corroboram que a internacionalização é uma das principais forças que estão impactando e moldando a educação superior à medida que ela muda para enfrentar os desafios do século XXI. A internacionalização pode ser assim, considerada responsiva ao processo global de

8 Sousa (2022).

interconexão da sociedade vivenciado nos últimos tempos. No passado, o investimento de esforços e financeiro na dimensão internacional intrínseca às IES poderia ser opcional da gestão institucional ou nacional, contudo, não mais na atualidade, pois a internacionalização no ensino superior tornou-se emergente.

A internacionalização do ensino superior deve ser apreendida como meio e não como fim em si mesma. O investimento em oportunidades delineadas para atender a especificidade regional e de seus partícipes, traz benefícios e reduz riscos e consequências imprevistas. A definição institucional e nacional acerca do caminho a ser seguido, promove uma política de internacionalização do ensino superior.

Os riscos da circulação internacional de ideias, contudo, pode proporcionar a valorização de nacionalismos e imperialismos imbricados nesse processo, como multiplicador de “[...] preconceitos, estereótipos, ideias pré-concebidas [...]”. Desse modo, para que a internacionalização no ensino superior não torne mais um meio de “transferência de capital simbólico” ou de “desnacionalização” das categorias de pensamento, é preciso uma política e centros que fortaleçam as tradições nacionais de origem e de destino, dado que “[...] se conhecemos os mecanismos sociais, nem por isso os dominamos, mas aumentamos, ainda que pouco, as chances de dominá-los [...]”, além de minimizarmos as chances de sermos dominados. (BORDIEU, 2002, p.2).

O potencial da internacionalização do ensino superior ao contemplar a diversidade da comunidade acadêmica, portanto, pode oportunizar um caminho de reparação às mulheres. Trata-se do movimento da mulher romper espaços fora de país de origem, promovendo vivências de autoconhecimento, empoderamento e independência.

Com essa finalidade de amplitude à comunidade acadêmica, as instituições precisam estabelecer as razões para investir nesses processos, contendo objetivos, definições, planos, sistema de avaliação. A instituição não deve ser somente “[...] reativa e fragmentada ao enorme número de novas oportunidades internacionais disponíveis.” (KNIGHT, 2020, p. 29).

Essas motivações que movem a internacionalização foram definidas por Knight (2020) em quatro níveis: individual, institucional, nacional e regional.

O nível individual vincula-se ao desenvolvimento da visão de mundo, promoção de carreira e de aptidões interculturais. Internacionalizar pode transformar vidas e dinamizar a ciência pela troca de conhecimentos acadêmicos, habilidades de empatia cultural, de fazer atividades em conjunto, de resolver adversidades, entre outras. Isso possibilita a “[...] dialética entre o individual e o coletivo que se instala no interior das IES e das próprias relações que

nelas emergem.” (MARTINS; FERREIRA, 2021, p. 287). Esses atributos são pessoais e viáveis ao participante.

A internacionalização pode ser proposta em nível institucional pelo âmbito econômico e político às universidades, tanto por meio de incremento financeiro e acadêmico em pesquisas e inovação, capacitação e desenvolvimento da comunidade discente, docente e técnica e quanto por meio de alianças estratégicas para ações conjuntas. A universidade deve colocar seus saberes a serviço da coletividade e de sua humanização, no alcance de uma pertinência social “[...] que se articula com a ética tem também de ser promotora de justiça.” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 150). Portanto, as razões universitárias precisam aliar a criticidade científica e acadêmica com a amplitude social, objetivando auxiliar a construção de uma sociedade plural, justa e democrática.

Tanto nacional quanto regional, a autora estabelece que a internacionalização do ensino superior envolve o desenvolvimento humano, o sociocultural, a diplomacia, a construção da nação e da identidade regional, as alianças geopolíticas, as possibilidades comerciais e a competitividade. Esses elementos que, dependendo da dosagem, podem tendenciar a política nacional/regional desse tema para um cunho mais solidário e humanístico ou mais pragmático e econômico.

O conceito de internacionalização do ensino superior ainda está em construção e se altera. Knight (2020) registrou a evolução das terminologias usadas no mundo nos 50 últimos anos.

Para ela, em 1970, o termo usado era “educação internacional” com foco principal em intercâmbios estudantis, convênios culturais, projetos de desenvolvimento. Em 1980, o termo “internacionalização” se vinculou à educação intercultural, educação global, educação a distância, trazendo como elementos específicos estudantes do/no exterior, convênios institucionais, projetos de parceria, estudos de áreas regionais e cooperação binacional. Em 1990, surgiu a terminologia “educação transnacional”, que subdividiu a internacionalização entre no exterior e em casa, incluindo universidades corporativas e/ou virtuais como provedoras de educação privada, assim como o desenvolvimento de redes universitárias.

No início do novo século, Knight (2020) expôs a terminologia da internacionalização do ensino superior conectada com o processo de globalização, regionalização e *rankings* globais que integram o entendimento sobre a necessidade de criação de polos educacionais regionais, possibilitando a abertura para oficinas de titulações e fábricas de vistos, assim como

proporcionando competências internacionais, dupla titulação, gestão e consolidação da marca da universidade.

A autora, ainda trouxe a explanação que em meados de 2010 houve o surgimento do conceito inovador de diplomacia do conhecimento. Estava se referindo a internacionalização do ensino superior considerado como inteligente e de aprendizado colaborativo *on-line*, oportunizando *Massive Open Online Courses* (MOOCs), estágios e intercâmbios virtuais, universidades por franquia, formação de polos de conhecimento.

Enfim, os vocábulos apresentados pela autora interagem com a esfera de dimensão internacional das universidades no mundo, podendo ser útil às universidades brasileiras em tempos e comportamentos diversos, inclusive à comunidade feminina universitária.

À vista disso, a internacionalização, tanto na UFMT quanto em outras IES, é cada dia mais latente. Contudo, enfatizo que a política nessa temática não deve ser responsiva, mas propositiva, direcionando a formação ofertada na educação superior frente aos desafios contemporâneos, com vistas a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A política de internacionalização do ensino superior precisa ser democrática, pois o investimento “[...] envolve decisões políticas, administrativas e certo consenso da comunidade acadêmica” (MELLO, 2018, p. 13). A temática discutida pela autora, requer apreciação de diferentes categorias e áreas do conhecimento científico, levando a inferir que a internacionalização perpassa a universidade no sentido vertical e horizontal de autonomia, bem como nas esferas de ensino, pesquisa e extensão.

Processos inerentes à internacionalização, portanto devem ser apreendidos como meio para promover o beneficiamento regional, nacional, institucional e pessoal, com ações de acesso à diversidade da comunidade acadêmica, principalmente para “minorias sociais”, em específico mulheres, que foram suprimidas historicamente do ensino superior, conseqüentemente aos processos de internacionalização.

Vivenciar mobilidades internacionais ou outras ações pode igualmente desenvolver “[...] habilidades interculturais e linguísticas susceptíveis de transformar carreiras acadêmicas e trajetórias de pessoas” (MELLO, 2018, p. 8). Essas habilidades desenvolvidas em mulheres no movimento da internacionalização do ensino superior podem ser uma das possibilidades para minimizar impactos históricos.

As mulheres, “[...] há menos de 100 anos, entraram de forma decisiva nos espaços públicos[...]”. (RICOLDI; ARTES, 2016, p.159). Contudo, acessar o ensino superior não significou necessariamente acessar todas as oportunidades por ela ofertada. Elas podem estar

nas salas de aula da contemporaneidade, mas continuaram com sua rotina diária, segundo Barbosa e Montino (2020), alinhando serviços domésticos, família, filhos e trabalho à universidade.

A instituição de ensino superior necessita atentar-se a especificidade feminina, principalmente ao ofertar a elas oportunidades de vivenciar presencialmente à intercâmbios, seja como estudante, docente ou técnica-administrativa.

Estudos feitos na Europa pelas autoras Isabel Baptista e Heloísa Perista (1999), demonstraram que a resposta feminina à participação em mobilidades está além de desejo individual, ou seja, depende de circunstâncias pessoais e familiares. As autoras afirmam ainda que as mulheres jovens e solteiras possuem a mesma propensão aos homens em romper fronteiras. Contudo, os desafios da conjugalidade e de responsabilidades parentais em ambiente diverso ao seu país de origem podem influenciar a negativa das mulheres ao intercâmbio internacional.

As instituições de ensino de superior, na origem e no acolhimento à mulher intercambista, pode investir em ações como: preparação psicológica para minimizar stress emocional na decisão, preparação e durante o intercâmbio; disseminação de informações sobre a integração social ofertada no país de origem, inclusive que atendam cônjuge e/ou filhos que por ventura possam decidir ou necessitar acompanhá-las, como por exemplo informar sobre escolas, condições de acesso ao sistema de saúde, autorizações de trabalho ao parceiro, entre outros; além de, promover ajuda de custo adicional às mães intercambistas sem rede de apoio no país destino. Essas podem ser ações pragmáticas para suavizar o processo e evitar a renúncia delas.

Incentivar que mulheres adentrem a internacionalização no ensino superior pode ser um caminho para reduzir espaços de diferença entre homens e mulheres, seja nas carreiras acadêmicas e/ou profissionais, promovendo uma transformação possível.

3 A UFMT: MULHERES E INTERNACIONALIZAÇÃO

Universidade! Estava na rua o povo cuiabano. Eram milhares de moços e moças, crianças e adultos, que formavam um só exército, a bradar bem alto com autenticidade e confiança: queremos, está na hora da Universidade! (DORILEO, 1976, p. 18).

A UFMT foi oficialmente criada pela Lei nº 5.647, de 10 dezembro de 1970, a partir da fusão inicial dos estabelecimentos: Faculdade Federal de Direito de Cuiabá, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mato Grosso e Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá. A UFMT foi a 31ª universidade federal criada no Brasil, dentre as atuais 110 universidades federais (MEC, 2022). Até a sua criação, era comum o êxodo de jovens mato-grossenses abastados financeiramente para cursar o ensino superior em outros estados e países. Uma vez formados, muitos deles não regressavam ao Mato Grosso (ANCHESCHI, 2020).

A necessidade social citado na epígrafe foi destaque na exposição de motivos n.º555 de 1969, do Ministério da Educação e Cultura para criação da UFMT ao submeter o Projeto de lei nº 2.093, de 1 de abril de 1970, à Câmara dos Deputados com a justificativa que a providência “[...] não apenas vai ao encontro de uma justa aspiração de todas as classes sociais do Estado de Mato Grosso, mas atende, ainda, a exigência de justiça federativa, por ser esse o único antigo Estado que ainda não possui uma Universidade Integrada no sistema federal de ensino”, constatando assim, a tardia criação da UFMT frente as demais universidades da união.

A cidade universitária sede, instalada em Cuiabá, situou-se num terreno doado pelo governo do Estado, “[...] compreendendo 60 ha. e 1.500 metros quadrados em forma de um polígono irregular [...]” (MATO GROSSO, 1971). Era um espaço físico amplo na região do Coxipó da Ponte, circundante ao loteamento do bairro Boa Esperança, que foi se tornando um bairro universitário à medida que a universidade e a cidade cresciam (ANCHESCHI; FERREIRA, 2022).

A universidade foi concebida para atuar em todas as áreas do conhecimento, com as políticas acadêmicas voltadas para memória regional, educação, saúde pública, meio ambiente, ciência e tecnologia (UFMT, 2022). Iniciou sua atuação em 1971: “[...] ano no qual desenvolveu suas primeiras atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e recebeu os primeiros ingressantes já como a única universidade federal de Mato Grosso” (ANCHESCHI, 2020, p. 90).

À época, o estado de Mato Grosso ainda não havia sido dividido, ou seja, não existia o estado de Mato Grosso do Sul⁹. A UFMT, portanto, era a única universidade pública federal a atender a demanda de uma região com 1.231.549 quilômetros quadrados de área, com 84 municípios e 1.600.494 era a população geral do Estado (IBGE, 1970). Após a divisão, Mato Grosso passou a ter cerca de 902 mil quilômetros quadrados de território e atualmente conta com 141 municípios (MARESSA; PETRUCCELLI, 2018). Isto é, a UFMT ainda ficou responsável pela formação universitária da população pertencente a maior parte territorial após a separação entre Estados.

Figura 1: Mapa do Brasil em 1970



Fonte: IBGE (2023), adaptado de Almeida (2023)¹⁰.

A Figura 1 mostra o mapa do Brasil em 1970, composto por 23 estados nacionais e um Distrito Federal. O Estado de Mato Grosso estava dentre os maiores do país, possuindo como fronteira internacional a Bolívia e o Paraguai. A UFMT foi destacada com a logo institucional

⁹ Brasil (1977).

¹⁰ IBGE (2023), adaptado por Joaniel Santana de Almeida, a pedido da autora, para publicação nesta tese.

na posição do mapa em que se situa a capital Cuiabá, do então território do estado de Mato Grosso, por ser a cidade de localização do seu primeiro *campus* sede. Analisando a imagem, foi possível identificar que a universidade foi situada em proximidade a posição central entre os mares do Atlântico e do Pacífico, na América do Sul.

A UFMT surgiu com o “[...] objetivo de criar e manter a Universidade da Selva” (UFMT, 1972, p. 9), assumindo, desde a constituição, o compromisso com o meio ambiente. A universidade tinha “[...] uma ambiciosa filosofia de, a curto prazo, tornar-se um centro polarizador da cultura latino-americana, missão que lhe dá uma posição geopolítica, situada como está na terra-coração da América Meridional.” (DORILEO, 1976, p. 79). A gestão da universidade incumbiu-se também do compromisso institucional de ultrapassar fronteiras, logo atuar com a internacionalização.

Durante a investigação documental, em busca de vestígios acerca da vivência registrada na UFMT, em seu processo de internacionalização, com destaque a presença feminina no recorte temporal estabelecido, foi possível compreender duas configurações estabelecidas na instituição em estudo. O primeiro momento, de 1970 a 1988, caracterizado prioritariamente pelo atendimento à soberania do Ministério da Educação. E, momento seguinte a CF88, de 1989 a 2016, com o exercício da autonomia institucional conquistada, podendo direcionar sua inserção internacional.

3.1 Internacionalização e presença feminina na UFMT (1970-1988)

Os anos iniciais da UFMT, a partir de 1970, foram marcados pelo desafio de instaurar e consolidar a instituição, capitaneada pelo que seria o 1º reitor, o professor Gabriel Novis Neves, que esteve à frente da reitoria de 1971 a 1981. Em continuidade, a gestão seguinte teve o professor Benedito Pedro Dorileo, ex-vice-reitor da 1ª gestão, como reitor da 2ª gestão, no mandato de 1982 a 1984. Durante todo o período de 1971 a 1984, ou seja, durante a 1ª e 2ª gestão, o professor Attílio Ourives foi o vice-reitor de assuntos administrativos (UFMT, 2022).

Na 3ª gestão, assumiu como reitor da UFMT, para o mandato de 1984 a 1988, o professor Eduardo De Lamonica Freire. No período de 1985 a 1989, o professor Helmut Forte Daltro foi o vice-reitor da universidade e assumiu o exercício como reitor entre setembro e outubro de 1989 (UFMT, 2022). Essa diferença de período temporal do mandato entre reitor e vice-reitor ocorreu porque, na época, a posse do vice era feita após cinco meses de posse do

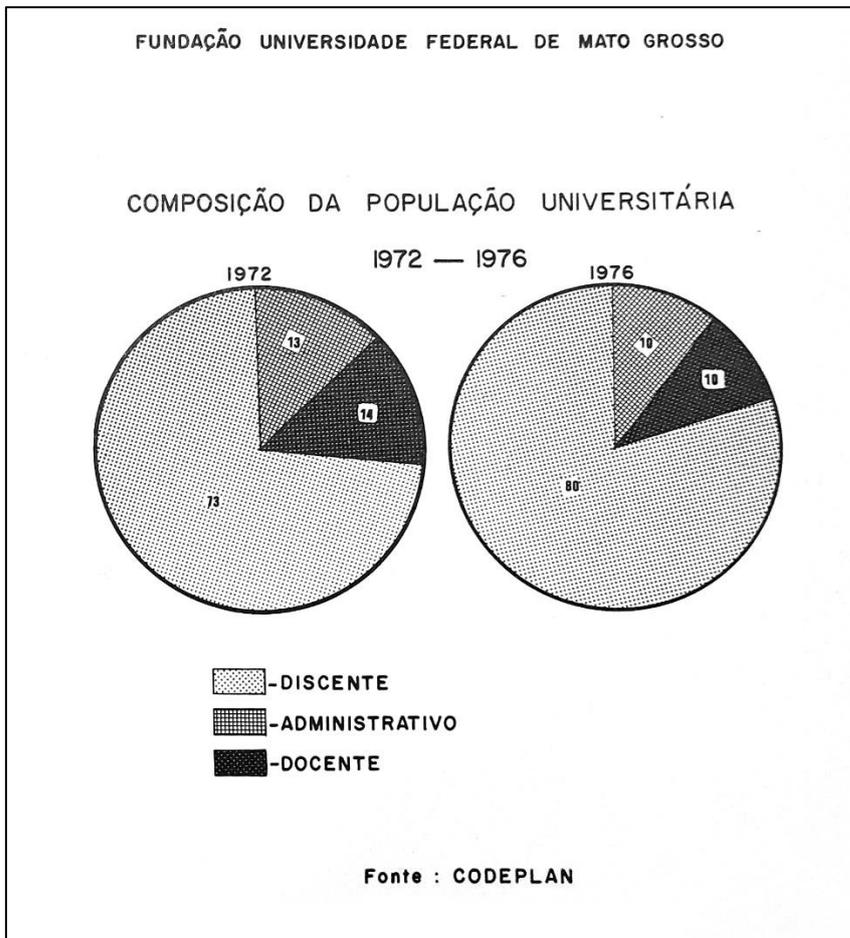
reitor, conforme Livro de Posse dos Reitores no acervo da Reitoria. O objetivo era o vice-reitor fazer a transição para o reitor seguinte.

Esses registros demarcam que as mulheres não estiveram presentes nos cargos de Reitora e Vice-Reitora neste recorte temporal (1970-1988). Contudo, em relato coletado com o primeiro Reitor, a presença feminina sempre foi marcada na universidade. (NEVES, 2021). De acordo com Neves, durante sua gestão na Reitoria contou com “[...]inúmeras mulheres em cargos muito importantes [...] elas não chegaram a ser reitor ou vice-reitor” (NEVES, 2021).

Desde o período preliminar da universidade, as mulheres estiveram presentes como discentes, docentes ou equipe administrativa, construindo a história da UFMT, incluindo a sua internacionalização.

Ao buscar fontes institucionais dos anos iniciais da UFMT que pudesse caracterizar o universo acadêmico feminino da época, identifiquei a composição da população universitária do período histórico tão somente em percentagens globais.

Figura 2: Composição da população universitária (1972-1976)

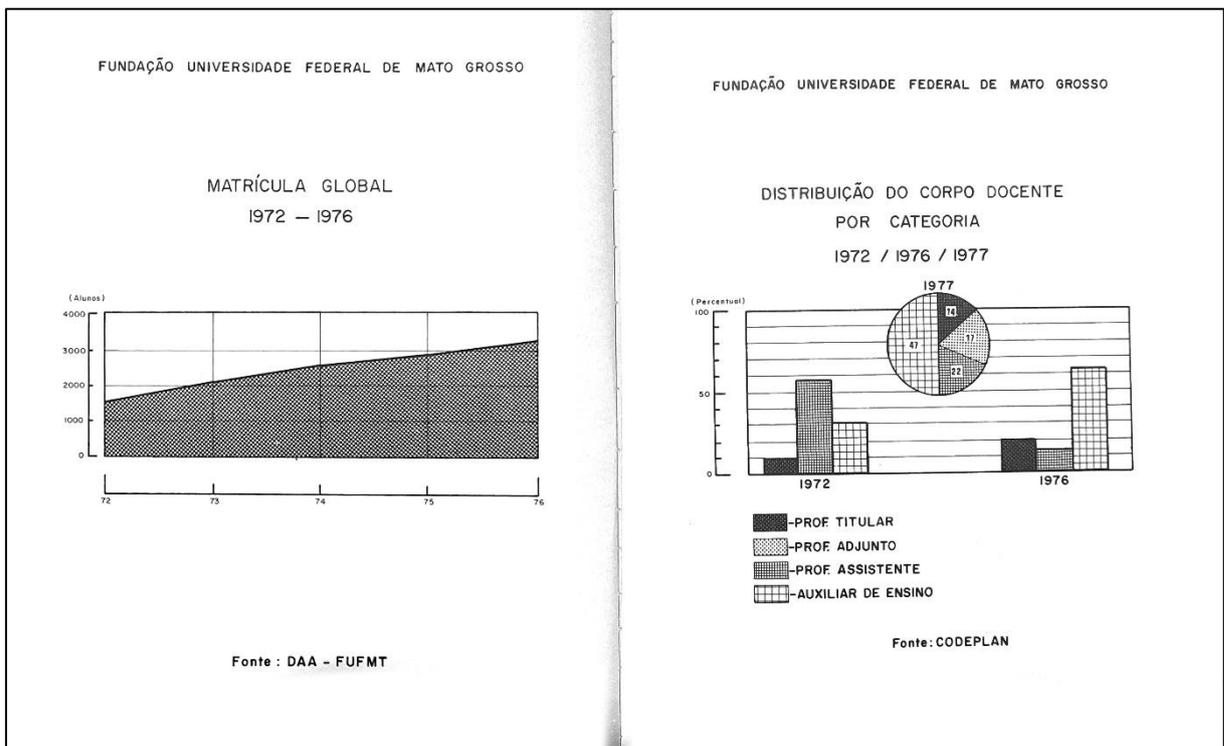


Fonte: 1º Relatório de atividades/UFMT (1977)

Os gráficos acima demonstram que em 1972 a população contava com 73% discentes, 13% administrativo e 14% docentes; e em 1976 com 80% discentes, 10% administrativo e 10% docentes. Esses números computaram o percentual da soma de homens e mulheres à época, ou seja, sem especificar o quantitativo por gênero, provocando a invisibilidade da comunidade feminina da universidade ao não ser possível defini-la.

Continuando a analisar o 1º Relatório de atividades/UFMT encontrei que os percentuais estavam se referindo ao quantitativo número disposto em gráficos e compilados na Figura 3.

Figura 3: Definição por público da população universitária (1972-1976)



Fonte: 1º Relatório de atividades/UFMT (1977)

A fonte iconográfica, apresentou que a comunidade universitária da UFMT, no período de 1972 a 1976, cresceu de 1000 a 3000 estudantes e que a preponderância de docentes estava registrada na categoria de professor auxiliar de ensino (47%), ou seja, com a maior diplomação em graduação em curso superior, seguido da categoria: professor assistente (22%), com o grau Mestre. Essas informações trouxeram a compreensão de como era constituída a universidade

em seus anos iniciais, contudo ausentou novamente a informação por especificidade do gênero, inviabilizando analisar a população feminina da UFMT, em específico.

Em relação a internacionalização, durante as três primeiras gestões da UFMT, no período de 1971 a 1988, não houve um setor ou gestor específico, conforme as comunicações oficiais trocadas entre a UFMT e o MEC, e entre a UFMT e as instituições estrangeiras, cabia ao MEC ditar os rumos da internacionalização do ensino superior brasileiro.

Prova da soberania do MEC às universidades, foi a localização no acervo de 1971 da Reitoria da UFMT, o Ofício Circular n. 353/71/DAU/BSB, enviado do MEC às universidades brasileiras, incluindo a UFMT, a informação que por determinação da Portaria Ministerial n.132, de 22 de março de 1971 nenhuma instituição poderia firmar “[...] acordos ou assumir compromissos com quaisquer instituições internacionais, sem a prévia audiência deste Ministério [...]” (BRASIL, 1971).

Nos acervos desse momento histórico, constatei igualmente que as demandas de parcerias com outros países, o afastamento de servidoras e servidores ao exterior e os intercâmbios internacionais de mulheres e homens, eram tratados pela equipe da reitoria com auxílio dos servidores e servidoras da vice-reitoria de assuntos administrativos e vice-reitoria de assuntos acadêmicos e suas instâncias. Confirmando o fato que cabia à União as decisões sobre relações internacionais e as universidades eram responsivas às demandas.

Entretanto, a universidade mato-grossense buscou parcerias internacionais desde o início das atividades. Apesar de precisar se reportar ao Ministério, esforçou-se em cumprir o compromisso institucional de ultrapassar fronteiras, como comprovam os documentos: Ofício GR 61/71 de 31/08/1971, acerca do relacionamento com instituições alemãs; Ofício GR 128/71 de 19/11/1971, que tratou do credenciamento para aderir à parceria do MEC com instituições de faixa de fronteira; Ofício GR/UFMT nº 122/72, sobre palestra “Dimensionamento Internacional de Mato Grosso”, com objetivo de refletir sobre a temática considerando que a comunidade acadêmica “[...] a cada dia que passa mais vem tomando consciência da problemática global de Mato Grosso e buscando estratégias de solução [...]” (UFMT, 1972).

Em 1972, o Reitor Neves definiu o professor da Universidade Técnica de Lisboa, George Agostinho Baptista da Silva¹¹, como representante oficial da UFMT na Europa, conforme Ofício GR nº 194/72, para “[...] estabelecer aproximação cultural com instituições congêneres [...]” (UFMT, 1972). Com um currículo robusto, o professor Agostinho da Silva naturalizou-se brasileiro e lecionou em diferentes universidades no país (MEMORIAL DA

11 A biografia do professor pode ser encontrada no Memorial da América Latina (2022).

AMÉRICA LATINA, 2022). Sua representação à UFMT na Europa rendeu diversos contatos internacionais que se viabilizaram em parcerias institucionais em anos futuros.

Ainda em 1972, houve o primeiro registro encontrado na UFMT acerca de afastamento internacional, por meio do requerimento da servidora Maria Cecília Guerreiro de Sousa, ocupante do cargo de chefia da Divisão de Documentação.

Após as devidas autorizações e recebimento de recurso financeiro para passagem e diárias, pelas Portarias GR/UFMT emitidas no ano de 1973, sob numeração 388/73 e 389/73, Maria Cecília Guerreiro de Sousa afastou-se do Brasil, no período de 30 de julho a 27 de setembro de 1973, para viajar à Europa com o objetivo de coletar e microfilmar documentos históricos relativos ao estado de Mato Grosso em arquivos portugueses e espanhóis. (UFMT, 1973)

O que tornou possível a solicitação da internacionalização de Maria Cecília Guerreiro de Sousa foram as resoluções oficiais em vigor: Decreto nº 61.775, de 24 de novembro de 1967; Decreto-Lei nº 63.012, de 18 de julho de 1968, e Decreto nº 67.494, de 06 de novembro de 1970, que determinavam as regras para solicitação de afastamento internacional por funcionários do setor público, devendo ser requerido à instância máxima da União, ou seja, ao Presidente da República. De acordo com os registros citados, podemos afirmar que a primeira pessoa da UFMT a vivenciar a experiência da internacionalização foi essa mulher.

Fato curioso, ao considerar que em 1972 as mulheres não estavam em posição de poder, nem na sociedade brasileira, nem na UFMT. Assim, infiro a ousadia de Maria Cecília Guerreiro de Sousa de romper espaços além-fronteiras e ser a pioneira na ação de mobilidade internacional dessa universidade, apesar das forças contrárias estabelecidas por um período autoritário e extremamente masculinizado.

O intercâmbio promovido pela servidora Maria Cecília Guerreiro de Sousa para coletar documentos histórico mato-grossense reverberou na universidade. Ademais, ela chefiou a Divisão de Documentação da UFMT com objetivo primordial de resgatar a história do Centro-Oeste, “[...] assumiu juntamente com a Professora Teresinha de Jesus e conduziu a fundação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/NDIHR”. (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2015, p. 332). O NDIHR, foi criado em 1976, e constitui-se como espaço da universidade de revitalização e preservação da memória histórica regional. (UFMT, 2023). Certamente, a experiência internacional de Maria Cecília somou aos demais integrantes da universidade na concretização desse propósito.

Outro fato ocorrido em 1972, foi o atendimento pela Reitoria da universidade à solicitação da Diretoria do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, via Ofício GR/UFMT nº 125/72 de 28 de julho de 1972, promovendo a matrícula de seis estudantes de graduação estrangeiros, cinco homens e uma mulher¹².

Investigando destacadamente a mobilidade feminina, identifiquei a única mulher estrangeira a constar na listagem de determinação do MEC. Tratou-se da estudante Ingrid Marion Hermann, proveniente da cidade de Jacarta na Indonésia, nascida em 17 de maio de 1947, ou seja, ela contava na época com 25 anos de idade, matriculada no curso de Engenharia Civil a pedido do MEC, sem especificar o programa ou se seria transferência entre universidades.

Independente do motivo, a UFMT pode matricula-la apesar dela não ter participado de vestibular pela universidade, baseando-se em duas legislações principais. Seja pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apesar de ter sofrido recorrentes alterações, manteve vigente até 1982 o Artigo nº 100, que permitia a transferência estudantil entre estabelecimentos de ensino, incluindo de país estrangeiro, desde que feitas as necessárias adaptações pelo “[...] Conselho Federal de Educação, quando se tratar de universidade [...]” (BRASIL, 1961). Seja pelo Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965, tornou obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais, denominados de estudantes-convênio¹³.

Ao buscar os registros estudantis de Ingrid Marion Hermann, identifiquei a imagem de seu registro profissional, conforme demonstra a figura 4.

Figura 4: Registro Profissional (1976)



Fonte: UFMT (1976)

¹² Os registros foram detalhados no Anexo 9 desta tese.

¹³ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Ao analisar a carteira de Engenheira Civil, foi possível identificar que Ingrid Marion Hermann colou grau na UFMT em 26 de julho de 1975, aos 28 anos de idade e, logo a seguir, credenciou-se no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia¹⁴ (CREA) de Mato Grosso, em 13 de maio de 1976, tornando-se apta ao exercício profissional. Inferido que foi pioneira como estrangeira na UFMT e sobretudo, desbravadora numa área preeminente masculina.

Os acontecimentos descritos, atestaram que o ano de 1972 foi frutífero para internacionalização da UFMT, incluindo a circularização de mulheres na esfera internacional. Na contínua busca dos vestígios, os anos vindouros igualmente revelaram o movimento assumido pela comunidade acadêmica mato-grossense.

Outros pedidos de afastamento internacional de servidores da UFMT foram coletados no acervo da Reitoria da UFMT, como exemplo: Ofícios GR 333/73 e GR 166/74, do servidor Edson Pacheco de Almeida; Ofício GR 333/73, GR 166/74 e Portaria GR nº 53/74, do servidor Juacy da Silva; e Ofício GR 347/73, do servidor Clovis Nobres de Miranda. Os três requereram afastamento para pós-graduação nos EUA no período de 1974 a 1976.

O Ofício GR 204/74, de Nelson Zanata Gomes, requereu afastamento para pós-graduação no México pelo período de 1974 a 1976. O Ofício MEC 2164/76 e o Ofício GR 95/78, do servidor Nagib Saddi, requereram afastamento para pós-graduação na Inglaterra de 1976 a 1979. As mobilizações oficiais registradas na UFMT foram majoritariamente de docentes homens, destinados a cursar pós-graduação na Europa ou América do Norte.

Este movimento de docentes ao exterior foi viabilizado possivelmente pela adesão da UFMT ao Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação de Pessoal Docente (PACPD) instituído pelo MEC, com objetivo de: “[...] melhorar a qualidade do ensino e implementar a pesquisa e a produção de trabalhos científicos, tendo em vista as solicitações do processo de desenvolvimento da Amazônia mato-grossense, região a que esta Universidade deve servir.” (UFMT, 1975). A universidade em estudo, ciente dos compromissos assumidos e com preponderância de docentes caracterizados com a maior diplomação em nível em graduação, como demonstrado, naturalmente conscientizou-se de a necessidade capacitar seu professorado na pós-graduação, seja no Brasil ou no exterior.

Exemplos como o que foram citados, evidenciam o início do movimento de descentralização do Governo Federal nas decisões de internacionalização do ensino superior,

14 Responsável por regulamentar e fiscalizar os profissionais da área.

acarretando até mudanças de normas, como a alteração feita em 23 de julho de 1987, do Artigo 47 do Decreto nº 94.644, transferiu a incumbência ao dirigente máximo da IFES, ou seja, ao Reitor(a) que passou a ter a prerrogativa, em sua instituição, de autorizar afastamentos internacionais das servidoras e servidores.

Nos anos finais desse recorte temporal de análise, a UFMT, voltou-se estritamente para atividades de cunho interno; nos boletins atualizados de gestão, não há menção a ações internacionais. Contudo, deu continuidade à formulação de parcerias com outros países para o afastamento de servidoras e servidores ao exterior, e para intercâmbios estudantis internacionais, via Reitoria, de forma reativa às reduzidas demandas, embora a internacionalização ainda não estivesse entre as prioridades do contexto nacional demarcado por crise econômica, aumento da dívida externa e redução de investimento em áreas sociais como a educação superior pública.

Apesar do contexto nacional apresentar incertezas, nos anos finais do período de análise nesta tese, que os “ventos” da democracia atingem à UFMT, possibilitando em 18 de outubro de 1982, a eleição direta do dirigente máximo da universidade, tornando-se Reitor o professor Pedro Benedito Dorileo. Sequencialmente, para gestão quadrienal de 1984 a 1988, a comunidade universitária ampliou seu direito de voto, além de escolher o Reitor, também elegeu pela primeira vez o vice-reitor e os sub-reitores Acadêmico e de Ensino e Pesquisa (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO, 2011, p.138).

Esse movimento democrático de eleição dos integrantes da administração superior a comandar a instituição, igualmente proporcionou mudanças ao perfil até então de unanimidade masculina instituída na Reitoria da UFMT.

Assim, em 1985 foi empossada a primeira mulher eleita a integrar a Reitoria na função de Sub-reitora Acadêmica, professora Laura Maria Furtado de Abreu. Contudo, as fontes da instituição especificamente sobre as ações da sub-reitora, bem como as demais participações femininas na universidade neste período não foram merecidamente publicizadas, talvez pelo momento histórico em que as informações institucionais eram produzidas manualmente, não estando digitalizadas, dificultando o aprofundamento da pesquisa.

A análise das fontes documentais no período de 1970 a 1988 demonstrou que, apesar do forte autoritarismo governamental instaurado e crises econômicas no país, a UFMT teve interesse na sua dimensão internacional desde a implantação. Promoveu relacionamento com instituições estrangeiras, capacitou homens e mulheres na pesquisa e pós-graduação no exterior, acolheu estudantes estrangeiras e estrangeiros.

A internacionalização e presença feminina na UFMT trilhou o caminho possível a cada contexto histórico. Mulheres, como Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Ingrid Marion Hermann e Laura Maria Furtado de Abreu, bem como demais homens partícipes do movimento internacional instituído na UFMT, certamente, compartilharam potencial científico e cultural que influenciaram as mudanças futuras na universidade e em suas diretrizes de internacionalização.

3.2 Trilhas femininas na internacionalização na UFMT (1989-2016)

No final dos anos 1980, o Brasil estava vivendo o reflexo da instauração da Constituição de 1988 que demarcou o entusiasmo democrático após encerrar o longo período ditatorial em 1985. Esse documento, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais da população brasileira, incluiu, na seção sobre educação, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, alterando o contexto ora vivenciado de ditames autoritários.

Seguindo essa esteira nacional, as universidades brasileiras demonstraram maior interesse no assunto também a partir deste período, como a Universidade de São Paulo (USP), “[...] por meio da criação da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt), em 1982 [...]” (MIURA, 2006, p. 135), ou como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), “[...] no início da década de 1990, quando teve origem a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARII).” (MUELLER, 2013, p. 71). Igualmente a UFRJ, que em 1994 criou: “[...] o Setor de Convênios e Relações Internacionais (SCRI).” (BRASIL, 2018).

Essas foram ilustrações de universidades brasileiras, criadas no período de 1920 a 1930, integrantes das primeiras universidades do país, contudo, delongaram na formalização de sua inserção internacional, a começar pela criação de um setor específico para tratar de suas relações internacionais a partir dos anos 80, após a CF88 e com o adensamento da globalização, prioritariamente.

Com o olhar investigativo voltado à UFMT, em 1988 iniciou a mandato do reitor Augusto Frederico Müller Júnior e da primeira mulher a adentrar a instância máxima de dirigentes da universidade, a professora Sandra Maria Coelho Martins, eleita pela comunidade acadêmica para exercer a vice-reitora pelo período de 1989 a 1992. (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO, 2011, p.197).

Essa mulher, primeira a ser eleita na UFMT, expressou o momento vivenciado após CF88, provavelmente, mesmo estando em cargo de dirigentes por eleição, precisou conter-se, adaptar-se, respeitar-se e se fazer respeitar. Fato que revela a persistência do domínio pelos homens foi que após o período como vice-reitora, Sandra Maria Coelho Martins aposentou-se da universidade, deixando transparecer que a experiência exercida deixou marcas severas em seu viver.

Também foi nesse período, em 10 de agosto de 1989, houve a designação do professor Paulo Speller como o primeiro assessor do reitor incumbido pela internacionalização na UFMT, recebendo a denominação de Assessor de Relações Internacionais (ARI), conforme a Portaria GR nº 328/89. A denominação ARI era usada tanto para se referir ao cargo quanto ao setor Assessoria de Relações Internacionais (ARI), conforme exposto no Relatório de Gestão de 1988 a 1992, “[...] levando a reitoria a criar uma Assessoria de Relações Internacionais para coordenar e acompanhar todos esses contatos e ações conjuntas.” (UFMT, 1992, p. 37).

De acordo com o histórico funcional, o servidor Paulo Speller havia recém retornado à UFMT após período de afastamento para cursar Doutorado na Inglaterra. O vasto currículo internacional¹⁵, em especial, sua vivência da graduação no México e pós-graduação na Inglaterra, além da participação em projetos no exterior e fluência em francês, espanhol e inglês, parece ter sido o que motivou a escolha do servidor como ARI da UFMT pelo então reitor Müller Júnior.

A gestão do professor Speller na ARI foi marcada principalmente pelas negociações políticas junto a instituições universitárias internacionais como Télé Université du Quebec, no Canadá, e Universidade do Porto, em Portugal (UFMT, 1992). Além da parceria com a Universidade de Parma, na Itália, com objetivo de receber consultoria para implantação do curso de Veterinária em Cuiabá, que se confirmou sua criação ainda em 1992.

Em termos de participação feminina nas relações internacionais promovidas pela UFMT deste período, também encontramos mulheres no projeto internacional de Ensino à Distância – EAD, na Rede Latino-Americana de Ensino a Distância -EAD, com início em agosto de 1989, na qual “[...] os trabalhos de organização dessa modalidade de ensino na UFMT tiveram início com a presença da professora Suzana Ruggiero, consultora da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colaborou na fase inicial do projeto” (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011, p. 208).

15 Plataforma Lattes (2023).

Professora Suzana Ruggiero foi uma mulher protagonista na UFMT, participante no mais antigo organismo regional do mundo, a Organização dos Estados Americanos - OEA, cuja origem remonta o ano de 1889, com a criação inicial de a União Internacional das Repúblicas Americanas, nominada em 1948 como OEA com o objetivo de, no sistema institucional internacional dos Estados-Membros, promover ordem, justiça, solidariedade e cooperação (OEA, 2020).

Nos anos compreendidos entre 1992 e 1996, ocorreu um marco histórico. A Professora Luzia Guimarães foi a primeira mulher a assumir a reitoria da instituição. Ela conduziu a gestão da UFMT tanto na direção de interiorização do ensino, rumo ao interior de Mato Grosso, abrindo unidades e ofertas de cursos em outras localidades, quanto abriu as portas institucionais para a internacionalização do ensino, talvez motivada pela sua confirmada experiência internacional nas inúmeras viagens realizadas para estudos, missões de trabalho e outros, tanto na América do Sul quanto para a América do Norte e para Europa.

De fato, parece-nos que a gestão de Luzia Guimarães à frente da UFMT, ao ser eleita democraticamente para comandar uma universidade federal nos anos de 1992, pelo período de quatro anos, compôs uma conjuntura de participação democrática e republicana, a partir de um caminho de trabalho relevante, iniciado nas salas de aula, a partir do qual ocupou funções e cargos, como a vice coordenação e coordenação de curso, no Centro de Ciências Sociais - CCS e, posteriormente, a Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. As atividades e funções desenvolvidas por ela foram reconhecidas pela comunidade acadêmica e a levaram à reitoria da UFMT.

Outra mulher que atuou na gestão da Administração Superior da UFMT, composta por 4 mulheres e 6 homens, no período de 1992 a 1996, foi a Professora Marta Duarte de Barros, que exerceu a função de Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação. Sua gestão foi essencial aos desenvolvimentos de cooperação internacional. Juntamente com o Assessor Internacional à época, Professor Elias Alves de Andrade Barros promoveu a participação da UFMT nos projetos: Projeto EISA – Canadá; Projeto *International Development Research Centre* (IDRC) – Canadá; Programa *Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics* (SHIFT) da Alemanha com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Gran Pantanal - Instituto Max Planck - Alemanha; Socioeconômica - Universidade *Tübingen* - Alemanha; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) na área de Agricultura Tropical, Saúde e Ambiente, Geografia; Capes-*British*

Council – Inglaterra, na área de Saúde e Ambiente; Cooperação UFMT-Cuba; Consórcio *Tufts University* - EUA; Cátedra Unesco; Fundação *Kellog*- EUA; Fundação Ford - EUA; Fundação Vitae- Brasil. (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011, p. 269/270).

Dentre as cooperações internacionais estabelecidas por Luzia Guimarães, destaquei a implementação do Programa de Ensino a Distância promovido pela parceria firmada com a *Télé Université du Québec/Canadá* e o Consórcio Rede de Ensino a Distância (CREAD), proporcionando treinamento e formação de professores da rede estadual de ensino, pelo uso de tecnologia de ensino a distância (UFMT, 1996). O mote principal da gestão da universidade nesse período foi o processo de interiorização da UFMT, via ensino a distância, conforme entrevista com a reitora Luzia Guimarães, publicada na *Revista UFMT 30 anos*.

No período quadrienal seguinte, de 1996 a 2000, a UFMT foi comandada pelo reitor Fernando Nogueira de Lima, vice-reitor Clóvis Botelho e ARI Bismark Castilho de Carvalho (boliviano egresso do PEC-G) (UFMT, 2022). Essa gestão também primou por parcerias internacionais, como por exemplo, fortalecer o programa de EAD por meio de parceria internacional com a Universidade de Salamanca, Espanha, que resultou na migração do material acadêmico disponível para a tecnologia *compact disk* (CD), dar continuidade à cooperação com universidades cubanas e firmar convênios com outras instituições na perspectiva da mobilidade estudantil e acadêmica. (LIMA, 2021).

Foi durante a gestão de Lima na UFMT, que publicaram no país Lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996, vigente até os dias atuais, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, contendo o Artigo 48, § 2º, entretanto, determinou que cabia às universidades públicas a atividade de revalidação dos diplomas de graduação expedidos no exterior e no § 3º que os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras somente poderiam ser reconhecidos e avaliados por universidades que possuíssem cursos de pós-graduação recíprocos devidamente avaliados pelas instâncias brasileiras.

A UFMT com vistas atender essa prerrogativa, iniciou as publicações anuais de editais para revalidação de diplomas expedidos no exterior, com objetivo de confirmação das habilidades aprendidas em faculdade estrangeira. Os pedidos deveriam ser avaliados pela faculdade do curso ao qual se pretendia ter revalidado o diploma.

Entre 2000 e 2008, o reitor eleito pela comunidade acadêmica da UFMT foi o professor Paulo Speller e vice-reitores Attílio Ourives (2000 a 2001), José Eduardo Aguilar do Nascimento (2001 a 2004) e Elias Alves de Andrade (2004 a 2008). Em sua composição de reitorado Speller empossou uma verdadeira “tropa de choque” de professoras feminina (assim

designadas nos bastidores institucionais): na gestão de 2000 a 2004, professora Flávia Nogueira (PROPG), Maria Lúcia Cavalli Neder e Maria Benício Rodrigues (PROEG), Adriana Rigon Weska (PROAD), Marilda Esteves Matsubara (PROVIVAS); na gestão de 2004 a 2008, Matilde Araki Crudo (PROEG), Maria Inês Isaac Marques (PROPG), continuando com Marilda Esteves Matsubara (PROVIVAS) e Adriana Rigon Weska (PROAD).

Pela primeira vez, foi designada uma mulher para atuar na ARI, professora Maria Inês Guimarães Portugal. Ela atuou firmando novas parcerias com universidades estrangeiras, geriu a participação da UFMT em programas de mobilidades internacionais, como o PEC-G, Santander Universidades e Erasmus Mundus. Auxiliou a universidade a sediar eventos científicos internacionais promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), FAUBAI, UDUAL, dentre outros.

Assim como, esteve assessorando o então reitor nas negociações iniciais de criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como enaltecido por ela: “Eu lembro de o Paulo chegar perto de mim e ele falou: “[...] eu preciso muito de você, nós precisamos fazer um negócio lindo [...]” e ele começou a falar da criação da UNILA, eu nunca esqueci disso”. (PORTUGAL, 2021). Nesse testemunho foi possível perceber o sentimento de orgulho e entusiasmo do reitor e da ARI em fazer parte da criação de uma das primeiras universidades com caráter supranacional e visando a inclusão social e da integração regional Latino-Americana.

No recorte temporal do primeiro mandato do professor Speller, 2000 a 2004, a UFMT promulgou a Resolução CONSEPE nº 118/2002, de 16 de dezembro de 2002, autorizando a promoção de Programas de Intercâmbio Internacional com forma de fomentar a integração das atividades de formação, de investigação e difusão, por meio de parcerias internacionais com instituições estrangeiras. (UFMT, 2002). Tratou-se da oficialização do exercitado pelas mobilidades internacionais promovidas pela comunidade acadêmica dessa universidade.

Para o mandato seguinte, de 2008 a 2016, assumiu como reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, segunda mulher eleita para o cargo máximo institucional, contanto como vice-reitor no período de 2008 a 2012, Francisco José Dutra Souto e como vice-reitor no período de reeleição de 2012 a 2016. Destacadamente, em seu reitorado contou com seis mulheres enquanto pró-reitoras: Myrian Thereza de Moura Serra (PROEG: período de 2008 a 2012 e PRAE: 2012 a 2016), Irene Cristina de Mello (PROEG 2012 a), Elizabeth Aparecida Furtado de Mendonça (PROPLAN), Leny Caselli Anzai (PROPG), Valéria Calmon Cerisara (PROAD) e a primeira

mulher a assumir a Pró-reitoria de um campus do interior do Estado, Cecília Fukiko Kamei Kimura pró-reitora de Rondonópolis.

A gestão da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder foi evidenciada por enfrentamentos internos, por decisão de aderir a políticas estudantis nacionais, como ingresso por Enem e sistema de cotas, pois a conjuntura nacional, à época, promovia investimentos e expansão ao ensino superior.

Consultando fontes documentais, sobre seu período de gestão na administração superior da UFMT, foi confirmada que administrou a universidade num período de política nacional de expansão do ensino superior, possibilitando da UFMT a criação de mais de 70 cursos de graduação, 70 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 170 obras, ampliação do *campus* Rondonópolis, Barra do Garças, e Sinop, contratação de mais de 500 professores e 300 técnicos. Além da criação da internacionalização e estruturação do trabalho de apoio ao estudante (UFMT, 2016).

Para gerir as relações internacionais da universidade, durante seu mandato de oito anos (2008-2016), designou o professor Paulo Texeira de Sousa Junior, como ARI durante o quadriênio inicial (2008-2012), e o primeiro Secretário de Relações Internacionais (SRI) no período de 2012 a 2016.

Essa nova designação funcional foi acarretada pela constituição oficial do setor que administraria a internacionalização da UFMT, instituindo em 19 de outubro de 2012 “[...] a Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) com o objetivo de desenvolver e implementar políticas e projetos de internacionalização [...]” (UFMT, 2016, p. 75). Notou-se que, até essa data, as ações promovidas em relações internacionais, enquanto ARI, estavam alocadas como Assessoria à Reitoria, ou seja, não constava oficialmente no organograma institucional enquanto uma instância própria organizacional. Fato alterado em 2012, com a criação da SECRI, sustentando assim a afirmação que foi na gestão da reitora Maria Lúcia que a internacionalização da UFMT foi instituída.

Teixeira iniciou um novo movimento nas políticas de internacionalização na UFMT, pela promoção da I Oficina de Planejamento Estratégico da Internacionalização da UFMT, que estabeleceu metas para os próximos dez anos (2008 a 2018) e oficializou a nova missão da área: “Prospectar oportunidades, induzir, propor e executar políticas para a inserção internacional visando à promoção e ao desenvolvimento da UFMT.” (UFMT, 2012, p. 35).

Essa nova dinâmica dada à internacionalização da educação superior na UFMT, estimulou a participação da ARI nas coordenações dos intercâmbios de programas em

andamento, como: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) ou Pós-Graduação (PEC-PG); Programas Erasmus Mundus/Erasmus +; Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes (PIIE); Programas do Santander Universities, entre outros. A gestão da época publicou que “[...] atuou proativamente no intuito de despertar na comunidade acadêmica a necessidade de romper seus ‘muros’ a fim de contatar o mundo pelo processo de internacionalização da UFMT.” (UFMT, 2016, p. 74).

Possivelmente as ações proativas da ARI dessa época, somada às contribuições históricas das gestões anteriores, adicionadas a implementação de políticas promovidas pelo Governos Federal Brasileiro e por governos internacionais, os quais insistiram em promover a internacionalização da educação superior, levou a reitoria a constituir a SECRI, em 2012, uma secretaria específica para conduzir e gerir os processos de internacionalização.

Enquanto SECRI, obteve investimento em aportes materiais e humanos para efetivar suas ações com maior veemência. Passou a contar com dois setores internos: convênios e mobilidades. (UFMT, 2012). Além de ter sido transferida de uma única sala no prédio da Reitoria/ UFMT, para compartilhar instalações com a Secretaria de Articulação e Relações Institucionais (SARI), criada igualmente em 2012, Figura 5.

Figura 5: Fachada das instalações da SECRI



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

A fotografia apresenta a fachada do prédio, com placa de identificação das secretarias SARI e SECRI, com destaque para a primeira logotipo da SECRI na porta espelhada, constituída com a imagem por diversas bandeiras internacionais à volta da marca da UFMT, remetendo a ideia da universidade internacionalizada.

O investimento feito na nova secretaria de relações internacionais, proporcionou a expansão do que estava em curso e inovou ao buscar articulações entre Pró-reitorias, considerando a internacionalização transversar ao ensino, pesquisa e extensão.

Entre as diversas ações da SECRI na UFMT destaquei: coordenação e implementação do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), de 2011 a 2016; o auxílio à gestão do Programa Idiomas sem Fronteiras, de 2013 a 2016; assistência à reitora Maria Lúcia na presidência da

rede internacional Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), de 2012 a 2014; e construção da Resolução CONSEPE nº 74/2014 (CONSEPE, 2014), contendo o regulamento do intercâmbio internacional para a comunidade acadêmica da UFMT, revogando-se a Resolução CONSEPE nº 118/2002 (CONSEPE, 2002).

Pelo instrumento regulatório de 2014, a SECRI passou a ser responsável por executar as políticas de internacionalização, incluindo os programas de intercâmbio internacional, anteriormente coordenados pela PROEG. Ademais, a resolução, ainda vigente, exercitou a transversalidade da internacionalização para públicos, níveis e modalidades, tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão.

Em 2016, identifiquei que a UFMT computava a população total de 25.064 pessoas, destas, 21.691 estudantes, 1792 docentes e 1581 profissionais administrativos, sem especificação do gênero. (UFMT, 2016). Também nesse ano, foi publicado o quantitativo alcançado pelas mobilidades internacionais “ [...] de 29 pessoas, em 2008, para 1.127, entre 2009-2016, um aumento substancial de quase 39 vezes.” (UFMT, 2016). Apesar da comunidade feminina integrar esses números, novamente, ficou inviabilizada a análise em específico sobre elas nesse último ano de análise desta pesquisa doutoral.

O exame ao acervo institucional de 1989 a 2016 atestou um movimento nacional em busca do exercício da democracia e atento a dimensão internacional, incluindo sua esfera educacional, em específico ao ensino superior. Na esteira desse movimento, a UFMT intensificou seus processos internacionais e percorreu a institucionalização da sua internacionalização.

As mulheres não só estiveram presentes na UFMT como galgaram espaços de poder, como a reitoria exercida sob o comando de Luzia Guimarães (1992 a 1996) e Maria Lúcia Cavalli Neder (2008 a 2016).

Essas mulheres contribuíram para modificar as estruturas do ensino superior brasileiro, deliberaram na internacionalização da universidade e resistiram aos ditames da sociedade. A atuação feminina contribuiu para o alcance de níveis superiores de integração, cooperação e equidade, para o desenvolvimento no espaço institucional e além dele.

4 COMUNIDADE ACADÊMICA FEMININA EM MOVIMENTO

O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo. (BARROS, 1996, p. 75).

Os versos de Manoel de Barros, poeta pantaneiro, reinventaram o verbo “ver” para “transver”, provocando no leitor a necessidade de ver além, isto é, não só com os olhos, mas também com a lembrança e com a imaginação, instigando a inquirir quem, onde e quando a comunidade feminina da UFMT se movimentou e “transviu” o mundo, durante o período de 1970 a 2016.

A mobilidade internacional na academia tem sido a atividade mais conhecida na estratégia de promover a internacionalização da universidade. “A estratégia mais usual é aquela ligada ao sonho do avião! Estudantes, professores, pesquisadores, técnicos, gestores, enfim, a comunidade acadêmica se deslocando ou recebendo pessoas de outras instituições ou centros de pesquisa”. (MOROSINI, 2020, p.18). A troca física de pessoas entre universidades, citada pela autora, caracteriza o movimento a ser analisado nessa pesquisa.

Para que houvesse a circularidade de homens e mulheres da UFMT pelo mundo, de forma institucionalizada, a universidade primou por ações políticas para negociar e estabelecer parcerias internacionais, possibilitando e regulando futuras trocas de pessoas.

Como explanado anteriormente, de 1970 a 1988 cabia à União a inserção internacional, assim a UFMT limitou-se a atender as demandas nacionais. Contudo, após 1988, com autonomia conquistada pela CF88, a UFMT passou a direcionar sua internacionalização, designando pessoas para responder por ela e formalizar parcerias internacionais.

Ao consultar as parcerias institucionais registradas pelo Sistema de Gestão de Contratos e Convênios (SIGCONV)¹⁶ da UFMT, foram localizados o montante de 6.180 registros divulgados até data da consulta. Destes registros, 231 vincularam a UFMT às instituições internacionais, por instrumento jurídico com vigência inicial dentre o recorte temporal de estudo (1970 a 2016).

Ao detalhar as 231 parcerias, observei que a UFMT estabeleceu nesse recorte temporal cooperações com instituições de cinco continentes do globo: 103 Europa; 102 Américas: 58 América do Sul, 32 América do Norte e 12 América Central; 18 Ásia; cinco África; um Oceania;

16 SIGCONV (2022).

além de uma parceria considerado multicontinental, por incluir países de diferentes continentes: Canadá, Chile, Costa Rica, Ilhas Maurício e Senegal.

O exame dessa fonte, demonstrou a preponderância da UFMT promover cooperação internacional com instituições do hemisfério norte, em especial com países integrantes à Europa e América do Norte. Contudo, para compreender quem, onde e quando a comunidade feminina da UFMT se movimentou, precisei aprofundar a investigação nos programas de mobilidades internacionais, uma das formas possíveis para execução das cooperações estabelecidas.

Os programas de mobilidades internacionais oficialmente geridos nas instâncias administrativas da UFMT foram identificados por meio de investigação aos registros colhidos tanto nos acervos físicos quanto eletrônicos dos arquivos institucionais.

A pesquisa incluiu informações registradas na UFMT no âmbito dos arquivos físicos do Gabinete da Reitoria (GR), da Coordenação de Administração Escolar (CAE) - antiga denominação Divisão de Assuntos Acadêmicos (DAA) vinculada à Pró-reitora de Graduação (PROEG), da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) – antiga denominação ARI.

Em termos de sistemas eletrônicos foram consultados: Portal Acadêmico da Graduação (SIGA); Portal Acadêmico da Pós-graduação (SIPG); Sistema de Administração de Pessoal (SAP), mediante solicitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), via processos: 23108.098251/2019-31, 23108.110879/2019-12, 23108.033789/2020-34, 23108.055275/2021-11, 23108.004281/2022-91 e 23108.004284/2022-24.

A coleta e análise das fontes seguiram as diretrizes impostas pelo Comitê de Ética. Trabalho árduo desempenhado pela pesquisadora, por não haver congruência entre os dados de registros dos setores consultados, bem como a inexistência de um sistema próprio para registro das ações de internacionalização da UFMT. Foi necessário a pesquisadora “[...] cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências [...]” (BACELLAR, 2018, p. 71), com objetivo de produzir uma fonte documental consolidada e confiável.

Assim, foram identificados os seguintes programas de mobilidade internacional na UFMT: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) ou Pós-Graduação (PEC-PG) de 1973 a 2016; Programa *Erasmus Mundus* (EM) e *Erasmus +* de 2007 a 2016; Programa Intercâmbio Internacional Estudantil (PIIE) de 2008 a 2016; Programas via Redes e/ou ações Governamentais de 2008 a 2016; Programa Santander Universidades de 2010 a 2016; Programa

Ciências sem Fronteiras (CsF) de 2011 a 2016; e, sem definição sobre programa de 1972 a 2016.

Participantes dos programas de mobilidades internacionais analisados executaram o intercâmbio por terem sido aprovados ao processo de seleção, conforme fontes institucionais da UFMT, encontram-se sintetizados nos anexos 1 a 9. Essas fontes confirmam a mobilidade internacional proclamada por registros de parcerias internacionais estabelecidas no período de estudo.

4.1 Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), remonta ao ano de 1965, criado pelo Decreto Presidencial nº 55.613, 20 de janeiro de 1965 e tornou obrigatório aos estabelecimentos de ensino superior do país o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais firmados entre Brasil e demais países, denominados de estudantes-convênio (BRASIL, 1965).

Ressaltando que à época, cabia a esfera nacional estabelecer as parcerias internacionais com as instituições de ensino brasileiras, o país firmou diversos convênios bilaterais, sobremaneira com países dito “em desenvolvimento” com fins de oportunizar nas universidades brasileiras o acolhimento de estudantes do exterior para cursar a graduação inteira no Brasil com isenção de exame nacional de admissão ao ensino superior brasileiro, possível auxílio permanência durante estada no país e dispensa de pagamento de taxas ou mensalidades. O Decreto Presidencial nº 55.613 foi instituído para proporcionar orientação unificada às IES brasileiras.

A motivação a promoção do PEC-G, segundo o gestor nacional, a Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (DELP) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) “[...] adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna do *status* desses estudantes no Brasil.” (DELP, 2021). De acordo com MRE (2021), o PEC-G tanto contribuiu para a internacionalização das IES brasileiras participantes, quanto para a difusão das perspectivas do Brasil pelo mundo.

De acordo com seu Manual, divulgado pelo MEC em 2000, o PEC-G foi “Originado de forma pontual desde o final da década de 20, tendo sido administrado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty) até o ano de 1967 [...]” (MEC, 2000).

Em 1967, esse programa foi normatizado também pelo Protocolo entre MEC e MRE, definindo a oferta e a distribuição das vagas; definição de exclusividade para participantes oriundos de países latino-americanos; a seleção dos candidatos; a forma de encaminhamento do estudante-convênio às IES; proibição de mudança de curso; desligamento devido a mais de uma reprovação na mesma série ou conjunto de disciplinas; e permissão para pós-graduação imediatamente após conclusão da graduação (MEC, 2000).

Os protocolos seguintes do PEC-G, remontam ao ano de 1974, 1981, 1986 e 1998 em que mais mudanças operacionais foram determinadas como: cancelamento da exclusividade a estudantes provenientes da América Latina; retirando a cláusula sobre desligamento por reprovação; enfatizando a necessidade do ensino da língua portuguesa para estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras e nos centros de estudos brasileiros; reintroduziu a regra de não-reprovação após o primeiro ano de estudos, duas vezes na mesma disciplina ou mais de duas disciplinas no mesmo período letivo; obrigatoriedade de aprovação no exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPEBRAS); (MEC, 2000).

As constantes alterações configuraram a necessidade de estar regulamentando ações que pudessem minimizar dificuldades vivenciadas ao longo da implementação do programa, até que em 12 de março de 2013, o Decreto Presidencial nº 7.948/2013 causou efeito de revogação no decreto de 1965 e seus protocolos.

Assim, o novo decreto trouxe, em síntese: a necessidade de os estudantes estrangeiros firmarem Termo de Responsabilidade Financeira, assumindo custear a própria subsistência no Brasil; o Termo de Compromisso para se cumprir as regras do PEC-G; a proibição dos estudantes-convênio de participarem de outros programas de mobilidade acadêmica; as regras de desligamento em caso de não efetuar matrícula, trancamento sem justificativa ou abandono do curso; a exigência da frequência mínima; a proibição da reprovação por três vezes na mesma disciplina ou em mais de duas disciplinas no mesmo semestre após o primeiro ano; a normatização dos casos de transferência; a possibilidade de a IES fornecer bolsa ao estudante em caso de bom aproveitamento acadêmico; e a isenção dos estudantes-convênio de indicação ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2013). Essas são as regras que permanecem em vigor e devem ser aplicadas pelas universidades anfitriãs.

Em relação ao perfil dos participantes do PEC-G, o sítio eletrônico do DELP referente ao período de 2000 a 2019 mostra que o Brasil recebeu 9 mil selecionados/selecionadas¹⁷.

17 Não consta especificação por gênero.

Destes, 76% são provenientes do continente africano, destacadamente Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Angola. Os demais 24% pertenciam aos países da América Latina, maioria paraguaios, peruanos, equatorianos e hondurenhos, e da Ásia, majoritariamente de Timor Leste e Paquistão. Os/As estudantes foram recebidos por 119 IES brasileiras, inclusive a UFMT desde o ano de 1973, conforme fontes institucionais.

Nos moldes do PEC-G, foi criada, em 1981, a versão do programa para a Pós-Graduação, o PEC-PG. De acordo com Kroetz (2019), as atividades tiveram início em 1983 e possuíam como base de apoio a CAPES, o MRE e o CNPq, contando com divulgação no exterior e auxílio financeiro para retorno dos estudantes ao país de origem. As instituições de fomento são responsáveis pelo diferencial entre o PEC-G e o PEC-PG, que é a garantia do pagamento de bolsas de mestrado e doutorado durante todo o curso no Brasil. O foco do PEC-PG foi instituído para a formação em programas de pós-graduação, com vistas a atender aos egressos do PEC-G e aos novos participantes das mesmas regiões do programa base: África, Américas e Ásia. Atualmente, o PEC-PG possui 60 países participantes (DELP, 2021).

O DELP também divulgou o perfil dos participantes do PEC-PG na esfera nacional, referente ao período de 2000 a 2019, informando que foram mais três mil selecionados/selecionadas, cerca de 68% de países das Américas, com destaque para Colômbia e Peru (DELP, 2021). Os demais (34%) provinham da África, com total de 870 estudantes, e menor prevalência da Ásia, com 97 participantes. Esses estudantes-convênio foram destinados às IES brasileiras que oportunizaram vagas na pós-graduação, o que não ocorreu na universidade em investigação.

Na UFMT, durante o período de execução ao PEC-G, foram encontradas fontes documentais referentes ao registro de 157 estudantes-convênio provenientes de 18 países diferentes e acolhidos por 25 cursos na UFMT, contudo não houve nenhum PEC-PG. Ao examinar esse quantitativo de estudantes-convênio pelo PEC-G na UFMT, destaquei 38 participantes mulheres e 119 homens, demonstrando a predominância quatro vezes maior do gênero masculino. Portanto, as mulheres representaram 24% das integrantes do PEC-G na UFMT no recorte temporal pesquisado. A síntese de participantes está descrita no quadro 3.

Quadro 3: Estudantes-convênio na UFMT (1973-2016)

Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
1973	2	0	Bolívia	Engenharia Civil
1974	8	1	Bolívia, Paraguai	Engenharia Civil, Serviço Social

1975	4	0	Bolívia, Paraguai	Economia, Engenharia Civil
1976	7	0	Bolívia, Paraguai	Engenharia Florestal, Economia, Agronomia, Licenciatura em Ciências, Engenharia Civil
1977	7	1	Bolívia, Paraguai	Engenharia Civil, Agronomia, Engenharia Elétrica, Enfermagem, Engenharia Florestal, Geologia.
1978	26	9	Bolívia, Paraguai, Alemanha, Uruguai, Líbano, Portugal, EUA, Chile	Ciências Contábeis, Serviço Social, Engenharia Civil, Economia, Administração, Geologia, Bovinocultura, Engenharia Elétrica, Cooperativismo, Engenharia Florestal, Enfermagem, Direito
1979	14	2	Bolívia, Venezuela, Paraguai	Economia, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geologia, Educação Física, Agronomia, Bovinocultura, Engenharia Elétrica
1980	7	1	Bolívia, Peru	Enfermagem, Economia, Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Sanitária e Ambiental
1981	2	2	Paraguai, Bolívia	Engenharia Civil, Ciências Contábeis, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal
1982	5	4	Bolívia, Paraguai	Administração, Engenharia Elétrica, Ciências Exatas, Agronomia, Nutrição
1983	6	1	Bolívia, Paraguai	Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Administração, Geologia, Engenharia Elétrica, Economia, Engenharia Civil
1997	1	0	Angola	Ciências Biológicas
1999	1	0	Bolívia	Ciências Contábeis
2000	2	0	Cabo Verde	Comunicação Social, Letras
2001	0	1	Angola	Medicina
2002	0	1	Paraguai	Medicina
2003	1	0	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
2004	1	0	Espanha	Medicina Veterinária
2005	5	2	São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau	Engenharia Sanitária e Ambiental, Economia, Ciências Contábeis, Nutrição
2006	3	4	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Administração
2007	2	1	Guiné-Bissau, Argentina	Engenharia Sanitária e Ambiental, Nutrição, Engenharia Civil
2008	3	3	Guiné-Bissau	Serviço Social, Administração, Letras
2009	4	5	Guiné-Bissau, Haiti	Nutrição, Letras, Direito
2012	1	0	Benin	Economia
2016	7	0	Guiné-Bissau	Ciências Econômicas, Matemática, Sistema de Informação, Letras, Biologia, Administração
Total	119	38	18	25

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No recorte total de 1973 a 2016, a análise do quadro 3, apresentou que 69% dos estudantes-convênios recebidos na UFMT vieram entre os anos de 1973 e 1983. Há um lapso temporal sem registro de estudantes PEC-G, entre os anos de 1984 e 1996, que não foi encontrado dentre as inúmeras fontes consultadas. Como analisar o que não se encontrou? A única certeza vem ao encontro da proclamação de que “[...] não poderia reacender o que a vida

apagou[...]” (CERTEAU, 2008, p.35). Por ausência ou apagamento, restou o vazio a esse período.

Após a constatação dessa lacuna histórica, a UFMT voltou a recebê-las/los em 1997, em quantitativo reduzido, até dois estudantes por ano até 2004, aumentando o volume de 2005 a 2011. Nova redução a um estudante em 2012. Repetida lacuna de registros no intervalo de 2013 a 2015. O inesperado acolhimento a sete estudantes em 2016.

Os documentos institucionais disponíveis na Reitoria e na SECRI da UFMT mostraram que o fato de a UFMT ter recebido um estudante-convênio em 2012 foi motivado por duas questões principais. A primeira delas, foi que a UFMT suspendeu o convênio para rever os procedimentos internos de recebimento e manutenção dos estudantes estrangeiros via PEC-G (UFMT, 2012), restringindo a entrada de novos estudantes. O motivo da suspensão adveio de desafios vivenciados pela universidade na aplicação do programa e das contínuas mudanças regulatórias pela esfera do Governo Federal.

O outro motivo de acolhimento ao estudante-convênio em 2012, foi o fato dele ter sido selecionado no ano anterior. O estudante era proveniente de Benin, nato no idioma francês, e matriculado em outro Estado no curso de Português Língua Estrangeira (PLE) antes de se matricular na UFMT (UFMT, 2012). Assim, a instituição respeitou o compromisso institucional da universidade, e o estudante ingressou na UFMT.

Em 2016, apesar de a UFMT ter mantido a suspensão do programa, sete novos estudantes estrangeiros ingressaram via PEC-G. Eles eram provenientes de transferência da UNILA, conforme constou nos registros institucionais (UFMT, 2016).

É válido ressaltar que a UFMT, conforme o quadro 3, participou ativamente do PEC-G no período de 1973 a 2012, passando a ser responsável pelos estudantes transferidos em 2016. Assim, o PEC-G continuou vigente no país, porém suspenso na UFMT. O programa foi relevante para a internacionalização da UFMT principalmente pelo exercício de mais de 43 anos, perpassando várias gestões. Todavia, a suspensão em 2012 sem definição de retorno, proporcionou incertezas sobre a desejável readequação e provável continuidade.

Com olhar investigativo voltado a participação feminina no PEC-G, analisei a listagem das participantes programa, disposta no anexo. Identifiquei que as 38 mulheres vieram de Angola (1), Bolívia (15), Cabo- Verde (1), Chile (1), Guiné-Bissau (13), Paraguai (4), Portugal (2) e Haiti (1). A maior parte delas (21) provinham da América do Sul, países fronteiriços do estado de Mato Grosso, como Bolívia e Paraguai no período de 1974 a 1983. Contudo, as

mulheres voltam a constar nos registros de 2001 a 2009, com maior incidência de estudantes oriundas da África, Guiné-Bissau em especial.

Os cursos que receberam as estudantes-convênios PEC-G na UFMT totalizaram 16 na graduação: Administração (1), Agronomia (1), Arquitetura e Urbanismo (1), Ciências Contábeis (8), Comunicação Social (1), Direito (2), Economia (5), Engenharia Elétrica (2), Engenharia Florestal (1), Enfermagem (2), Geologia (1), Letras (4), Medicina (2), Nutrição (2), Pedagogia (1) e Serviço Social (4). Os cursos com mais estudantes-convênio mulheres na UFMT foram os de Ciências Contábeis e Economia. Porém, o curso que mais acolheu os estudantes-convênio, Engenharia Civil (33), não recebeu nenhuma mulher pelo PEC-G.

Com objetivo de enaltecer a história vivenciada pelas mulheres, dediquei-me a averiguar a pioneira do PEC-G na UFMT, a estudante boliviana Gueisi Luz Aliendre Alcocer, matriculada em 1974, no curso de Serviço Social. Constatei que ela nasceu em Cochabamba, província de Cercado, em 25 de janeiro de 1954, contando com 20 anos de idade e solteira ao ingressar na UFMT. Frequentou o curso de Serviço Social na universidade e foi diplomada em 13 de janeiro de 1978. Mulheres como Gueisi, romperam e desbravaram espaços, contribuindo para alterar o cenário predominantemente masculinizado nos anos iniciais da internacionalização na UFMT, constato nas estatísticas.

4.2 Programa Erasmus Mundus (EM)/ Erasmus + (E+)

A partir de 2007, a UFMT aderiu ao programa Erasmus Mundus (EM), que foi criado em 05 de dezembro de 2003, pelo Parlamento Europeu e Conselho pela Decisão nº 2317/2003/CE, a partir da Declaração de Bolonha/1999, assinada pelos ministros europeus. O objetivo era “[...] assegurar que o sistema europeu de ensino superior seja suficientemente aliciente a nível mundial, por forma a estar à altura do importante legado cultural e científico da Europa.” (PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO, 2003).

O programa EM foi estabelecido para proporcionar o “[...] reforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural através da cooperação com países terceiros.” (PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO, 2003) e se desenvolveu de 2004 a 2008. Avançou para o período de 2009 a 2013 com nova nomenclatura, passando a se chamar programa Erasmus +. Trata-se de uma versão ampliada em níveis educacionais, englobando ações desde a pré-escola à formação profissional e de adultos, incluindo mobilidades internacionais no ensino superior.

O nome do programa homenageia o teólogo e humanista holandês Desiderius Erasmus Rotterdamus, conhecido como Erasmus de Roterdã, um dos principais pensadores do século XV, que viajou por toda Europa difundindo seus estudos (TIMMONS, 2014). Para participar tanto do programa EM quanto do E +, as instituições europeias produziram projetos específicos para submeter às chamadas anuais divulgadas pela Agência Executiva para a Educação, o Audiovisual e a Cultura (EACEA), responsável pelo programa na Comissão Europeia. Para tanto, as instituições europeias convidavam as instituições estrangeiras de seu interesse – a depender dos países terceiros permitidos pela chamada –, para aderir ao projeto, com duração de dois anos, prorrogáveis por igual período, formando um consórcio, ou seja, um conjunto de universidades cooperando entre si (MEC, 2022).

A EACEA não divulgou ao público geral os números alcançados no programa, pois cabia aos gestores dos projetos selecionados efetuar os relatórios de resultados e divulgar à sociedade. A gestão dos projetos ficava a encargo das universidades europeias, que geriam o orçamento recebido pela EACEA. Às outras universidades parceiras, incluindo as brasileiras, cabia o compromisso de efetuar a pré-seleção, preparação e acompanhamento educacional dos bolsistas, seguindo as diretrizes da coordenação do projeto.

A escolha pelas possíveis universidades parceiras era pautada na relação bilateral entre instituições constituídas anteriormente e pelo potencial da região a ser atendida em relação ao “desbravamento”, ou seja, instituições que ainda não desenvolviam princípios da internacionalização bem estruturados e desenvolvidos.

O Programa EM continua ativo pela Comissão Europeia, contudo, tem outra formatação e interesse em outros países. Assim, a UFMT teve participação nos projetos vinculados ao EM e E+ de 2009 a 2016, foram eles: Euro Brazilians Windows (EBW), Euro Brazilians Windows Plus (EBW+) e Building Academic Bonds between Europe and Latin America (BABEL), coordenados pela Universidade do Porto/Portugal; e Projeto EMUNDUS 15 coordenado pela Universidad de Santiago de Compostella/Espanha.

Os projetos em que a UFMT participou como instituição parceira previam auxílio aos intercambistas com bolsas de estudos, passagens aéreas e seguro, como também subsídio financeiro às instituições parceiras, denominado *lump sum*, com o objetivo de custear despesas como material de escritório e viagens da equipe gestora para reuniões do projeto.

Durante a participação da UFMT nos programas EM/E+, sintetizado no quadro 4, foram encontradas fontes documentais referentes ao registro de 39 mobilidades internacionais. A instituição recebeu dois e enviou 37 participantes, caracterizando um intercâmbio desigual

de destinos, num movimento feito entre o Brasil e seis países europeus. Os participantes eram compostos a partir de 18 cursos distintos e duas gestões administrativas: SECRI e Pró-Reitoria de Administração (PROAD). No EM/E+ desenvolvido na UFMT, as mulheres representavam 59% do total geral de participantes.

Quadro 4: Mobilidades do Programa Erasmus Mundus/Erasmus + na UFMT (2009-2016)

Estudantes estrangeiros na UFMT – Programa Erasmus Mundus/Erasmus +				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2009	1	0	Portugal	Ciências Sociais
2010	0	1	Portugal	Ciências Sociais
Total	1	1	1	1
Estudantes brasileiros no Exterior – Programa Erasmus Mundus/Erasmus +				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2009	1	4	Espanha, Portugal	Engenharia Elétrica, História, Ciências Sociais, Psicologia
2010	7	6	Hungria, Portugal, Espanha, Holanda	Engenharia Elétrica, Biologia, Psicologia, Economia, Ciências Sociais, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Mecânica
2014	0	4	Portugal, Espanha	Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Pedagogia, Administração
2015	2	6	Alemanha, Espanha, Itália, Portugal	Engenharia Civil, Geografia, Comunicação Social, Psicologia, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciências e Tecnologia de Alimentos
2016	3	0	Malta, Portugal	Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica, Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
Total	13	20	6	17
Servidores brasileiros no Exterior – Programa Erasmus Mundus/Erasmus +				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Vínculo profissional
2009	1	0	Portugal	Curso de Ciências da Computação
2010	1	0	Holanda	Engenharia Mecânica
2016	0	2	França, Portugal	Secretaria de Relações Internacionais e Pró-Reitoria de Administração
Total	2	2	3	4

Fonte: Elaborado pela autora (UFMT, 2022).

A análise dos dados apresentados no Quadro 4 aponta que o programa EM/E+ foi desenvolvido em dois períodos temporais: 2009 a 2010; e, 2014 a 2016. Ao buscar as fontes, identifiquei que os intercâmbios de 2009 a 2010 pertenceram aos projeto institucionais vinculados ao programa EM e, o período de 2014 a 2016 integraram aos projetos E+. Assim, 2011, ano ausente, foi o período de transição entre programas.

Em busca as informações sobre os intercâmbios das mulheres pelo EM/E+, identifiquei no inventário que as 23 mulheres participantes ao programa movimentaram-se aos

destinos: Alemanha (1), Espanha (7), França (1), Itália (2), Portugal (11) e Brasil (1), considerando a estudante portuguesa que veio à UFMT.

Essas mulheres partiram de duas gestões administrativas: SECRI e PROAD e 14 cursos distintos: Administração (1), Arquitetura e Urbanismo (1), Biologia (2), Ciências e Tecnologia do Alimento (1), Ciências Sociais (3), Engenharia Civil (1), Engenharia Elétrica (1), Engenharia Mecânica (1), Engenharia Ambiental (1), Geografia (1), História (1), Pedagogia (1), Psicologia (5) e Economia (1).

Elas, em sua maioria, eram do curso de Psicologia (5), o qual observei à primeira estudante intercambista indígena da étnia Bororo: Nonoguari Comaecureudo Lima (UFMT, 2014).

4.3 Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes (PIIE)

O terceiro programa estudado, dentre o recorte de análise, foi o Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes (PIIE), inicialmente denominado de Programa de Intercâmbio Internacional para Graduação (PIIG). Em 2014, principalmente devido à aprovação da Resolução CONSEPE nº 74/2014, o programa alterou seu nome de PIIG para PIIE, com objetivo de contemplar também os estudantes da pós-graduação.

Criado pela então gestão da ARI/UFMT, em 2008, objetiva promover a divulgação e seleção dos estudantes e pôr em prática as ações de intercâmbio estudantil previstas nos acordos internacionais vigentes entre a UFMT e as demais IES estrangeiras. Iniciou timidamente e, após 2012, com a criação da SECRI, bem como autorização do programa de bolsas de intercâmbio pelo orçamento da própria universidade, em 2013, ganhou fôlego para expansão. O Conselho Universitário (CONSUNI) da UFMT aprovou o Programa de Bolsas Expandindo Fronteiras (BEF) destinado à mobilidade acadêmica internacional e coordenado pela SECRI, via Resolução CONSUNI nº 18 de 03 de julho de 2013 (UFMT, 2013).

O programa, ainda vigente na UFMT, visou propiciar auxílio financeiro aos estudantes estrangeiros em intercâmbio internacional, baseado no princípio da reciprocidade, ou seja, condicionado que a instituição de origem estrangeira também ofereça auxílio financeiro e/ou outros benefícios, como alimentação e alojamento, aos estudantes da UFMT acolhidos no intercâmbio estudantil.

O programa BEF depende de dotação orçamentária da universidade, conforme descrito no Artigo 4º da normativa “Anualmente, será definido o valor da bolsa assim como o número

de vagas disponíveis para o Programa de Bolsas Expandindo Fronteiras, que deverá ser compatível com a dotação orçamentária liberada [...]” (UFMT, 2013).

No âmbito geral, participaram do programa 28 estudantes estrangeiros, provenientes de oito países: Alemanha, Argentina, Colômbia, EUA, França, Itália, Japão e Portugal, destinados aos cursos de graduação: Engenharia Civil, Ciências da Computação, Sistema da Informação, Letras, Zootecnia; pós-graduação: Antropologia Social, Ecologia e Conservação da Biodiversidades, Educação, Geografia, Letras, Medicina. Em relação aos estudantes de pós-graduação, a participação maior foi de alemães interessados na UFMT, com predominância de curso ligado ao Instituto de Biociências, talvez por ser referência de estudos em ecologia e conservação de biodiversidade do Brasil (UFMT, 2022).

Os estudantes de graduação da UFMT que participaram de intercâmbio internacional foram para: Alemanha, Espanha, EUA, Colômbia, Itália e Portugal. Pertenciam aos cursos de graduação em: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Ciências da Computação, Direito, Economia, Educação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental, Filosofia, Física, Letras, Medicina Veterinária, Música, Psicologia; e pós-graduação em: Agricultura Tropical, Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável, Ciências Florestal e Ambiental, Direito Ambiental, Estudos da Cultura Contemporânea, Geologia e Psicologia.

O quadro 5 mostra os intercambistas da UFMT desde a constituição do PIIG, em 2008, até o recorte final desta tese, já como PIIE, em 2016.

Quadro 5: Mobilidades PIIG/PIIE na UFMT (2008-2016)

Estudantes estrangeiros na UFMT – PIIG/PIIE				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2010	0	2	França	PPG Geografia, PPG Letras
2011	2	0	Portugal	Engenharia Civil, Ciência da Computação
2012	1	3	Portugal, Alemanha, Argentina	Sistema da Informação, Letras, PPG Medicina, PPG Ecologia e Conservação da Biodiversidades
2013	5	8	Alemanha, EUA	PPG Ecologia e Conservação da Biodiversidade, PPG Física Ambiental
2014	2	1	Colômbia, Japão	Zootecnia, Letras, PPG Educação
2015	2	1	Alemanha, Itália	PPG Ecologia e Conservação da Biodiversidades
2016	1	0	Portugal, França	PG Antropologia Social
Total	13	15	8	11
Estudantes brasileiros no Exterior – PIIG/PIIE				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2008	0	2	Portugal	Engenharia Civil

2009	3	3	Espanha, Portugal, Itália	Ciências da Computação, Direito, Administração, Letras, Filosofia
2010	9	2	Portugal, Espanha, Itália	Administração, Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciência da Computação, Engenharia Florestal, Curso de Pós-Graduação
2011	10	12	Alemanha, Espanha, Portugal	Economia, Administração, Música, Engenharia Sanitária e Ambiental, Economia, Direito, Medicina Veterinária, Psicologia, Comunicação Social, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Políticas Sociais
2012	14	21	Portugal, Espanha, Alemanha	Administração, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Química, Comunicação Social, Geologia, Direito, Psicologia, Enfermagem, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Alimentos, Sistemas de Informação, Comunicação Social, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária e Ambiental, PPG Geologia, PPG Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável, PPG em Psicologia
2013	4	1	Portugal	Engenharia Mecânica, Educação Física, Psicologia, Agronomia, Engenharia Florestal
2014	1	5	EUA, Portugal	Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Administração
2015	1	2	Colômbia, Portugal	Filosofia, Pós-Graduação em Estudos da Cultura Contemporânea, Pós-Graduação em Direito Ambiental
2016	7	2	Espanha, Portugal	Psicologia, Direito, Comunicação Social, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Economia, Pós-Graduação em Ciências Florestal e Ambiental, Pós-Graduação em Agricultura Tropical
Total	49	50	6	26

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na síntese apresentada no quadro, foram apontados 127 intercâmbios pelo programa PIIG/PIIE, dentro do período de 2008 a 2016, totalizando 62 homens e 65 mulheres. Identifiquei, novamente, discrepância existiu com relação ao fluxo maior de envio de estudantes de graduação da UFMT para o exterior, bem como a recepção de estudantes de pós-graduação estrangeiros na universidade mato-grossense, sem a reciprocidade proclamada.

Em destaque, as mulheres nesse programa de mobilidade representaram 51% do geral, praticamente havendo equidade de gênero. As 15 intercambistas estrangeiras pelo PIIE possuíam origem: Alemanha (7), Argentina (1), Colômbia (1), EUA (4) e França (2) e foram matriculadas na UFMT nos cursos de: Biologia (5), Ecologia e Diversidade (1), Física Ambiental (4), Geografia (1), Letras (2), Medicina (1) e Zootecnia (1).

As 50 brasileiras destinaram-se aos países: Alemanha (1), Colômbia (1), Espanha (12), EUA (1), Portugal (35) e aos cursos de: Administração (12), Arquitetura e Urbanismo (6), Comunicação Social (5), Direito (4), Direito Ambiental (1), Economia (1), Educação (1),

Enfermagem (1), Engenharia Civil (2), Engenharia Sanitária e Ambiental (3), Filosofia (1), Letras (1), Medicina (3), Psicologia (8) e Sistema de Informação (1).

4.4 Cooperação e Programas em Rede

A partir de 2008, a UFMT também fortaleceu a atuação nas redes internacionais de cooperação e junto a ações governamentais nacionais e do exterior. As redes, consórcios ou associações foram criadas para reunir instituições de ensino superior por afinidade e interesses em comum, desenvolvidos e financiados a partir das próprias universidades e/ou de ações governamentais do Brasil ou Exterior.

As atividades desenvolvidas pelos integrantes das redes puderam proporcionar eventos, capacitações, articulações políticas e programas/projetos de intercâmbio nacionais e/ou internacionais. A UFMT aderiu às parcerias em rede:

Tabela 2: Parcerias da UFMT em rede

Sigla – Nome da rede	Quant. associadas
OUI – Organização Universitária Interamericana	350
GCUB – Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras	83
UDUAL – União de Universidades da América Latina e Caribe	200
AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa	135
Grupo Tordesilhas – Rede Acadêmica de Universidades do Brasil, Portugal e Espanha	55
FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional	180

Fonte: SECRI, adaptado pela autora (2022)¹⁸.

Conforme divulgado pela SECRI e disposto na tabela 2, a UFMT aderiu até 2016 a seis parcerias em rede com a finalidade de cooperar com até 1.003 instituições na temática de internacionalização do ensino superior de países integrantes, sobretudo, da Europa, da América Latina e do Caribe.

Além das redes, a UFMT aderiu diretamente tanto a programas de intercâmbio internacional financiados pelo governo federal brasileiro, primordialmente promovidos pela CAPES e CNPq, quanto a programas promovidos pelas agências internacionais de educação.

¹⁸ SECRI (2022).

Os dados foram expostos no quadro a seguir. Ao todo, foram apontadas 123 mobilidades internacionais promovidas por programas distintos que tiveram como característica a delimitação de participação ora por mobilidades no âmbito da graduação, ora na da pós-graduação, a depender do seu ente promotor.

Nas mobilidades de graduação, houve apontamentos pelos programas de redes estudantis. Em 2012, constou o International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (IAESTE), promovido pela Associação Brasileira de Intercâmbio Profissional e Estudantil (ABIPE) e, em 2016, estava a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA), ambos oportunizando experiências internacionais com estudos e/ou estágios na formação.

O Programa de Movilidad Mercosur (PMM), provido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil junto aos países parceiros do MERCOSUL, e o Programa Académico de Movilidad Educativa (PAME), por iniciativa da Rede UDUAL, focaram a integração entre os parceiros latino-americanos tanto para estudantes brasileiros no exterior quanto estrangeiros na UFMT.

Apesar de a CAPES e o CNPq estarem mais diretamente ligados à pós-graduação, essas instituições atuaram na graduação com programas de intercâmbio internacional. Exemplo disso foi o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), promovido pela CAPES, que destinou estudantes brasileiros de graduação em licenciatura para período de dois anos no exterior com objetivo de obter duplo-diploma. Outro exemplo foi o Programa CAPES/FIPSE proveniente da parceria bilateral entre Brasil e EUA que, por meio de seleção de projetos de parcerias universitárias, formou consórcios para promover a “[...] modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos, o intercâmbio de docentes/pesquisadores e a mobilidade acadêmica na modalidade de graduação sanduíche.” (CAPES/FIPSE, 2011). Assim como acordo de cooperação firmado entre Brasil e Angola com objetivo de estimular a iniciação científica por estudantes angolanos no Brasil, denominado Programa de Formação Científica em Mobilidade Acadêmica (PFCMA).

Em termos da pós-graduação, dentre os registros encontrados estão intercambistas do Programa de Alianças para Educação e Capacitação (PAEC), resultado da cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DCE/MRE).

A Rede GCUB também criou o Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (PROAfri), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional de Moçambique (MCTESTP) e Embaixada do Brasil em Maputo, assim como promoveu o Programa de Bolsas de Pós-graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México (PROPAT-BRASIL-MÉXICO) em cooperação com o Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), ambos programas receberam apoio do DCE/MRE no Brasil.

A CAPES e o CNPq, como instituições profícuas de fomento para internacionalização brasileira na pós-graduação, fomentaram os programas de intercâmbio citados e promoveram adicionalmente investimento em programas de criação própria. Exemplo disso é o Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE), criado e fomentado pela CAPES, assim como as chamadas públicas para projetos de pesquisa com bolsas no exterior ou para estrangeiros no Brasil, tanto pela CAPES como pelo CNPq, registrados no quadro como Aluno Especial ou vinculados diretamente aos Programas de Pós-Graduação (PPGs).

Igualmente, os governos estrangeiros também ofereceram oportunidades de intercâmbios internacionais com fomento de bolsas registrados no quadro em 2009 e 2012, promovidos pelas suas agências de educação internacional ou embaixadas, quais sejam, a Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), em Madri-Espanha; a Fundação Carolina do Governo Espanhol; a Universidade das Nações Unidas (UNU), da ONU, com sede em Tóquio-Japão; e, o Governo Canadense por meio do programa Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP). No quadro 6, consta a catalogação geral das mobilidades promovidas em rede pela UFMT.

Quadro 6: Mobilidades em redes na UFMT (2009-2016)

Estudantes estrangeiros na UFMT – Redes					
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos	Programa/Rede/Agência
2009	0	2	Espanha	Aluno especial	AECID
2010	1	0	Uganda	PPG Ciências da Saúde	CAPES
2011	10	6	Angola	Saúde Pública, Geociências, Física, Zootecnia,	PFCMA
2012	1	3	Bolívia, Costa Rica, Japão, Escócia	Administração, PPG Física Ambiental, PPGE Educação, Aluno especial	IAESTE/ABIPE; PAEC GCUB/OEA; UNU/ONU; CNPq
2013	1	3	República Dominicana, Colômbia	PPG Engenharia de Edificações e Ambiental, PPG Agronegócio e Desenvolvimento Regional, PPG História e PPG Educação	PAEC GCUB/OEA

2014	7	5	Peru, Colômbia, Argentina, Paraguai, Peru, Equador	Arquitetura e Urbanismo, Zootecnia, Engenharia Sanitária e Ambiental, PPG Geografia, PPG Ciências Florestais e Ambientais, PPG Estudos de Linguagem, PPG Estudos de Cultura Contemporânea, PPG Física, PPG Geografia, PPG Geociências	PAEC GCUB/OEA
2015	5	11	Colômbia, Chile, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Venezuela, Honduras, Peru, Escócia, Índia	Comunicação Social, Estatística, PPG Estudos de Cultura Contemporânea, PPG Agricultura Tropical, PPG Engenharia Agrícola, PPG Estudos de Cultura Contemporânea, PPG Ciências da Saúde, PPG Educação, PPG Agronegócios e Desenvolvimento Regional, PPG História, PPG Educação, Aluno especial, PPG Biociências	PAEC GCUB/OEA; BRACOL/GCUB; CAPES; CNPq
2016	10	12	México, Bolívia, Honduras, Colômbia, República Dominicana, Chile, Costa Rica, Haiti, Equador, Paraguai, Argentina, Bolívia, Moçambique, Portugal	Medicina, PPG Enfermagem, PPG Política Social, PPG Ciência Animal, PPG Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas, PPG Física, PPG Geografia, PPG História, PPG Política Social, PPG Agronegócios e Desenvolvimento Regional, PPG Recursos Hídricos, PPG Ecologia e conservação das biodiversidades, PPG Geografia, PPG Saúde Coletiva	IFMSA; PAEC GCUB/OEA; PROAFRI/GCUB; PROPAT/GCUB; CNPq
Total	35	42	23	34	12
Brasileiros no exterior – Redes					
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos	Rede ou Agência
2009	0	1	Espanha	Geografia	Fundação Carolina
2010	5	5	EUA, Portugal	Agronomia, Biologia, Educação Física, Letras, Matemática, Química	PLI/CAPES; FIPSE/CAPES
2011	1	0	Canadá	PPG Geociência	ELAP/ Governo Canadense.
2012	10	10	EUA, Portugal, Argentina	Agronomia, Biologia, Educação Física, Letras, Matemática, Química, Ciências da Computação	PLI/CAPES; FIPSE/CAPES; PMM/MRE
2013	1	6	França, EUA, Espanha	Letras, PPG Agricultura Tropical, PPG Educação	PLI/CAPES; CAPES
2014	0	4	Holanda, Canadá, Portugal	PPG História, PPG Ciências da Saúde, PPG Letras, PPG Educação	CAPES

2015	1	1	Inglaterra, Canadá	PPG Ciências da Saúde, PPG Ciências Animal	CNPq
2016	0	1	Argentina	Economia	PAME UDUAL
Total	18	28	8	15	7

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como visualizado no quadro 6, foram apontados 123 intercâmbios pelos programas em redes, dentro do período de 2009 a 2016, dos quais 53 eram homens e 70 mulheres.

As mobilidades internacionais foram compostas por 77 estudantes estrangeiros provenientes de 23 países: Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Escócia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Japão, México, Moçambique, Nicaraguá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uganda e Venezuela; recepcionados por 30 cursos da UFMT, dos quais sete eram de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Administração, Comunicação Social, Estatística, Engenharia Sanitária e Ambiental, Medicina, Zootecnia; 23 cursos de pós-graduação: Agricultura Tropical, Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Biociências, Ciências Florestais e Ambientais, Ciência Animal, Ciências da Saúde, Ecologia e conservação das biodiversidades, Enfermagem, Educação, Estudos de Linguagem, Estudos de Cultura Contemporânea, Engenharia Agrícola, Engenharia de Edificações e Ambiental, Física, Geografia, Geociências, História, Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas, Política Social, Recursos Hídricos, Saúde Coletiva, Saúde Pública, Zootecnia, além das matrículas de aluno especial na Pós-Graduação, cujas áreas de pesquisa não foram identificadas.

Em relação aos brasileiros no exterior, somaram-se 46 intercâmbios, viajando para oito países: Argentina, Canadá, EUA, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Portugal; oriundos de 15 cursos da UFMT, sete de graduação: Agronomia, Biologia, Ciências da Computação, Educação Física, Geografia, Letras, Matemática e Química; sete de pós-graduação em: Agricultura Tropical, Ciência Animal, Ciências da Saúde, Educação, História e Letras.

As análises do quadro 6, mostram que houve mais entradas do que saídas nos programas promovidos por redes e/ou ações governamentais, predominando o gênero feminino no período de 2010 a 2016.

Em sequencia investigativa as mulheres participantes dos programas em rede, constatei, dentre a descrição de participantes, que as 42 estrangeiras possuíam origem de 17 países diferentes: Angola (6), Argentina (2), Bolívia (3), Chile (1), Colômbia (15), Costa Rica (2), Equador (1), Escócia (1), Espanha (2), Guatemala (1), Japão (1), México (1), Paraguai (1), Peru (1), Portugal (1), República Dominicana (2) e Venezuela (1).

Essas mulheres destinaram-se aos cursos de: Administração (1), Agricultura (1), Agronegócio (1), Ciências da Saúde (1), Ciências Florestais (1), Comunicação Social (2), Ecologia (3), Educação (4), Enfermagem (1), Engenharia Edificações (1), Engenharia Sanitária e Ambiental (1), Estatística (1), Estudos de Cultura Contemporânea (4), Estudos de Linguagem (1), Física (2), Geociências (2), Geografia (1), História (2), Imunologia (1), Medicina (1), Política Social (1), Recursos Hídricos (1), Saúde Coletiva (1), Saúde Pública (1), Zootecnia (3), além de serem consideradas alunas especiais (3).

Em relação as 28 brasileiras pelos programas de Redes na UFMT, destinaram-se aos países: Argentina (2), Canadá (1), Espanha (2), EUA (2), França (3), Holanda (1), Inglaterra (1) e Portugal (16) e frequentaram aos cursos de: Agricultura (1), Agronomia (1), Biologia (4), Ciências da Computação (1), Ciências da Saúde (2), Economia (1), Educação (2), Educação Física (4), Física (1), Geografia (1), História (1), Letras (7), Matemática (1) e Química (1).

As informações inferem que a maior quantidade de mulheres estrangeiras que vem para UFMT foram provenientes de países da América do Sul, enquanto o quantitativo das brasileiras da UFMT ao exterior denotou a ida delas a países europeus.

Os cursos que mais receberam às mulheres pelos programas de redes, tivemos o registro de: os programas de Pós-Graduação em Educação e Estudos de Cultura Contemporânea na UFMT receberam o maior quantitativo de estrangeiras, e o cursos de graduação em Letras acolheu mais brasileiras no exterior.

4.5 Programa Santander Universidades

Em 2010, a UFMT ingressou no rol das universidades parceiras pelo Programa Santander Universidades, fundado em 1996 e ainda vigente, instituído como instância de política de Responsabilidade Social Corporativa do Banco Santander. Assim, tornou-se agente fomentador das ações “[...] que objetivem o aprimoramento do ensino superior e a internacionalização das atividades acadêmicas [...]” (SANTANDER, 2008). A rede de universidades a cooperar entre si, com apoio do Santander Universidades, foi definida a cada edição anual de diferentes chamadas, a depender da região estrangeira e dos parceiros de interesse do fomentador.

As chamadas receberam denominações a partir de temas ou região geográfica que receberiam os estudantes brasileiros, como: Programa Luso-Brasileiras Santander, destino Portugal; Programa Santander Ibero-Americanas e Programa Fórmula Santander, destino

Portugal, Espanha, Argentina, Chile, Colômbia, México, Porto-Rico, Uruguai; TOP China, TOP Espanha, TOP USA, TOP UK.

O convite de parceria foi feito a cada edição anual das chamadas, determinando uma quantidade de bolsas específica por instituição brasileira, a quem cabia negociar vagas nas instituições receptoras de sua parceria, que também fossem parceiras do programa e promover a seleção, a preparação e o acompanhamento dos bolsistas.

Em 2010, no lançamento do Programa Fórmula Santander, foi anunciada a entrega de investimento de 600 milhões de euros em resposta à promessa feita aos reitores do Brasil pelo presidente do Banco Santander, Don Emílio Botín, no II Encontro Internacional de Reitores Universia, evento integrante das ações de cooperação universitária do Santander Universidades em conjunto com o Portal Universia. O diretor da divisão brasileira do Santander Universidades, Jamil Hannouche, justificou que o Brasil possuía “[...] ampla comunidade acadêmica e relevância para o Grupo Santander.” (SANTANDER, 2010).

Vale informar que o Banco Santander criou uma linha de atuação específica para o público universitário brasileiro, contendo contas bancárias, cartões, empréstimos, entre outros, assim como concebeu o Plano de Apoio ao Ensino Superior (PAES) do Santander Universidades como foco na responsabilidade social corporativa, ou seja, a forma como uma organização diminui o impacto de suas atividades na sociedade e no meio ambiente.

O Programa Santander Universidades não divulgou informações detalhadas dos participantes, como quantidade de bolsistas, instituições parceiras, valor financeiro investido a cada ano, entre outros dados que tivessem relevância para o procedimento de análise. Foi possível identificar que foram apoiados mais de 630 mil estudantes, profissionais e empreendimentos; mais de 1.000 universidades e instituições colaboradoras; 15 países parceiros; 398 programas de bolsas (SANTANDER, 2022).

Na UFMT, o quadro 7 dispôs os registros identificados das mobilidades pelo financiador Santander Universidades, entre os anos de 2007 e 2016. Entre os projetos dos quais a UFMT participou, dez bolsas foram oriundas do programa Fórmula Santander – edição 2011, 2014, 2015 e 2016; 14 do Programa Luso-brasileira – edição 2007, 2011, 2012, 2013 e 2014; e 13 do Programa Ibero-Americanas – edição 2013, 2014, 2015 e 2016, totalizando 39 bolsas de mobilidade internacional de graduação. O Programa Santander Universidades continua ativo, porém o último ano de registro de participação da UFMT neste programa foi em 2016.

Foram encontradas fontes documentais referentes ao registro de 39 estudantes de graduação ao exterior, 11 homens e 28 mulheres, vinculados a 11 cursos diferentes na

universidade: Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Filosofia, Geografia, Letras, Licenciatura em Informática, Medicina, Química e Psicologia; destinados a cinco países distintos: Chile, Colômbia, Espanha, México e Portugal, conforme quadro 7.

Quadro 7: Mobilidades Santander Universidades na UFMT (2011-2016)

Estudantes brasileiros no exterior – Santander Universidades (2007-2016)				
Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2007	1	0	Portugal	Química
2011	1	4	Portugal, México	Comunicação Social, Psicologia, Letras
2012	1	3	Portugal	Licenciatura em Informática, Comunicação Social, Psicologia
2013	2	3	Chile, Portugal	Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Direito, Medicina e Geografia
2014	5	9	Portugal, Espanha, Chile	Direito, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Comunicação Social, Enfermagem
2015	1	5	Espanha, Colômbia, México	Comunicação Social, Enfermagem, Filosofia, Nutrição, Psicologia
2016	0	4	Portugal, Espanha	Direito, Enfermagem, Psicologia
Total	11	28	5	11

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em análise ao perfil feminino das bolsistas, Santander Universidades, ficou evidenciado que elas corresponderam a mais de 70% da participação geral aos programas. As brasileiras foram destinadas aos países: Chile (2), Colômbia (1), Espanha (6), México (3) e Portugal (16). Os cursos que as acolheram foram: Administração (1), Arquitetura e Urbanismo (2), Comunicação Social (7), Direito (3), Enfermagem (3), Filosofia (1), Letras (2), Nutrição (1) e Psicologia (8). Esses resultados apresentam a maioria da participação das mulheres à Portugal para frequentar o curso de Psicologia.

4.6 Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Em 2011, a UFMT aderiu ao programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado pelo Decreto presidencial nº 7642, em 13 de dezembro de 2011, em busca de oportunizar a formação e capacitação em instituições de ensino, pesquisa e extensão, formando “[...] estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias” (BRASIL, 2011).

Conforme relatado por Silva e Martins (2018), o CsF ficou configurado como o primeiro programa nacional com predominância de mobilidade de estudantes de graduação ao

exterior, além de ter sido estendido para a pós-graduação e pesquisadores. As autoras também destacaram o objetivo de “[...] estimular o avanço da ciência nacional em tecnologia, inovação e competitividade, por meio da expansão da mobilidade internacional [...]” (SILVA; MARTINS, 2018, p. 118).

O governo federal fomentou bolsas de intercâmbio por meio de chamadas públicas específicas por país de destino com o qual o Brasil definiu cooperação internacional. Primordialmente, o programa CsF focou as bolsas para estudantes de graduação das instituições brasileiras integrantes de cursos das áreas da saúde, tecnologia e inovação com destinação para países dos continentes: América do Norte, Europa e Oceania.

A gestão do programa anunciou que o objetivo nacional era utilizar até 101.000 bolsas com orçamento inicial de 3,1 bilhões de reais (CsF, 2016), contudo, o programa atingiu o número de bolsas esperado, porém, no montante financeiro de 5,2 bilhões de reais (MARTINS, 2015).

Considerando o tamanho expressivo da oportunidade, o programa CsF causou alvoroço tanto nas instituições brasileiras quanto estrangeiras. As IES estrangeiras passaram a formar comitivas de visitas ao Brasil para oferecer parceria no programa, no intuito de acolher os estudantes (CsF, 2012). Nas IES brasileiras, provocou ações internas, como criar ou ampliar setores específicos para tratar da internacionalização do ensino superior, fato corrido na UFMT, que ampliou o setor de ARI para SECRI (UFMT, 2012).

Na UFMT, anexo 8, foram apontados 289 registros de estudantes de graduação no exterior via programa CsF, o que não quer dizer que não tenha havido mobilidades de pós-graduação e jovens talentos, contudo, não foi encontrado registro nos setores e nos sistemas de pesquisa. Os resultados foram dispostos no quadro 8.

Quadro 8: Mobilidades CsF na UFMT (2012-2016)

Ano	Homens	Mulheres	Países	Cursos
2012	28	29	Canadá, Austrália, França, EUA, Portugal, Espanha, Holanda, Suécia, Escócia, Alemanha, Coréia do Sul	Engenharia Sanitária e Ambiental, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Comunicação Social, Engenharia de Alimentos, Biomedicina, Engenharia Elétrica, Química, Enfermagem, Engenharia Florestal, Zootecnia, Ciências da Computação, Engenharia Mecânica, Sistema de Informação, Farmácia, Estatística

2013	52	42	EUA, Inglaterra, China, Canadá, Irlanda, Itália, Austrália, Hungria, França, Espanha, Alemanha, Escócia, Holanda	Agronomia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Medicina, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Geologia, Biologia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Comunicação Social, Engenharia de Alimentos, Biomedicina, Engenharia Elétrica, Química, Enfermagem, Engenharia Florestal, Zootecnia, Ciências da Computação, Engenharia Mecânica, Sistema de Informação, Farmácia, Estatística
2014	58	45	Canadá, Austrália, EUA, Espanha, Escócia, Alemanha, Coreia do Sul, China, Inglaterra, Itália, Japão, Noruega, Hungria, Irlanda	Nutrição, Agronomia, Medicina, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, Geologia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Química, Engenharia Florestal, Zootecnia, Engenharia Mecânica, Farmácia, Estatística
2015	22	13	Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, Hungria	Agronomia, Medicina, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Geologia
TOTAL	160	129	19	24

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O quadro 8 apresentou 160 homens e 129 mulheres, correspondendo a 55% e 45%, respectivamente, dos/das bolsistas pelo Programa CsF na UFMT, durante o período de cinco anos de vigência, pertencentes a 26 cursos encaminhados a 20 países diferentes.

A quantidade de participantes do programa por gênero ficou bem próxima da equidade (IBGE, 2018). As estudantes selecionadas faziam parte, em sua maioria, dos cursos: Arquitetura e Urbanismo, com 25 participantes; Engenharia Civil, com 15; Medicina veterinária, com 11; e Medicina, com dez estudantes, com destino preeminente aos Estados Unidos da América.

O programa delimitou a participação dos estudantes das áreas de Engenharias, Exatas e da Terra; Tecnológicas, Biológicas e da Saúde para mais de 31 países parceiros. Na UFMT, estudantes de 24 cursos participaram da mobilidade, a saber: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Biomedicina, Ciências da Computação, Comunicação Social, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Agrícola e Ambiental, Estatística, Engenharia Civil, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Farmácia, Geografia, Geologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Química, Sistema de Informação, Zootecnia; destinados a 19 países: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Escócia, EUA, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Portugal e Suécia.

A apuração da estatística feminina, no rol de estudantes que participaram do programa CsF pela UFMT, compreendi que as 129 mulheres equivaleram a 45% do total. Elas viajaram para: Alemanha (2), Austrália (17), Canadá (8), Escócia (2), Espanha (7), EUA (52), Holanda (5), Hungria (6), Inglaterra (6), Irlanda (11), Itália (3), Portugal (8) e Suécia (2). Os cursos que as receberam no exterior foram: Agronomia (2), Arquitetura e Urbanismo (28), Biologia (1), Biomedicina (1), Ciência e Tecnologia de Alimentos (1), Comunicação Social (4), Enfermagem (3), Engenharia Agrícola e Ambiental (1), Engenharia Civil (15), Engenharia Elétrica (6), Engenharia Florestal (1), Engenharia Mecânica (5), Engenharia Ambiental (7), Estatística (3), Farmácia (9), Geologia (10), Medicina (10), Medicina Veterinária (11), Nutrição (1), Química (5), Sistema de Informação (1) e Zootecnia (4).

Dentre o público identificado no inventário geral de participantes dos programas internacionais, ao buscar “vestígios” sobre o movimento feminino, foi possível encontrar os relatórios de conclusão de mobilidade dos participantes de 2016, último ano de análise desta pesquisa doutoral, constatando que possivelmente foi uma mulher brasileira à última a finalizar o intercâmbio internacional neste recorte de investigação.

Tratou-se da estudante Emanuely Veronica Soares Leôncio, do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, que fez intercâmbio na Austrália durante os semestres acadêmicos 2015/2 e 2016/1, pelo programa CsF, com previsão de regresso à UFMT em 10 de novembro de 2016. (UFMT, 2016).

Isso foi possível, porque a última chamada do programa ocorreu em 2014, contudo, permitiu que os estudantes realizassem a saída da UFMT até o segundo semestre de 2015, com retorno máximo até o final do ano de 2016.

4.7 Mobilidades sem identificação

Com a investigação em vários acervos físicos e eletrônicos, entre eles Reitoria, SECRI, CAE, SIGA, SIPG e SEI, por falta de um único sistema de registros da comunidade intercambista da UFMT, como também a divergência das informações em cada instância de gestão relacionada ao assunto, foi possível encontrar registros de intercambistas internacionais sem detalhamento da mobilidade, assim como de pessoas estrangeiras que foram selecionados diretamente pelos programas de pós-graduação, computando 24 nomes, contudo não estando incluso nesta tese por não ser considerado intercâmbio nem estar vinculado especificamente a um programa de mobilidade.

Dentre os desafios, aponto que nos registros de intercambistas internacionais não houve detalhamento sobre qual programa de seleção, qual o país de destino ou origem. A tabela 3, portanto, detalha o quantitativo por gênero e nível de estudos.

Tabela 3: Mobilidades sem identificação detalhada na UFMT (1972-2016)

Ano	Graduação		Pós-Graduação	
	M	F	M	F
1972	5	1	0	0
2005	2	0	0	0
2006	0	2	0	0
2007	4	2	0	0
2011	0	0	0	1
2012	0	0	1	0
2013	0	0	4	0
2014	0	0	0	1
2015	0	0	3	3
2016	0	0	1	1
Total	11	5	9	6

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As informações apresentadas no quadro 3 mostram 31 intercâmbios feitos na ou pela UFMT, abrangendo 20 intercambistas do gênero masculino e 11 do feminino.

Analisando todo o percurso percorrido na construção desta pesquisa, infiro que os seis registros do ano de 1972 provavelmente pertencem ao programa PEC-G, pois à época, cabia tão somente ao Governo Federal a criação de intercâmbios.

Observou-se que no período de 2005 a 2007 faltaram informações ao total de 10 estudantes de graduação, quatro mulheres e seis homens. Apesar de neste período a UFMT possuir uma pessoa na função de ARI, os registros não foram encontrados.

A dificuldade de encontrar as fontes em relação a esses 10 intercâmbios de graduação podem ser motivados pela falta de documentos ou mau uso dos arquivos para guardar a história institucional, por perda ou descarte, sem considerar o devido valor histórico “[...] mas é preciso dizer que outros critérios são usados para “filtrar” a enorme massa documental hoje produzida e acumulada” (BACELLAR, 2018, p.46), destacadamente a indisponibilidade de espaço físico e de uma política de arquivologia.

Entre os anos de 2011 e 2016, estiveram ausentes 15 fontes da pós-graduação que pudesse indicar mais detalhes dos intercâmbios internacionais. Nesse período a UFMT contava com um setor para registro das mobilidades que estava na fase de transição da ARI para SECRI. O que remete a possibilidades destas informações sequer terem chegado a esta instância.

4.8 Os programas analisados

Os programas de intercâmbio analisados nesta tese foram: o PEC-G de, 1973 a 2016; o Erasmus Mundus, de 2007 a 2016; o PIIG/PIIE, de 2008 a 2016; Programas em redes, de 2008 a 2016; o Santander Universidades, de 2010 a 2016; o Ciências sem Fronteiras (CsF), de 2011 a 2016; e, sem identificação detalhada, de 1972 a 2016, houve 805 mobilidades internacionais registradas oficialmente, nas quais homens e mulheres realizam os estudos fora das instituições de origem. Ao comparar o quantitativo apresentado ao atual volume de pessoas na comunidade UFMT (mais de 20 mil) constatei que o número exíguo de representatividade dessa modalidade da instituição.

Em análise aos programas, identifiquei que aqueles que ofereceram auxílio financeiro aos intercambistas foram: Erasmus Mundus, Santander Universidades e CsF. Os programas com isenção de taxas, auxílio alojamento e alimentação foram: PIIG/PIIE e Programas em redes. O programa que garantiu unicamente o benefício da vaga gratuita foi o PEC-G.

Ao promover uma análise geral dos participantes da internacionalização registrados e colhidos nas fontes da UFMT, foram identificadas e consolidadas as informações na tabela 4.

Tabela 4: Intercambistas por programa e gênero/UFMT

Programas	M	F	Total
Pec-G	119	38	157
Erasmus Mundus	16	23	39
PIIG/PIIE	62	65	127
Programa em Redes	53	70	123
Santander Universidades	11	28	39
CsF	160	129	289
Sem informação	20	11	31
Total	441	364	805

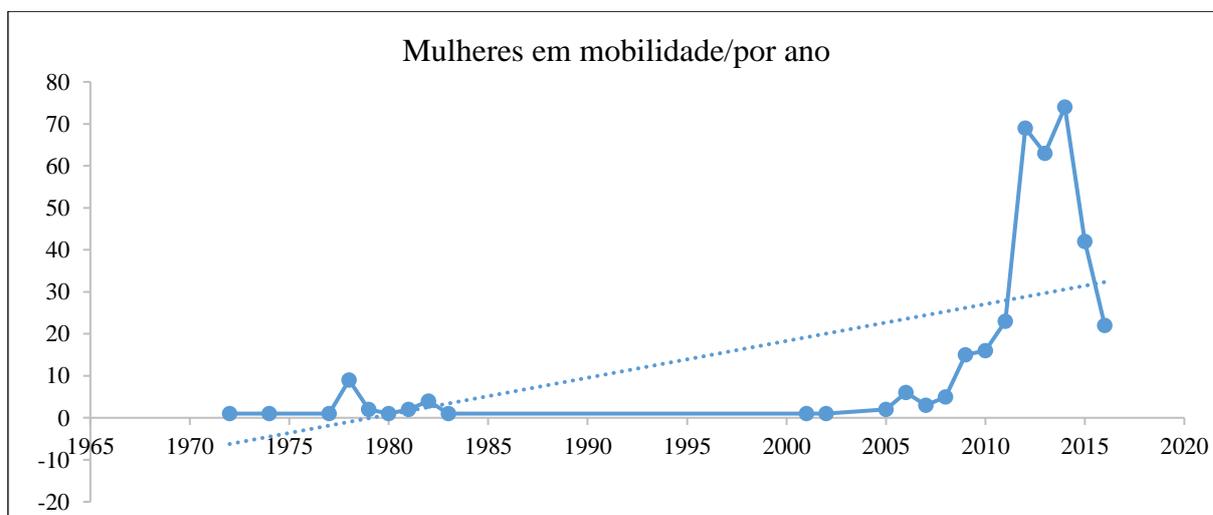
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na tabela 4, em relação ao gênero dos participantes, nota-se o predomínio do gênero masculino com 55% de participação nos programas. A maior discrepância entre gêneros constou no apontamento do programa PEC-G, em que o gênero feminino representou 19% das mobilidades realizadas. Contudo, no período de 2008 a 2016, as mulheres ultrapassaram o número de participação em relação ao gênero masculino nos programas Erasmus Mundus, PIIG/PIIE, Programas em Redes e Santander Universidades.

Adicionalmente, ficou demonstrado que o programa com maior número de mobilidades registradas foi o Programa CsF com 289 participações, inclusive pelo gênero feminino computado em 129 intercambistas, provavelmente pelo incentivo financeiro ofertado pelo Governo Federal.

Ao buscar em que momento histórico as mulheres foram mais atuantes como partícipes da internacionalização da UFMT, apresentei o gráfico 2, que sintetiza quando aconteceu o movimento assumido pelas mulheres da comunidade da UFMT.

Gráfico 2: Mulheres em mobilidade/por ano



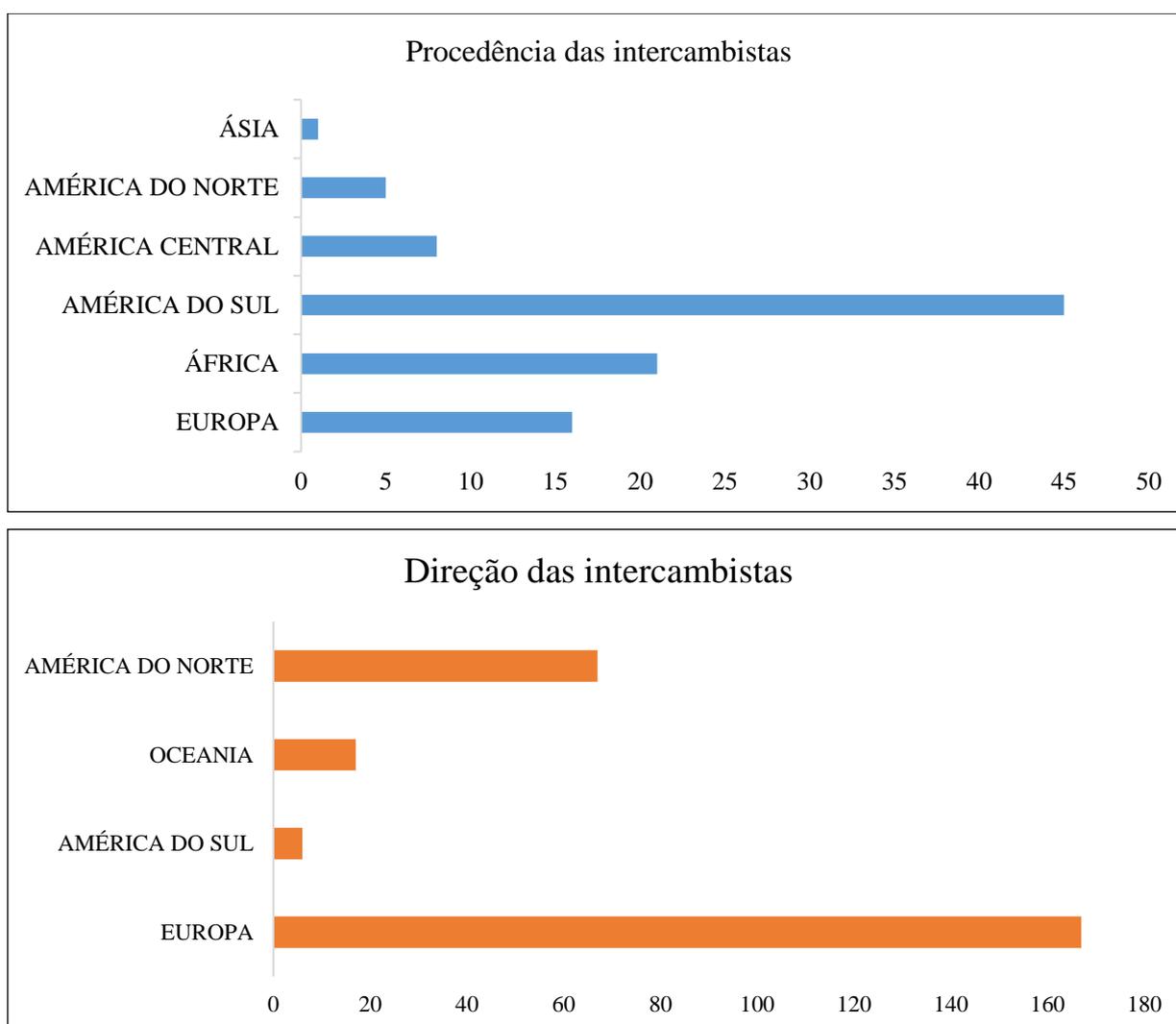
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Interpretando o gráfico 2, é possível ver que as mulheres iniciaram a participação na internacionalização na UFMT em seus primórdios. Em 1972, houve o registro das pioneiras estudantes de graduação estrangeiras, Ingrid Marion Hermann, proveniente de Java da Índia e matriculada no curso de Engenharia Civil a pedido do MEC, sem especificar o programa. Seguida, em 1974, pela estudante de Serviço Social, Gueisi Luz Aliendre Alcocer, proveniente de Cochabamba na Bolívia, pelo PEC-G. Nesse início, a UFMT era responsiva as determinações da União acerca das diretrizes de suas relações internacionais.

A partir dos anos 2000, o volume feminino nas mobilidades internacionais aumentaram, possibilitando encontrar os primeiros registros de intercâmbios das mulheres brasileiras pelos programas estudados. Foram duas estudantes de graduação do curso de Engenharia Civil, Marina Leite de Barros Baltar e Amanda Negrão Lemos Melo, pelo programa PIIE, destinadas a estudar em Portugal.

Tanto os quantitativos femininos quanto masculinos nos programas de mobilidades ofertados pela UFMT foram reduzidos, provavelmente, devido ao fim do aporte do Governo Federal ao Programa CsF. A seguir, o gráfico 3 demonstra esse movimento.

Gráfico 3: Mulheres em movimento/precedência e direção



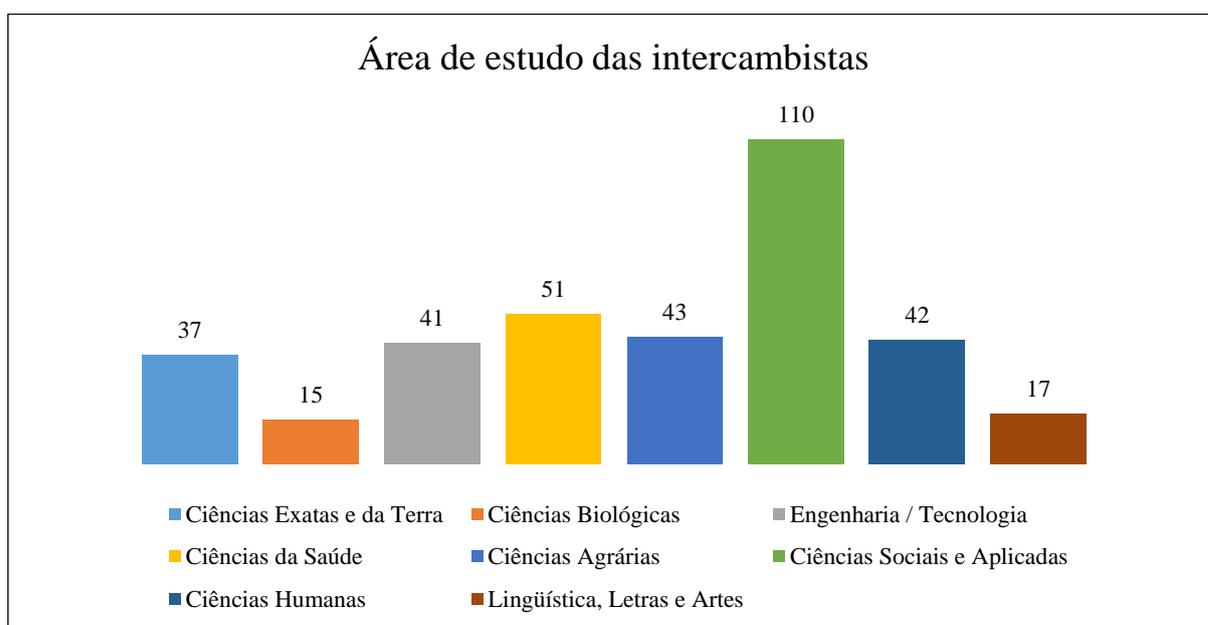
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Analisando o gráfico acima, possibilitam entender que a comunidade feminina da UFMT, majoritariamente vieram de países da América do Sul (45) e África (21) para UFMT e

partiram da universidade mato-grossense para Europa (167) e América do Norte (67). Ficou notório o envio de brasileiras ao exterior superou o quantitativo de recepção das estrangeiras. Essas informações corroboram com o pensamento que países da América Latina, como o Brasil tendem a se inserir na internacionalização do ensino superior de “[...] forma periférica, sendo uma região com baixa recepção e elevado envio de estudantes para outras regiões do mundo, em especial para a região da América do Norte e da Europa Ocidental” (CASTRO; CABRAL; NETO, 2012, p.69).

Continuando na identificação das mulheres da UFMT que participaram do intercâmbio internacional, o gráfico 4 trouxe o resultado de participação feminina nas mobilidades, por área de estudos definidas pelo CNPq.

Gráfico 4: Mulheres em movimento/áreas de estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O gráfico 4 apresentou que elas integravam prioritariamente os cursos das Ciências Sociais e Aplicadas (110), Ciências da Saúde (51) e Engenharia/Tecnologia (41). Esse perfil de área possivelmente constituiu-se pelo critério de participação estabelecido pelos programas de mobilidades internacionais em seus processos seletivos, a exemplificar pelo programa CsF que contemplou igualmente essas áreas do conhecimento.

Resumidamente, a comunidade acadêmica feminina da UFMT movimentou-se no sentido do exterior para UFMT nos primórdios institucionais, a partir de 1972, destacadamente

pelo programa PEC-G. Contudo o movimento inverso, da UFMT ao exterior foi mais intenso a partir do novo século, com ápice alcançado em 2014, prioritariamente pelo Programa CsF.

As mulheres da UFMT brasileiras destinaram-se marcadamente à Europa, contudo as estrangeiras que vieram para UFMT eram provenientes a países da América do Sul e África.

No cômputo das mulheres intercambistas, somando brasileiras e estrangeiras, elas integravam majoritariamente os cursos da área de conhecimento em Ciências Sociais e Aplicadas.

Ao avaliar integralmente os programas de internacionalização desenvolvidos na UFMT entre os anos de 1972 e 2016, PEC-G, EM, PIIG/PIIE, Redes, Santander Universidades e CsF, constatei que a morosidade de implementação da internacionalização, devidamente estruturada na UFMT, acarretou a diminuta participação da comunidade acadêmica. As pessoas que se mobilizaram e fizeram o intercâmbio pela UFMT ora por anseio pessoal de viver a experiência, ora nos programas que oportunizaram condições, com momentos mais ou menos favoráveis em relação deslocamento internacional com o apoio institucional.

Em síntese, foi possível evidenciar que as fontes analisadas confirmam a compreensão de que uma política institucional de internacionalização na UFMT¹⁹ em termos pragmáticos, deve, portanto, promover organização e administração de ações concisas e planejadas, com fomento de auxílios financeiros, cursos de idiomas, consultoria sobre possibilidades de intercâmbio, informações sobre à UFMT e a instituição parceira, dentre outras atividades, de modo a “[...] torná-las mais eficientes, colaborativas e equânimes, considerando o acesso de homens e mulheres a quaisquer atividades que sejam propostas” (MARTINS; FERREIRA, 2021, p. 287). Aumentando a capilaridade de atuação da internacionalização na universidade, de forma mais equilibrada, possivelmente possibilitará a participação de mais pessoas à deslocamentos para destinos, áreas de estudos, condições financeiras e sociais diversas.

19 UFMT (2021).

5 TESTEMUNHOS: O FOCO SÃO ELAS

[...] quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista [...] a importância de um testemunho pode ser a de corroborar e preencher com detalhes precisos os eventos [...] (THOMPSON, 2002, p.257).

As palavras de Thompson (2002) transcritas no excerto acima comprovam que o uso da história oral, a coleta de testemunhos, por meio de entrevistas de quem esteve presente em um determinado momento histórico, permite o encontro com detalhes de acontecimentos que não são revelados na escrita documental.

Igualmente, Thompson (2002) apontou “[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor [...]. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”. (THOMPSON, 1992, p. 17).

Autores como Thompson (2002), Meihy (1996) e Meihy; Holanda (2007) apoiaram a compreensão que a história oral se constitui em torno da vivência de pessoas possibilitando lançar “[...] vida para dentro da própria história e por isso alarga seu campo de ação”. (THOMPSON, 1992, p. 44). A legitimidade científica da história oral, conforme os autores, requer procedimentos sistematizados a partir da elaboração de um projeto à análise dos testemunhos, caracterizada como “[...] um processo em movimento [...]” (MEIHY; HOLANDA (2007, p. 17).

O ponto de partida para realizar as entrevistas foi a elaboração de um roteiro de questões²⁰, integrante ao projeto aprovado pelo CEP-Humanidades e acrescido a esta tese. Os questionamentos foram acerca da identificação pessoal e profissional do/da informante, ações e fundamentos da participação feminina na internacionalização da universidade em estudo.

No projeto constou também, os critérios para escolha das pessoas a serem entrevistadas. Deveriam ser servidoras e servidores que atuaram no âmbito da internacionalização na UFMT durante o recorte temporal da tese (1970-2016), vinculadas a diferentes setores, faculdades e institutos da universidade. Tanto quem decidiu pelas ações instituídas sobre a internacionalização, quanto quem as executou, trazendo a memória dos que comandaram e dos comandados (BURKE, 1992).

20 Anexo 10.

Para esta tese, 23 sujeitos foram entrevistados, identificados na pesquisa por meio de numeração, Entrevista 1 a Entrevista 23, para preservar as identidades, manter a privacidade e o respeito à dignidade humana no âmbito das práticas científicas, seguindo normas éticas. Foram homens e mulheres que trabalharam na UFMT, partícipes de setores da universidade em que a transversalidade da internacionalização esteve presente, entre os anos de 1970-2016.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, virtualmente, por meio das plataformas *Webex*/institucional UFMT²¹ ou *Google Meet*²². Contudo, tiveram àquelas e aqueles que preferiram a opção presencial com permissão de gravações de áudio e/ou vídeo. Houve ainda, testemunhos que solicitaram que as perguntas da pesquisa fossem encaminhadas por e-mail e enviaram as respostas por escrito, também por e-mail. Essas possibilidades foram ofertadas atentando ao período pandêmico.

Com a recolha das entrevistas, inseri os vídeos no canal do Youtube²³ com intuito de servir como um repositório para arquivamento dos arquivos eletrônicos, assim como para obter uma prévia da transcrição, possibilitado pela ferramenta de legenda de vídeos, contudo foi necessário volume significativo de edições aos textos obtidos.

Pesquisei suportes lógicos que pudesse melhor auxiliar no refinamento da produção escrita da fonte oral e na análise das informações coletadas, definindo pelo uso dos *softwares* *Transkriptor*²⁴ e *Atlas.ti*²⁵ por se apresentaram com melhor desempenho quanto aos critérios de confiabilidade, *design*/visual, custo-benefício e performance em comparação com outros programas examinados.

O *software* *Transkriptor*, uma solução que utiliza inteligência artificial para transcrever áudio em texto, foi utilizado para promover o formato final da evidência oral a ser adotada na pesquisa.

Seguidamente, inseri as fontes no *Atlas.ti*, “[...] uma ferramenta que auxilia o pesquisador no processo de organização da análise dos dados[...]” (SILVA JUNIOR; LEÃO, 2018, p.1). Ressalva se fez presente pelos autores ao esclarecer a necessidade de inferência humana, suportado pela sua base teórica, para promover maior eficiência de uso no instrumento tecnológico.

Recorri ao procedimento apresentado por Biklen e Bogdan (1994), promovendo a organização, codificação, seleção de citações e categorização de cada testemunho, adaptando

21 UFMT (2021).

22 Google Meet (2021)

23 YouTube (2021).

24 Transkriptor (2022).

25 ATLAS.ti (2022).

as condições e possibilidades do sistema operacional Atlas Ti. Corroborando que “[...] a análise é um processo de redução de dados.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 234). O intuito foi promover um diálogo entre os testemunhos, ora constituídos como fontes orais, com as fontes documentais e teóricas, promovendo um debate sobre a temática da pesquisa doutoral.

O exame das fontes orais seguiu os princípios de análise de narrativas temáticas, dado que as fontes trazem “[...] eventos passados, ligados tematicamente entre si.” (GALVÃO, 2005, p. 329). Igualmente, Galvão (2005) expôs a necessária confiança mútua entre investigador e participantes que busque a realidade mais próxima, seja na disponibilização da informação pelos investigados, seja na interpretação pela pesquisadora. Tratou-se de interpretar o que foi narrado e não na maneira que foi dito. Utilizei o pressuposto da transcrição, orientada por Meihy (2005, p.195) em que define que o importante da entrevista não são palavras e sim sua mensagem.

Essa modalidade de análise possuiu o intuito de identificar a memória coletiva como proclamada por Maurice Halbwachs (1990, p. 25), para quem “[...] não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada não somente pela mesma pessoa, mas por várias.”

Os testemunhos, portanto, trouxeram esclarecimentos e “[...] se tornaram um registro escrito, no qual foi possível se fundamentar como qualquer outro documento de arquivo [...]” (FERREIRA, 2014, p. 44), ou seja, a análise dos relatos levou a outras consultas para elucidar dados conflitantes, como dito por Ferreira (2014). Essa mesma autora, descreveu que os testemunhos possibilitam uma análise privilegiada “[...] de fontes e registros de um saber proveniente de experiências vividas e ressignificadas” (FERREIRA, 2014, p. 34).

Ao coletar as memórias busquei por pessoas integrantes ao mesmo grupo social e em contexto semelhante, no caso a UFMT. Contudo, foi possível perceber a singularidade do sujeito frente às experiências distintas vivenciadas. Cada ser, com seu histórico pessoal e profissional, foi adicionando detalhes na composição da memória do coletivo, incluindo informações ausentes ao registro oficial da instituição.

As análises do conjunto de respostas foram com relação aos sujeitos de pesquisa, permitindo sua caracterização sintetizada pela Tabela 5.

Tabela 5: Sujeitos de pesquisa

Sujeitos	Gênero	Idade	Tempo de atuação na UFMT	Categoria de vínculo/UFMT	Unidade de Vínculo/UFMT	Unidade(s) em que atuou para a internacionalização da UFMT
Entrevista 1	M	47	22	Tae/Docente	Instituto de Educação	STI e SETEC
Entrevista 2	F	70	18	Tae	PROEG	PROEG
Entrevista 3	M	65	36	Docente	Faculdade de Arquitetura, Engenharias e Tecnologia	Reitoria/ARI
Entrevista 4	F	47	27	Tae	Reitoria	Secretaria da Reitoria
Entrevista 5	F	62	42	Tae	PROEG	CAE
Entrevista 6	F	60	39	Tae	Reitoria	Órgãos Colegiados
Entrevista 7	M	67	40	Docente	Faculdade de Arquitetura, Engenharias e Tecnologia	Reitor
Entrevista 8	M/F	63	40	Tae/Docente	Faculdade de Economia	Procev
Entrevista 9	M	86	25	Docente	Faculdade de Medicina	Reitor
Entrevista 10	F	50	13	Docente	Instituto de Educação	Instituto de Educação
Entrevista 11	M	77	25	Docente	Faculdade de Agronomia e Zootecnia	Vice-Reitoria
Entrevista 12	F	52	25	Docente	Instituto de Ciências Exatas e da Terra	PROEG e SECRI
Entrevista 13	F	62	46	Tae	Instituto de Ciências Humanas e Sociais	SINTUF
Entrevista 14	F	77	19	Docente	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Reitora
Entrevista 15	F	75	21	Docente	Instituto de Geografia, História e Documentação	Reitoria/ARI
Entrevista 16	F	70	45	Docente	Instituto de Educação	Reitora
Entrevista 17	F	64	37	Tae/Docente	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
Entrevista 18	F	71	21	Docente	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
Entrevista 19	F	58	33	Docente	Faculdade de Nutrição	PROEG e Reitoria
Entrevista 20	M	62	14	Tae	Reitoria e SECRI	Reitoria/ARI e SECRI
Entrevista 21	M	72	34	Docente	Instituto de Educação	Reitoria/ARI e Reitor
Entrevista 22	M	65	25	Docente	Instituto de Ciências Exatas e da Terra	Reitoria/ARI e SECRI
Entrevista 23	F	75	41	Docente	Faculdade de Nutrição	Vice-Reitoria e Fundação Uniselva

Fonte: Elaborado pela autora, com recurso do *software* Atlas ti, a partir dados de campo coletados pelas entrevistas (2021).

O coletivo de entrevistas para constituir o corpus de fonte oral foi formado por 23 pessoas, destas, 14 se autodeclaram ser do gênero feminino, oito do gênero masculino e um que se caracterizou como masculino/feminino, reportando homenagem a canção “Masculino e Feminino” de Pepeu Gomes.

Em 2021, ano de realização das entrevistas, os sujeitos tinham entre 47 e 86 anos de idade, e haviam atuado na universidade durante, no mínimo, 13 e no máximo 46 anos, a contar do ingresso à instituição até sua aposentadoria, ouano da entrevista, se presente ativo na UFMT.

Em relação ao exercício profissional à universidade em estudo, foram inquiridos 14 docentes, seis Técnicos de Assuntos Educacionais (TAE) e três que registraram ter possuído ambos os tipos de vínculo, TAE e docente, ao longo de sua história profissional na UFMT. As pessoas entrevistadas estiveram vinculadas a diferentes setores, faculdades e institutos da UFMT, entre eles, Reitoria, PROEG, SECRI, STI, SETEC, Faculdade de Arquitetura, Engenharias e Tecnologia, Instituto de Educação, SINTUF, Fundação Uniselva²⁶.

Dentre esses profissionais, oito docentes responderam ter exercido cargo de Reitor(a) ou Vice-Reitor(a), destas quatro mulheres e quatro homens. Assim como, cinco docentes atuaram como ARI e/ou SECRI, composto por duas mulheres e três homens.

O percurso inicial das entrevistas contou também com a possibilidade das testemunhas expressarem suas memórias sobre vida pessoal, percurso escolar e profissional e a relação à UFMT. As respostas remeteram ao sentimento de amor, gratidão, orgulho em fazer parte, realização profissional e efetivo inter-relacionamento pessoal-profissional, resumidamente “[...] de tudo que eu conheço, tudo que eu aprendi, nossa, foi aqui”. (Entrevista 5).

Nesta frase a testemunha demonstrou que a construção de sua vida pessoal foi alicerçada e esteve em constante relação com seu processo de vivência profissional na UFMT. Este fato e sentimento foram repetidos pelas demais assertivas coletadas, demonstrando a comoção em olhos lagrimejados e sensíveis ao se ver fazendo parte da história dessa instituição.

Nessa fase introdutória das entrevistas, tratou-se do momento de mapear o campo do ensino superior e da internacionalização desenvolvida na UFMT, colhendo ideias e informações que pudessem ser úteis ao longo das respostas focadas ao tema da pesquisa, além de compreender a forma com que a/o entrevistado pensou e formulou a resposta, escolheu e ordenou as palavras, proporcionando tatear sua subjetividade, além de estimular um momento amigável e informal necessário para início de uma entrevista.

O próximo passo foi a busca pelas categorias que a comunidade entrevistada trouxe acerca das mulheres na internacionalização da UFMT.

26 A Fundação de Apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (Fundação Uniselva) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 2002 por professores da UFMT em consonância com a Lei nº 8.958/94 e nos termos da Resolução CD 135/97.

5.1 Mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT

A primeira categoria a ser analisada, mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT, investigou a existência ou não de alguma ação institucional que fez correlação da internacionalização da UFMT e a equidade de gênero masculino e feminino.

A negação de existência de equidade de gênero na internacionalização da UFMT se confirmou na resposta unânime das 23 testemunhas que afirmaram desconhecer qualquer programa, projeto ou ação internacional da UFMT que tenha buscado reconhecer as necessidades próprias do gênero feminino. A justificativa pautou-se na afirmativa de que os critérios nessa universidade sempre foram meritocráticos, seguindo políticas educacionais do Estado brasileiro, inclusive fundamentando pela assertiva que a questão de gênero não entrava em pauta, pois passou a ser um tema relevante há pouco tempo na universidade.

Destacou-se a reflexão aprofundada sobre equidade de gênero institucional: “[...]talvez não como a gente gostaria que fosse, mas ela é talvez até uma falsa equidade, mas aparentemente ela existe, até porque no ensino superior tem mais mulheres que homens [...]” (Entrevista 12). O ponto de vista aqui apresentado propôs que a equidade de gênero tem se apresentado na UFMT de forma superficial, ou seja, ainda não faz parte da essência da práxis da comunidade acadêmica.

A expressão “falsa equidade” parece justificar o episódio relatado na Entrevista 10, em que a testemunha estava vinculada à UFMT enquanto docente substituta, momento histórico antes de se tornar docente efetiva. Ela recebeu o convite para viajar ao Canadá para apresentar informações de sua pesquisa sobre educação ambiental na Amazônia, contudo foi criticada por alguns membros do seu departamento por ter sido escolhida para efetuar um curso no exterior em detrimento dos demais “[...] substituta?! Não falaram isso, mas eu sentia: Negra, mulher, querer ir para o Canadá?!”. (Entrevista 10). Recebeu questionamento, julgamento e sentiu a aversão dos presentes.

A testemunha completou sua análise sobre o episódio ao afirmar que essas perguntas não teriam sido feitas se ela fosse homem “[...] não teria feito essa pergunta e da forma como foi feito [...]”. (Entrevista 10).

Analisando o episódio, transpareceu que além da existência de um sistema de hierarquia velado entre docentes substitutos e efetivos, já que não há oficialmente esta subordinação, houve resistência de acesso da mulher (e negra) à ação internacional.

Dando continuidade a investigação, foi oportunizado aos entrevistados narrar sobre sua reflexão a respeito da presença das mulheres na trajetória de internacionalização da UFMT, revelando desafios às mulheres em ações internacionais presenciado pelas testemunhas.

A Entrevista 10 trouxe novamente a experiência vivenciada no Canadá: “[...] a gente tava num restaurante de bandeirão, típico de universidades, então aproximou alguns rapazes, procuraram saber quem era aquele grupo de visitantes e um deles se interessou... “Ah, é do Brasil. Né? Então assim, será que quer sair à noite?” (Entrevista 10).

A testemunha relatou que ficou constrangida e chocada com o tipo de abordagem: “[...] ele não queria saber da minha pesquisa, ele queria saber se eu tava disponível porque eu era do Brasil, né? A mulata do Brasil estava ali no Canadá, né?” (Entrevista 10). Assim, ela entendeu a aproximação como uma prerrogativa de que ela era uma “mulher fácil” (ou talvez uma prostituta) simplesmente por ser brasileira.

O relato expremiu o sistema de opressão feminina em dois âmbitos, “ser mulher” e “ser brasileira”. Os estudos de autores como Albuquerque, Bragança e Lima (2019) apontam que a narrativa de mulheres brasileiras em padrões de identificação no exterior perpassam a compreensão do gênero nas relações sociais e de poder constituídas. Infiro que o episódio exemplificou o discurso internacional da mulher brasileira vista como “Sensual, quente, fácil e disponível [...]” (ALBUQUERQUE; BRAGANÇA; LIMA, 2019, p.421), percepções associadas ao sentimento de relações de poder entre “colonizador versus colonizado”.

Outra testemunha abordou diferente elemento cerceador e constrangedor estabelecido entre mulheres e homens em ambiente internacional.

A narrativa da Entrevista 12 mencionou um fato ocorrido entre homens brasileiros e mulher estrangeira em um evento internacional com a alta administração das universidades brasileiras e europeias como reitores, pró-reitores e assessores, inclusive da área de relações internacionais.

Neste evento foi proporcionado uma sala para promover cooperações entre as universidades, a testemunha contou que “Quando adentramos a sala, entra uma menina muito jovem com uma saia de colegial curta, muito curta, blusinha decotada muito curta com lacinho e com salto bem alto”. (Entrevista 12). A reação dos participantes da reunião foi um alvoroço, como complementa a testemunha, que escutou de um colega brasileiro “Já pensou se fosse uma mulher brasileira que entrasse no evento internacional vestida dessa forma?” (Entrevista 12). Imediatamente a testemunha, mulher, reagiu em favor da colega estrangeira “Mas porquê ela não pode se vestir dessa forma?” (Entrevista 12), provocando ponderação aos acusadores.

Esse relato evidenciou que foi necessário a defesa da testemunha a àquela que estava em julgamento pelas vestes, isso porque historicamente há o entendimento da sociedade que “Até mesmo o corpo das mulheres amedronta. É preferível que esteja coberto de véus.” (Perrot, 2007, p.17), demonstrando que o corpo feminino foi subjulgado e que a diferença entre o sexo dos corpos foram demarcados nas relações sociais, necessitando de reflexão para desconstruí-lo.

As narrativas referendadas demonstraram que as características pessoais das mulheres, seja por serem subjugadas como “mulata brasileira” ou “jovem despida”, foram utilizados como pressupostos de permissão para julgamentos de homens que “A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências.” (PERROT, 2007, p. 49). Foram narrativas que trouxeram a contínua necessidade de agir contra o subjugamento feminino para evitar sua perpetuação.

As entrevistas, com espontaneidade, voltaram-se também para relatos a outros acontecimentos que tiveram conhecimento envolvendo mulheres e internacionalização na UFMT. Citaram fatos vivenciados em bastidores sobre assédio e gravidez durante período de intercâmbio estudantil feminino.

O testemunho sobre assédio foi de um profissional vinculado diretamente ao setor de relações internacionais na UFMT, no período em que o programa Ciências sem Fronteiras estava em vigor.

Na entrevista, o assédio foi relatado como “[...] problemas” (Entrevista 22) e a solução foi o apoio institucional para esclarecer que a estudante brasileira “[...] não era uma menina abandonada [...]” (Entrevista 22). Algumas questões surgiram a partir dessa situação: o que aconteceu com a estudante? Será que ela continuou no intercâmbio?

Para responder a esses questionamentos, foram rastreadas fontes documentais, dentre as quais, correspondências eletrônicas trocadas entre a UFMT, a universidade anfitriã e a estudante, a qual identificarei com nome fictício de “Flor de Lótus”, devido sua característica resiliente.

Em um email, a estudante Flor de Lótus relatou que ao chegar no EUA descobriu que as disciplinas inseridas no plano de estudos para o intercâmbio não existia e afirmou que o professor anfitrião “[...] inventou-as para que eu pudesse vir e trabalhar com ele. Ao questionar a veracidade das disciplinas e tentar entender o que estava acontecendo, a situação piorou e comecei a sofrer abusos da parte dele, assim como humilhação e chantagem”. (FLOR DE LÓTUS, 2012). Neste recorte de fala, infiro que a descoberta da farsa e da atitude feminina

despertaram no professor homem a característica hierarquizada de “professor *versus* estudante”, agravada pela questão de gênero.

Continuando a narrativa, Flor de Lótus explicou que o professor era de nacionalidade brasileira e por isso dirigia-se a ela em português, além de usar o idioma como subterfúgio para tratá-la de com rispidez e sem que outras pessoas percebessem. A estudante explicou que o professor designava a ela “[...]tarefas que não eram acadêmicas e/ou científicas, o que eu fazia era basicamente organizar e limpar as coisas que ele usava enquanto ele não perdia qualquer oportunidade de me humilhar[...]” (FLOR DE LÓTUS, 2012).

Esse relato exemplificou que, nas ações promovidas pela internacionalização no ensino superior, se corre o risco de vivenciar situações desconfortáveis, seja por ser estrangeira, seja por ser mulher. O fato do assediador ter sido um brasileiro, ou seja, não se assemelha a possível caso de xenofobia; há uma equiparação mais aproximada à violência contra a mulher, definida pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pelo Brasil por meio do Decreto nº 1973/1996 como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.” (BRASIL, 1996).

Nesse caso, em específico, o assédio poderia ser caracterizado pelo fato de que a estudante estava vinculada a um laboratório de pesquisa, isto é, inverso ao pressuposto patriarcal estabelecido na sociedade de que às mulheres cabia atividades laborais com “[...] um caráter doméstico e feminino [...] dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc.” (PERROT, 2007, p. 123).

A estudante Flor de Lótus conclui seu testemunho informando que recebeu amparo da UFMT e estava feliz por poder permanecer na oportunidade acadêmica e profissional do intercâmbio estudantil. Assim, ela confirmou o relatado na Entrevista 22 que a UFMT promoveu o devido amparo ao caso. Contudo, outra questão surgiu: Será que ocorreram outros casos?

Essa resposta ficou emudecida pela não identificação de outros casos registrados documentalmente, porém leva a suspeita que essa situação possa ter se repetido em outros intercâmbios femininos, todavia não denunciados, “[...] um estudo realizado pelo estado do Rio de Janeiro através do projeto Via Lilás, constatou que 70% das mulheres que sofrem violência não denunciam seus agressores” (KNOPLOCH, 2015). Essa ausência de denúncia pode ser comum às mulheres, inclusive estudantes em intercâmbio, por medo aos agressores, causando silêncio forçado.

Na exposição sobre a gravidez em intercambistas, foram citados dois casos: uma intercambista de graduação haitiana e uma intercambista de pós-graduação colombiana, ambas estudantes na UFMT.

A Entrevista 22 relatou que foi necessário promover um acolhimento especial as estudantes estrangeiras grávidas. No caso da intercambista de graduação haitiana, ela chegou grávida à UFMT, após período de aprendizagem do idioma português em Curitiba, sem apoio familiar e ausência de responsabilidade paterna ao bebê. Outro fato exposto na entrevista 22 foi da estudante colombiana que descobriu a gravidez perto do embarque à Cuiabá e mesmo assim decidiu vir trazendo o namorado, pai da criança. A testemunha afirmou que a UFMT precisou “[...] arrebanhar não só ela, mas a família inteira [...]” (Entrevista 22), aferindo a necessidade de cuidados específicos a essas estudantes grávidas.

Adicionalmente, há na Entrevista 2 uma afirmação acerca de caso de gravidez, relatado como um “problema” que não ocorria quando os intercambistas eram homens: “Aí a gente começou a ter problema com meninas grávidas, que chegavam aqui estava grávida [...] porque antes a gente não tinha esse problema, era mais homens, então a gente não tinha esse problema.” (Entrevista 2). A informante esclareceu ainda que a UFMT necessitou implementar ações que não estavam em seu cotidiano de trabalho como “[...] arrumar pré-natal no Júlio Miller, arrumar enxovalzinho pro nenê, ver se estava estudando mesmo, orientar sobre a licença [...]” (Entrevista 2). Esse relato induz ao pensamento que as mulheres intercambistas geravam mais trabalho a equipe de servidores da universidade, perquirindo sobre possível resistência em recebê-las.

Em busca de fontes documentais institucionais, foi encontrado o “Relatório de atendimento PEC-G” que confirmou os encaminhamentos providenciados pela UFMT frente à gravidez da estudante haitiana, via processo institucional nº 23108.017993/09-5, Ofício 54/ARI/2009, solicitando bolsa permanência e alimentação: “[...] tendo em vista que a mesma foi surpreendida por uma gravidez inesperada e a pessoa que patrocinava a manutenção financeira da estudante decidiu, abruptamente, cancelar tal ajuda” (UFMT, 2009). Ademais, foi providenciada também isenção de restaurante universitário por um mês e foi organizado um chá de bebê para ela.

Essas ocorrências demonstraram que mulheres intercambistas necessitaram de um atendimento especial e individualizado, que envolveu cuidados com a gestação, com os estudos e com os demais entes da família.

Como pertenci à equipe de mobilidade, recordei-me de um momento vivenciado, a visita de uma estudante estrangeira egressa da UFMT, em companhia de sua filha nascida durante sua estada de estudos na universidade. Isso mostra que a gravidez não impediu a estudante de continuar os estudos, graças ao apoio dado pela universidade e pelo seu espírito aguerrido da mãe-estudante.

Compreendi que a UFMT atendeu as necessidades junto mãe e filha, justificando a volta à UFMT, quatro anos depois, representando uma forma de agradecimento ao apoio recebido, além da oportunidade da criança de conhecer sua cidade natal e suas raízes históricas.

Os fatos relatados nos testemunhos demonstraram que os intercâmbios requereram ações institucionais a depender das necessidades individuais e que, no caso de mulheres, o assédio e a gravidez inesperada foram algumas delas.

Aliás, a Entrevista 22 adicionou ao seu testemunho a concordância de que, além da preparação institucional para intercâmbios internacionais, destaca-se a personalidade das mulheres envolvidas nos fatos: “[...] é uma característica dessas mulheres a determinação [...] tem mais jogo de cintura talvez [...]” (Entrevista 22). Compreendi esse pensamento em consonância com a autora Perrot (2007, p. 140), ao afirmar que para a mulher quebrar paradigmas, barreiras e espaços, precisava ser e fazer mais do que um homem “[...] precisavam ter uma total liberdade familiar, muita audácia e uma superqualificação.”.

As dificuldades vivenciadas pelas mulheres, como os casos de falta de equidade de acesso ao intercâmbio internacional, objetificação sexual, assédio e gravidez descritos, mostram que “elas” precisaram superar obstáculos a mais para cumprir atividades que foram vivenciadas de forma mais “orgânica” pelos homens, considerando que não houve entrevista reportando desafios vivenciados exclusivamente por “eles”.

O movimento das entrevistas, adentrou o campo das mulheres enquanto gestoras do processo de internacionalização da UFMT, instituindo a segunda categoria da pesquisa.

5.2 Mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT

A categoria, mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT, evocaram circunstâncias de análise das três reitoras mulheres que estiveram à frente da universidade, no recorte temporal de 1970 a 2016, que deliberaram às diretrizes para a promoção da internacionalização institucional.

As testemunhas expressaram as características pessoais, os feitos e as circunstâncias políticas e econômicas nas quais estiveram inseridas, assim como os registros sobre gestão na internacionalização.

Seguindo os princípios éticos, denominei as reitoras analisadas com o nome fictício de flores típicas da região do Estado de Mato Grosso.

A primeira reitora analisada atuou na reitoria por 4 anos, nomeia como “Flor do Cerrado”. Caracterizada como uma mulher pragmática, diplomática, determinada, firme e elegante, foi referendada por ter sido pioneira: “[...] foi a primeira reitora mulher da UFMT. No país, nas universidades federais, foi a terceira reitora mulher” (Entrevista 8).

A Reitora Flor do Cerrado foi recordada pela Entrevista 13 que teve a capacidade intelectual debatida durante sua campanha eleitoral, pois a testemunha informou que os reitores que a antecederam “[...] não eram simples mortais..., ela não tinha doutorado, não tinha uma carreira consolidada, ela era da área de contabilidade [...]” (Entrevista 13).

A testemunha trouxe questionamento a capacidade intelectual da mulher, agravada no fato pela formação da Reitora em Contabilidade, explicando que o julgamento existiu porque os homens que a antecederam na Reitoria eram de outras áreas como do Direito e da Medicina. Historicamente, desde Idade Antiga, o estereótipo da mulher não possuir capacidade intelectual para comandar faz parte do pensamento embriado na sociedade que ainda “[...] prevalece entre eles a ideia de que as mulheres são incapazes de exercer atividades políticas e de desempenhar funções no espaço público”. (SILVA, 2015, p. 571).

Em relação a seus feitos, as testemunhas trouxeram como evidência da gestão a interiorização da educação a distância: “A educação a distância é uma forma de internacionalização e de poder em várias frentes. Qual o país que fez muito educação a distância? A Inglaterra, um país de tradição imperialista. E a nossa educação a distância foi criada na gestão da professora Luzia Guimarães.” (Entrevista 8). Flor do Cerrado investiu na capacitação de docentes: “[...] foi uma das que na época houve incentivo muito grande de capacitação principalmente de professores, porque a Universidade era muito carente de professores com mestrado e doutorado” (Entrevista 6).

Considerada como mulher desbravadora, Flor do Cerrado enfrentou dificuldades para gerir a UFMT motivadas pelo momento histórico de ter como presidente da república brasileira os conservadores Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, considerados políticos da extrema direita que não priorizavam em seus governos as universidades públicas. Ademais, resistiu a conflitos internos desde processo eleitoral como

relembrado na Entrevista 23: “[...] quando a [Flor do Cerrado] pela primeira vez foi candidata [...] nós tivemos as nossas urnas roubadas pela Polícia Federal[...]. Um docente não aceitava nenhum resultado de eleição, recorreu à Polícia Federal. Nós estávamos fazendo a contagem dos votos no ginásio de esporte quando a Polícia Federal entrou com metralhadora dentro do ginásio do esporte, deu tiro pro ar e roubou, pegou, confiscou nossas urnas [...]” (Entrevista 23).

Em busca de fonte documental que pudesse confirmar a exposição da testemunha Entrevista 23, encontrou-se relato sobre o conturbado processo eleitoral vivenciado em 07 de julho de 1992: “À noite, por volta das 23h00, quando a comunidade se reuniu para assistir à apuração, foi surpreendida por um destacamento da Polícia Federal que adentrou o Ginásio de Esportes, local da votação, para apreender as urnas, segundo determinação [...]” (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO, 2011, p. 250). Ao analisar os relatos, foi possível identificar que a Reitora Flor do Cerrado precisou ser decidida e empenhada para enfrentar dificuldades internas e externas, acentuada pela posição feminina de assumir o poder. Comparável as flores do cerrado, definidas por Gonçalves (2018) que possuem a característica de serem delicadas e crescerem em arbustos e vegetação seca, vencendo os obstáculos.

Apesar de todos os enfrentamentos e fatos citados, a reitora atuou com vigor também no processo de internacionalização na UFMT.

Em relato colhido diretamente com a magnífica reitora e asseverado nos relatórios de gestão à época, elenquei as ações dirigidas por ela na implementação da internacionalização da universidade: a. promoção de acordos bilaterais com universidades de países integrantes da Europa, América Latina e Caribe; b. atuação em eventos internacionais como: participação no Encontro do Conselho de Reitores Brasil-Portugal; c. visita à Cuba para renovação de permanência de professores cubanos, que atuaram em diversas áreas e auxiliaram na implantação da habilitação da língua Espanhola no curso de Letras, na UFMT; d. avaliação e participação em projetos e consórcios de pesquisa, como: consórcio de educação ambiental com a Tufts University, em Boston/EUA; Projeto Gran-Pantanal – UFMT/IBAMA/CNPq/Governo Alemão e Universidade de Tübingen – Alemanha envolvendo atividades de pesquisa no Pantanal mato-Grossense; Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) – UFMT/UFMS/UFRGS/EMBRAPA/FEMA – MT, de pesquisas sobre os mais variados aspectos do Pantanal mato-Grossense; Projeto Columbus, com apoio da UNESCO, para debater a educação continuada com países como: Bélgica, Itália, Inglaterra e Espanha; Projetos Impactos em Saúde e Ambiente – UFMT/Universidade Central de Venezuela, Universidade de Los Andes – Colúmbia/EISA/Governo do Canadá; e. Criação da Cátedra UNESCO de

Educação; f. Além de sua forte atuação no Programa de Ensino a Distância com parceria internacional com a *Telé Université de Quebec-Canadá* e o Consórcio Rede de Ensino a Distância (CREAD), responsável pelo treinamento e formação de professores da rede estadual de ensino, usando tecnologia de ensino a distância para promover a interiorização do ensino superior em Mato Grosso.

Pelo histórico apresentado, a Reitora Flor do Cerrado, além de ser mulher pioneira na reitoria da UFMT, atuou pelo processo de interiorização e internacionalização da universidade, ditando diretrizes para a expansão institucional em seu Estado e além dele.

A segunda Reitora administrou a UFMT no período de 8 anos, nomeia como “Flamboyant”, foi definida de forma eloquente como uma mulher determinada, corajosa, dinâmica, política, empreendedora e com postura tendenciosa a “[...] uma masculinidade, porque gente, eu tô pra conhecer uma pessoa igual ela. Que é o que faz a gente admirar, né?” (Entrevista 5). Sua personalidade forte a fazia ser escutada e, por isso, chegou a ser denominada como “[...] muito louca [...]” (Entrevista 2), incluindo atitudes como “[...] se descabelava toda [...] não tinha trava na língua [...]” (Entrevista 13) para defender seu ideal.

A gestão da Reitora Flamboyant foi evidenciada por enfrentamentos internos, por decisão de aderir a políticas estudantis nacionais, como ingresso por Enem e sistema de cotas, “[...] para garantir vários programas que não eram aceitos, que depois foram aceitos por todas as universidades, mas que na época a UFMT foi a primeira a entrar no Enem, por um embate quase pessoal dela, né?” (Entrevista 12). Outra testemunha ainda corroborou “[...] ela nunca se escondia, né? [...] foi a única reitora que eu lembro que invadiu o DCE, né? Que ela marcou com os estudantes, eles não foram, ela catou, foi todo mundo lá na central dos estudantes, ela subiu em cima dum toquinho e só vê eles gritando: “Ah reitora tá aqui”. Então ela tinha essa característica muito forte, né? E são coisas diferentes, né? (Entrevista 1). A postura de enfrentamento foi lembrada pelas testemunhas, assim, a denominaram como “louca”, validando o pensamento que “[...] o silêncio das mulheres faz parte da ordem das coisas [...] Sua aparição em grupo causa medo [...] desordem. Sua fala em público é indecente”. (PERROT, 2007, p.17), quando a Reitora agiu no espaço público provocou desordem e foi criticada por isso.

Em relação à conjuntura vivenciada na gestão da Reitora Flamboyant, as testemunhas concordaram que se tratou de um governo federal mais alinhado com as universidades, momento histórico em que o Brasil foi presidido por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Na Entrevista 1, vê-se que a “Maria Lúcia ela viveu um contexto muito favorável para as universidades brasileiras, né? Havia um governo que tinha um alinhamento maior,

melhor na época com as universidades, né? Havia... tinha um trânsito maior, então eu a vejo como uma pessoa muito competente e que conseguia transitar no governo e fazer um enfrentamento da comunidade” (Entrevista 1), confirmando que a dificuldade de gestão ficou estabelecida mais no âmbito interno do que externo à UFMT.

Em relato colhido da Reitora Flamboyant, obteve-se o destaque de ser a responsável pela criação oficial da internacionalização, pela instituição da SECRI.

Com a SECRI, Flamboyant avançou em participações e promoção de eventos internacionais, incentivou a capacitação da comunidade em língua estrangeira por meio da adesão ao Programa Idiomas sem Fronteiras, aprovou marcos regulatórios sobre interâmbio internacional nos conselhos superiores, continuou promovendo parcerias bilaterais e multilaterais, além de ter proporcionado “[...] a participação da comunidade acadêmica no processo de internacionalização [que] cresceu ao longo destes oito anos: de 29 pessoas, em 2008, para 1.127, entre 2009-2016, um aumento substancial de quase 39 vezes.” (UFMT, 2016, p. 76).

A Reitora Flamboyant, considerando seu histórico de atuação na interiorização da universidade e sua decisão em criar a SECRI, assim se definiu “[...] de capital ao interior, de capital ao mundo [...]” (FLAMBOYANT, 2021), demonstrando ser uma mulher semelhante a flor que a nomeei na pesquisa, flamboyant definida por Alves (2019) como cheia de vida, cor e com raízes fortes, assim a segunda reitora analisada foi demonstrada como empoderada, flamejante e à frente de seu tempo conforme os testemunhos em referência a ela.

A terceira e última reitora mulher, dentre o recorte temporal desta tese (1970-2016), foi denominada como “Flor do Pequi”, deveria ter gerido a universidade por 4 anos, contudo ausentou-se por problemas de saúde e renunciou sete meses antes do previsto para fim de seu mandato. Ela iniciou sua gestão em outubro de 2016 com previsão para encerrar em outubro de 2020, contudo, renunciou ao cargo em 02 de março de 2020, alegando motivos pessoais (G1 MT, 2020).

A magnífica ficou afastada durante longos períodos de seu mandato por problemas de saúde, causados principalmente por um Acidente Vascular Cerebral (AVC), em 10 de dezembro de 2016, no teatro universitário, em plena comemoração do 46º aniversário da UFMT. Esse fato foi evocado pelas testemunhas entrevistadas no intuito de não quererem avaliá-la em sua gestão como reitora: “A [Flor do Pequi] teve o problema de saúde dela, acho que você não pode nem analisar bem a Myriam, né?” (Entrevista 20). A justificativa da testemunha evocou um

sentimento de vulnerabilidade à magnífica Reitora como se após ao referido problema de saúde ela não pudesse mais exercer com vigor as funções de liderança na reitoria.

Ao buscar as poucas contribuições dos entrevistados sobre a Reitora Flor do Pequi, nota-se que o episódio do AVC foi um divisor em sua história. Antes havia um sentimento de “[...] muita esperança na [Flor do Pequi] [...]” (Entrevista 23), justificado pelo seu histórico funcional de ter sido “[...] dirigente, depois foi Pró-reitora de assuntos estudantis [...]” (Entrevista 21).

A Reitora Flor do Pequi foi caracterizada como uma líder colaborativa, dialógica e democrática, que focou seus feitos na inclusão social e de gêneros, por “[...] ser homossexual assumida e lutar por essas questões, eu penso que na gestão dela isso ficou evidente pra universidade, trouxe essa discussão e esse embate muito mais forte [...]” (Entrevista 12), proporcionou a valorização da mulher ao decidir conceder o título de Doutora *Honoris Causa* a Domingas Leonor da Silva, cidadã cuiabana que defende, por meio da arte, os costumes e comportamentos tradicionais cuiabanos (UFMT, 2020). Isso citado na Entrevista 10 como um marco na gestão da Reitora Flor do Pequi, considerando que essa honraria “[...] que era muito pra homens, então ali pra mim foi um marco [...]” (Entrevista 10).

Após o episódio do AVC, houve um forte tensionamento vivido pelas universidades públicas devido ao contexto de divergências com os projetos presidenciais de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023). Na Entrevista 12, vê-se que a Reitora Flor do Pequi “Pegou esse contexto de ataque às universidades, ela foi atacada pessoalmente [...]” (Entrevista 12), transferindo à comunidade acadêmica o sentimento de fragilidade na gestão e em sua imagem, como também foi abordado na Entrevista 13: “[...] eu nunca vi uma reitora tão exposta nacionalmente, motivo de chacota, de piada, além de ofender a moral dela na questão de falar que ela era incompetente como gestora, também atacaram ela na parte da vida dela íntima [...]”, o relato expressou o sentimento de vulnerabilidade que a comunidade acadêmica percebeu frente a gestão da

Reitora Flor do Pequi, semelhante a flor escolhida para representá-la, frágil por se desgrudar facilmente do caule com vento, segundo Gonçalves (2018).

Esses episódios provavelmente influenciaram a decisão da renúncia. A característica da Myriam de ser dialógica e democrática, segundo a Entrevista 10, mostra que ela vivenciou enfrentamentos que “[...] acarretaram a própria situação de saída dela [...]” (Entrevista 10). Procurei a Reitora Flor do Pequi para oportunizá-la à narrativa, mas ela preferiu responder

questionário padrão por escrito. Foi sucinta em suas respostas, mas demonstrou afeto pela instituição quando declarou seu “Orgulho e realização profissional. Onde passei a maior parte da minha vida.” (FLOR DO PEQUI, 2021). Ela não citou seu AVC ou os enfrentamentos vivenciados durante sua gestão ao longo da entrevista.

A Reitora Flor do Pequi recordou que, durante sua gestão, atuou na internacionalização via “Representação da América Latina no 8º Fórum Mundial de Reitoras Mulheres, na China e Presidente do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB)” (SERRA, 2021) e na criação da Política Linguística e das Diretrizes da Internacionalização na UFMT em 2018. Em relação à participação das mulheres na UFMT, considera “[...] importante as mulheres ocuparem cargos de liderança e chefia, pois isto representa, a meu ver, um espaço/espelho e estímulo para outras mulheres [...]” (FLOR DO PEQUI, 2021), além de entender que “As mulheres são determinantes na gestão, na liderança, assim como na internacionalização da UFMT, atuando de forma propositiva em todo o processo da instituição [...]” (FLOR DO PEQUI, 2021).

As três reitoras, cada uma em seu tempo e com sua personalidade, ficaram marcadas na memória da comunidade da UFMT por serem decisivas em momentos de crises políticas e econômicas do país ou da instituição. Seguramente, aderiram a algumas características masculinas (como postura e roupas) para estar no espaço público de poder, ou seja, ao serem “[...] masculinizadas no tipo, querem masculinizar-se nos direitos” (SOIHET, 2000, p. 110). Apesar dos julgamentos, não se limitaram e seguiram em busca de seus objetivos até o limite físico, mental, intelectual, social ou político.

As reitoras, ainda que em breve registro de seus feitos, contribuíram para modificar as estruturas da UFMT, resistiram aos ditames da sociedade e ousaram romper espaços e fronteiras que as limitavam, contribuindo para que mais mulheres pudessem ter a compreensão de outras possibilidades de atuação profissional e vivências pela internacionalização. Essas mulheres e suas realizações comprovaram que houve “[...] uma forma de tomada de consciência identitária, uma tentativa de memória, e mais ainda de releitura dos acontecimentos e das evoluções, de medida da diferença dos sexos, isto é, do gênero” (PERROT, 2007, p. 168).

Suas histórias precisam ser mais bem investigadas e registradas, para que demais mulheres possam compreender que outros espaços devem ser ocupados, vencendo a disparidade entre gêneros nos espaços públicos, de decisão e internacionais, em busca de posição equânime nos campos que gerem e determinam os rumos das universidades brasileiras, dentre eles, a internacionalização no ensino superior.

Ambas categorias apresentadas, mulheres participantes e mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT, tiveram os testemunhos destacados para os desafios vivenciados por mulheres em perspectivas diferentes na atuação da internacionalização da UFMT, proporcionando imersões inéditas à tese e refinando a proposta de debater sobre as mulheres e sua participação na internacionalização da UFMT de 1970 a 2016.

Em relação à especificidade da comunidade feminina nas universidades, pelos fatos narrados, podemos inferir que as situações se aproximaram do conceito de violência simbólica, constituído pelo filósofo Pierre Bourdieu (1996).

Para esse pensador, a *violência simbólica* explica o processo em que se perpetuam ou se impõem valores culturais dominantes da sociedade, em que suas consequências habitam o campo psicológico da pessoa violentada, que por vezes não consegue se ver como vítima e acredita ser essa uma cultura naturalizada (BORDIEU, 1996). A educação, pela averiguação feita, tem sido constituída como um campo fértil para estabelecer a naturalização social de subjugação imposta historicamente às mulheres, inclusive em sua participação e gestão na internacionalização do ensino superior.

As confluências do coletivo resultaram em memórias de fatos ou em juízos que comprovam a real necessidade de se promover o *diálogo racional* sobre importação e exportação intelectual. Como anunciado por Pierre Bourdieu (2002, p. 2), “A vida intelectual, como todos os outros espaços sociais, é o lugar de nacionalismos e imperialismos [...]”. Desta forma, os internacionalistas, que atuam em instituições brasileiras, precisam estar atentos, conhecer com quem se intercambia, agir no fortalecimento de suas origens e de sua percepção de gênero, para que a internacionalização do ensino superior não seja usada como mais um campo que leva a “[...] fazer circular o pior e a impedir o melhor de circular.” (BOURDIEU, 2002, p. 2).

Durante as entrevistas, foi possível identificar que a busca por atuar na educação e em todas suas modalidades, inclusive de mobilidade internacional, apesar de todos os obstáculos descritos, foi fortemente influenciada por decisão pessoal e/ou familiar, entendendo-se que a educação poderia propiciar mudanças, oportunidades e romper espaços. Assim, como constou no relato de Flor de Lótus que apesar do vivenciado, estava feliz por poder permanecer na oportunidade acadêmica e profissional do intercâmbio estudantil, registrando o interesse e resiliência da mulher pela educação. Bem como, as três reitoras identificada com nome de flores, Flor do Cerrado, Flamboyant e Flor de pequi, simbolizando o feminino e a resistência em habitat um tanto quanto hostil do cerrado mato-grossense.

6 CONSIDERAÇÕES

Parece ontem, contudo, lá se vão mais de quatro anos entre estudos e investigação no percurso do doutoramento, entre muitos desafios e alegrias em cada fonte encontrada ou ouvida, para configurar a temática mulheres e internacionalização na UFMT sob a perspectiva da História da Educação e para responder ao questionamento de como se caracterizou a atuação das mulheres nos processos de internacionalização da UFMT, no período de 1970 a 2016.

O recorte temporal da pesquisa foi delimitado pela lei de fundação da UFMT em 1970 até 2016, ano de demarcação do fim da execução de mobilidades internacionais com auxílio financeiro pelos Programas Erasmus Mundus, Santander Universidades e Ciência sem Fronteiras, assim como o ano de encerramento da nona gestão da Reitoria.

Ao analisar informações do caminho percorrido pelas mulheres no ingresso ao ensino superior brasileiro, assim como os princípios empregados na internacionalização do ensino superior no país, de 1970 a 2016, foi possível constatar a ausência de uma diretriz nacional de equidade de gênero, que busca reparação histórica, para participação feminina tanto no ensino superior quanto na internacionalização. Assim, às mulheres que acessaram esse nível e modalidade de educação, à época, ousaram romper espaços historicamente delimitado a elas, como lar e a igreja, para promover vivências no país e além dele.

Mulheres no ensino superior, na contemporaneidade, em sua maioria, ainda adotam papéis tradicionalmente impostos socialmente ao lar e família, acrescentando as responsabilidades do trabalho e estudos. Ao decidir-se por uma mobilidade internacional, elas precisam aliar esses papéis ao de estudante intercambista, exercício possível com consenso familiar e incentivo institucional. Portanto, requer ações das instituições que as coloquem em busca de atenuar o processo e evitar a renúncia delas. As razões universitárias para internacionalização precisam atender às especificidades de sua comunidade acadêmica promovendo amplitude de oportunidades, no sentido de estar conectado a sua função social de desenvolvimento humano à construção de uma sociedade mais justa e plural.

Sob as lentes da pesquisa, a UFMT, universidade fundada em 1970, com o *campus* sede em Cuiabá – Mato Grosso, desde os primórdios, sua gestão assumiu o compromisso institucional com a internacionalização.

Os vestígios documentais encontrados acerca da internacionalização na UFMT, com destaque para presença feminina, dividiram o recorte temporal em dois principais momentos históricos.

O período de 1970 a 1988, foi caracterizado na universidade mato-grossense como responsiva aos ditames do autoritarismo imposto pelo Governo Federal, mediante Ministério da Educação. Contudo, a UFMT promoveu sua dimensão internacional desde a implantação, promovendo suas relações internacionais por meio de parcerias internacionais e capacitação de sua comunidade acadêmica no ensino, pesquisa e pós-graduação.

Apesar de não haver, nesse ciclo, diretrizes nacionais e/ou institucionais à inserção feminina, as mulheres se fizeram presentes na construção histórica da UFMT, inclusive em sua internacionalização.

Desvendei os caminhos por elas percorrido nesse período inicial da universidade e de sua inserção internacional, destacando o pioneirismo feminino por meio de exposições aos registros encontrados de mulheres, como Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Ingrid Marion Hermann, Laura Maria Furtado de Abreu. Vivências femininas que contribuíram e influenciaram às mudanças no recorte histórico sequencial.

No período de 1989 a 2016, a UFMT intensificou à internacionalização de sua comunidade acadêmica, sustentada pela conquista à autonomia universitária lograda após promulgação à Constituição Federal de 1988, alterando o contexto até então vivenciado.

Tratou-se do momento histórico de implementação de ações de internacionalização como: negociações políticas junto a instituições universitárias no exterior; participação a projeto de ação e repercussão em âmbito internacional; adesão e instituição própria à programas de mobilidades internacionais; promoção de processos para revalidação de diplomas expedidos fora do país; atuação na criação de uma das primeiras universidades com caráter supranacional, a UNILA; regulamentação as atividades de intercâmbio institucional; e, instituição da SECRI.

Destacadamente, a instituição da SECRI em 2012 oficializou as ações em curso à internacionalização da UFMT e expandiu a transversalidade das ações internacionais ao ensino, pesquisa e extensão.

As mulheres, neste recorte temporal, ampliaram sua presença na UFMT, assumindo postos de comando como evidenciado no percurso histórico percorrido por Sandra Maria Coelho Martins, Luzia Guimarães, Maria Inês Guimarães Portugal e Maria Lúcia Cavalli Neder.

Ao examinar o caminho trilhado pela internacionalização na UFMT foi possível inferir que esta esteve presente desde sua gênese, contudo ganhou maior vigor a partir da CF88 e atentando aos desafios contemporâneos de uma sociedade que se tornou cada vez mais interconectada e globalizada. A institucionalização da SECRI e de sua política própria para

internacionalização tornou-se fundamental para que a prática possua ações focadas, eficientes, colaborativas, equânimes e contínuas, por ser uma atividade meio e não fim em si mesma.

Estudar as parcerias e programas de mobilidades internacionais foi uma investigação essencial para compreender o movimento assumido pela comunidade feminina da UFMT.

O exame ao SIGCONV possibilitou localizar 231 instrumentos jurídicos, com vigência inicial dentro o recorte temporal de estudo (1970 a 2016), vinculando a UFMT a parcerias com instituições internacionais. O detalhamento dessa fonte, constatou a preponderância da UFMT promover cooperação internacional com instituições do hemisfério norte. Contudo, para investigar o movimento feminino da comunidade foi necessário esmiuçar os programas.

Assim, investiguei a participação da UFMT nos programas de mobilidade internacional: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) ou Pós-Graduação (PEC-PG) de 1973 a 2016; Programa *Erasmus Mundus* (EM) e *Erasmus +* de 2007 a 2016; Programa Intercâmbio Internacional Estudantil (PIIE) de 2008 a 2016; Programas via Redes e/ou ações Governamentais de 2008 a 2016; Programa Santander Universidades de 2010 a 2016; Programa Ciências sem Fronteiras (CsF) de 2011 a 2016; e, sem definição sobre programa de 1972 a 2016.

O registro se deu no âmbito de aspectos históricos, características e regras de implementação, além do público atendido, confirmando o total oficial de 805 mobilidades internacionais na UFMT. A esfera de participação feminina computou 364 participações, o que representou 45% dos registros gerais de mobilidades internacionais.

O exame ao volume de participantes dos programas de mobilidades internacionais, em relação ao quantitativo geral da comunidade universitária em estudo, se mostrou ínfimo, demonstrando a necessidade de investimento institucional para propiciar o intercâmbio internacional a mais pessoas.

No PEC-G foram registrados 157 estudantes-convênio, 38 mulheres e 119 homens, demonstrando que as mulheres representaram 24% das integrantes deste programa na UFMT, no recorte temporal pesquisado. Constatou-se também que as estudantes estrangeiras ingressaram na UFMT entre os anos de 1973 e 1983, uma ausência de registro de 1984 a 1996, estabelecendo novos registros de 1997 até 2012, quando a UFMT suspendeu sua participação.

No programa EM, pela UFMT, foi recebido dois e enviado 39 pessoas, ou seja, 23 mulheres e 16 homens. O público feminino representou 58% dos participantes deste programa na UFMT. Esse aumento possivelmente caracterizou-se por ser um programa com oferta de benefícios financeiros para sua execução.

No programa PIIIE, foram apontados 127 intercâmbios internacionais dentro do período de 2008 a 2016, dos quais 62 eram homens e 65 mulheres, praticamente havendo equidade de gênero. A discrepância existiu com relação ao fluxo maior de envio de estudantes da UFMT para o exterior (100) em relação a recepção de estudantes do exterior pela UFMT (28).

Nos programas em redes, foram apresentados os programas de mobilidades desenvolvidos pelos parceiros GGUB, UDUAL, ONU, CAPES, CNPq, MRE, IFMSA, AECID, ABIPE. Foram computados 123 intercâmbios, caracterizado por mais entradas de estudantes estrangeiros (77) do que saídas de estudantes brasileiros (46) nos programas promovidos por redes e/ou ações governamentais, predominando o gênero feminino (70) no período de 2010 a 2016.

No programa Santander Universidades, dentre os programas Programa Luso-Brasileiras Santander; Programa Santander Ibero-Americanas e Programa Fórmula Santander, foram apontados 39 mobilidades internacionais pela UFMT, 11 homens e 28 mulheres. A curiosidade ficou na seleção por mérito com destaque para o perfil feminino das bolsistas, com mais de 70% de participação com destino recorrente à Portugal, prioritariamente matriculadas nos cursos de Psicologia e Comunicação Social.

O Programa CsF demonstrou ter sido o mais vultoso em quantidade de mobilidades internacionais oportunizadas, foram 160 homens e 129 mulheres, correspondendo a 55% e 45%, respectivamente, dos/das bolsistas pelo Programa CsF na UFMT, durante o período de cinco anos de vigência, pertencentes a 26 cursos encaminhados a 20 países diferentes.

Contudo, devido a adversidades frente a ausência de registros pelas unidades da UFMT investigadas, ainda foi possível assinalar 31 intercâmbios internacionais feitos na ou pela UFMT que não foi localizado área de estudos, países de destino ou programa de mobilidade internacional inserido.

As fontes investigadas proporcionaram o entendimento que as mulheres iniciaram a participação na internacionalização na UFMT em seus primórdios, a partir de 1972, substancialmente praticado pelo movimento de estrangeiras à busca desta universidade.

A partir dos anos 2000, o volume feminino nas mobilidades internacionais aumentou, consideravelmente pelas brasileiras, inclusive destaquei nesse período histórico os primeiros registros de intercâmbios internacionais das mulheres brasileiras pelos programas estudados.

Porém, o quantitativo feminino reduz em 2015, tanto por brasileiras quanto por estrangeiras, provavelmente pela redução dos programas de mobilidades ofertados pela UFMT e o fim do aporte do Governo Federal ao Programa CsF.

A comunidade feminina da UFMT participante de mobilidade internacionais caracterizou-se como integravam majoritariamente os cursos da área de conhecimento em Ciências Sociais e Aplicadas, que movimentaram provenientes de países da América do Sul (45) e África (21) para UFMT e partiram da universidade mato-grossense para Europa (167) e América do Norte (67). Esse fluxo em relação à destinos seguiu as tendências proclamada por estudiosos do assunto.

Ao continuar a pesquisa, adicionei os princípios da história oral entrevistando a 23 servidoras e servidores da UFMT promovendo a devida confrontação com as fontes documentais examinadas.

Os sujeitos de pesquisa foram caracterizados por 14 mulheres, oito homens e um homem/mulher. Em 2021 contavam entre 47 e 86 anos de idade, com atuação na universidade no mínimo 13 e no máximo 46 anos de tempo de exercício profissional. Foram inquiridos 14 docentes, seis TAE e três que registraram ter possuído ambos os tipos de vínculo, TAE e docente. As pessoas entrevistadas estiveram vinculadas a diferentes setores, faculdades e institutos da UFMT, entre eles, Reitoria, PROEG, SECRI, STI, SETEC, Faculdade de Arquitetura, Engenharias e Tecnologia, Instituto de Educação, SINTUF, Fundação Uniselva. Dentre esses profissionais, oito exerceram a reitoria e cinco atuaram como gestores da ARI/SECRI.

Durante a análise das fontes orais, enquanto memória coletiva, foram evidenciadas os conceitos, percepções e informações inéditas expostas pelo grupo social entrevistado, refinando a pesquisa e promovendo a triangulação com as fontes teóricas e documentais, revelando as subcategorias: mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT; e, mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT.

A categoria, mulheres participantes das ações de internacionalização da UFMT, investigou a existência de ação institucional que fez correlação da internacionalização da UFMT e a equidade de gênero masculino e feminino. Os fatos relatados nos testemunhos demonstraram a ausência dessa relação na universidade. Desafios vivenciados por mulheres em ações de internacionalização pelo simples fato de serem mulheres, demonstraram a ausência institucional frente a essa temática.

Episódios de falta de equidade de acesso ao intercâmbio internacional, objetificação sexual, assédio e gravidez foram descritos, constatando essa abstenção da UFMT. Conclui na análise dos testemunhos desta categoria, que “elas” precisaram superar mais desafios que “eles” em processos de internacionalização, perfazendo a necessidade de instituir nas mobilidades internacionais ações a depender da especificidade feminina.

A outra categoria evidenciada pelos testemunhos, mulheres gestoras das ações de internacionalização da UFMT, adentrou o campo de poder de comando. Os destaque situaram-se nos desafios vivenciados por mulheres em perspectivas diferentes na atuação da internacionalização da UFMT, proporcionando imersões inéditas à tese e refinamento ao debate provocado pela pesquisa sobre as mulheres e sua participação na internacionalização da UFMT de 1970 a 2016.

Às memórias proferidas pelos testemunhos evocaram o conceito de violência simbólica ao compreender que mulheres vivenciaram na UFMT e em ações de internacionalização da universidade. As testemunhas proferiram estigmas às mulheres gestoras, vinculando-as a incompetência, loucura e/ou fragilidade, revelando a violência silenciosa.

Situações de estigma às mulheres, dificultam os processos de sua internacionalização, pelo fato que as mulheres foram submetidas a situações mais dificultosas do que os homens. Para isso, constatei ações necessárias de políticas específicas de apoio às mulheres para que possam realizar seus estudos fora do país, adicionada a uma consciência sobre gênero no âmbito geral da universidade.

A história ocorrida na UFMT, com sujeitos femininos, pode se aproximar da história vivenciada em outros espaços educativos congêneres, contribuindo para reflexão institucional e novas pesquisas nesse campo investigativo. Além, da possibilidade da comunidade interna da da universidade em estudo, no sentido de apreender as conexões e as assimetrias do desenvolvimento educacional das mulheres na implementação da internacionalização do ensino superior, auxiliando em ações que visem políticas conscientes e congruentes com a diversidade acadêmica.

Discutir as temáticas de mulheres e internacionalização recorrendo à história da UFMT possibilitou-me entender os percursos formativos e a maneira como se articularam dialeticamente com o constante movimento histórico institucional. O percurso foi exigente, contudo, o caminho me fortaleceu.

Os desafios se localizaram na situação pandêmica vivenciada durante a pesquisa, na ausência de fontes documentais de parte do recorte temporal, na adaptação à pesquisa oral online, e, na escassez de investigações que aliem ambos os temas: mulheres e internacionalização do ensino superior.

Ao longo de toda pesquisa, foi possível apurar o processo complexo e imbricado de questões sociais, políticas, econômicas, históricas e até psicológicas relacionadas com a participação feminina da comunidade da UFMT em seu processo de internacionalização, motivada ou desmotivada em mais essa esfera educacional.

Seja como brasileira no exterior ou estrangeira no Brasil, a mulher que ousa romper fronteiras necessita de uma determinação pujante contra o sistema opressor ainda imperioso na sociedade contemporânea. A decisão por se internacionalizar mostrou-se um caminho a mais para a redenção da mulher, além da educação e do trabalho, contudo, a decisão poderá ser facilitada se houver apoio e preparação institucional no fortalecimento da identidade feminina.

Essa pesquisa conseguiu olhar a UFMT por dentro, identificar projetos, pessoas, ações, fatos, julgamentos em um campo de pesquisa até então inédito acerca da temática mulheres e internacionalização do ensino superior, como apresentou o estado da arte desta tese. Curiosidades foram expostas, como o fato de não existir no ofício até o recorte de 2016, uma política específica para acesso das mulheres ao ensino superior, apesar do hiato histórico que manteve mais homens nesse nível de ensino, ou uma política própria de internacionalização do ensino superior que busque o fortalecimento nacional, como defendido neste estudo.

Essas políticas ausentes ficam com ações fadadas a continuar o caminho proposto por interesses externos ao país. Talvez essa seja a política externa: não instigar criação de políticas nacionais que visem emancipação.

Uma conquista pessoal e profissional, que cabe relatar aqui, foi a participação como servidora na SECRI, em 2016, no Programa Erasmus+. Também fui intercambista a vivenciar uma experiência além-fronteiras, trabalhando no setor de Relações Internacionais da Université de Rouen na França para troca de experiências e conhecimentos. Na época computava 35 anos de idade, minha filha estava com 5 anos, o consenso familiar e a oportunidade institucional permitiram a experiência de estar presente em ambos os lados do objeto em estudo, como partícipe e agora como pesquisadora.

Outro importante passo dado nessa direção de internacionalização foi a criação da primeira Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte

do Brasil e América Latina – RECONAL-Edu (2023), na UFMT, rede da qual sou integrante e na qual estabeleço parcerias internacionais nessas regiões.

No que se refere à participação das mulheres da UFMT nos processos de internacionalização desta universidade, no recorte temporal estudado, comprovou-se que elas iniciaram sua participação timidamente nas ações de internacionalização da universidade mato-grossense. Ao longo do tempo, elas foram avançando em quantidade de participação nos processos de internacionalização, de acordo com as oportunidades oferecidas em cada programa ou projeto vigente, empenhando-se contra o movimento social imposto e promovendo o rompimento de fronteiras de mais esse espaço educativo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marianna. BRAGANÇA, Danillo. LIMA, Larissa. Os padrões de identificação da mulher brasileira no exterior: o caso das intercambistas da Universidade Federal Fluminense. **Revista Novos Rumos Sociológicos**. V.7, n.11, 2019.
- ALBUQUERQUE, Janaina da Costa. OLIVEIRA, Kleberson Rodrigo Vasconcelos de. Participação efetiva das mulheres na fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (1970-1980). *In: III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste, Anais...* Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2015.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? *In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores associados, 2004. p. 62-107.
- ANCHESCHI, Rodolfo de Carvalho. **Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso: semente fecunda da grande árvore universitária (UFMT – 1961-1976)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/2645>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- ANCHESCHI, Rodolfo de Carvalho; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **História da UFMT: Faculdade de Direito, Pedra Angular da Universidade Federal de Mato Grosso (1961-1976)**. Cuiabá: EdUFMT, 2022.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- BAPTISTA, Isabel. PERISTA, Heloísa. Percursos profissionais e mobilidades intra-europeias: a participação das mulheres investigadoras em programas de intercâmbio científico (TRM). *In: IV Congresso português de sociologia, Lisboa, Portugal, Anais...* Lisboa, Portugal: Associação Portuguesa de Sociologia, 1999.
- BARBOSA, Rosimar Moraes; MONTINO, Mariany Almeida. Mulher universitária: dificuldades e superações para concluir o ensino superior. **Revista Multidebates**, v.4, n.6, Palmas, 2020.
- BARROS, Manoel de. 1996. **Livro sobre Nada**. Rio de Janeiro: Record.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das idéias. **Enfoques Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner, 11ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **A nova história, seu passo e seu futuro.** In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, António. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, América do Norte, n. 21, p. 69-96, 2012. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>. Acesso em: 28 set. 2021.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CORBUCCI, Paulo Roberto. **O ensino superior brasileiro na década de 90.** Políticas Sociais (IPEA), Brasília, v. 2, p. 105-109, 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e a Universidade no Brasil. In: VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo plano nacional de educação. **Revista Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, 2011, p.790-811. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300008>
- DE WIT, Hans. **Internationalisation of higher education in the United State and Europe.** Westpot, CT: Greenwood, 2002.
- DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. Internationalizations of higher education: Study. **European Parliament**, p. 29, 2015. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU\(2015\)540370_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.
- DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- DIAS SOBRINHO, José. O processo de Bolonha. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (org.). **Universidade Contemporânea.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- DORILEO, Benedito Pedro. **Universidade:** o fazejamento. São Paulo: Vagner Bícero, 1976.
- FEIJÓ, Rosemeri Nunes. **A internacionalização da Educação Superior:** um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FERREIRA, Kleyton Carlos. **Projeto Tuning América Latina em universidades brasileiras:** uma análise da “afinação” Educacional Superior ao modelo europeu. 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, 2002, p.257-272. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Globalização, internacionalização e cooperação interinstitucional. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO, Viana do Castelo, Portugal, v. 11, n. 2. **Anais...** Viana do Castelo, Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2005. p. 327-345.

GUTIÉRREZ, Silvia Lucía Spaggiari; QUEVEDO, Julio César Mejía. **Guías para la internacionalización de la educación superior: cooperación internacional**. Bogotá: Ministério da Educação Nacional, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

KLEIN, Lúcia. **Política e Políticas de Ensino Superior no Brasil: 1970-1990**. Documento de trabalho 2/1992. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1992. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9202.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação Superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNOPLOCH, Carol. Mais de 70% das mulheres vítimas de violência não denunciam crime, diz pesquisa no Rio. **O GLOBO**, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mais-de-70-das-mulheres-vitimas-de-violencia-nao-denunciam-crime-diz-pesquisa-no-rio-16561195> . Acesso em 07 mai. 2023.

KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

KROETZ, Camila. **A internacionalização da Educação Superior no contexto da cooperação sul-sul: uma análise do programa estudantes-convênio de pós-graduação**. 2019. Dissertação (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG- 1953-1997)**. Ed. Paco Editorial: Jundiá, 2014.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. Períodos e motivações da internacionalização da educação superior brasileira. **5^{eme} colloque de l'IFBAE**, Grenoble, França, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997. p. 443-481.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univasp**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17548065-Analise-por-triangulacao-de-metodos-um-referencial-para-pesquisas-qualitativas.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, 2009.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Internacionalização da educação superior na UFMT: movimentos e mobilização feminina. *In*: FERREIRA, Nilce Vieira Campos; FRANCO, Neil; DUTRA, Paulo Sérgio. (org.). **História e Historiografia da educação no Centro-Oeste e Norte brasileiros: entre pesquisas, formação docente e práticas educativas**. Cáceres: UNEMAT, 2021.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. **Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

MARTINS, Mariele. **A expansão da Educação Superior brasileira: diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, Irene Cristina de. **Internacionalização do ensino superior: experiências, desafios e perspectivas**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. **Biografia de Agostinho da Silva**. São Paulo. 2006. Disponível em: <https://memorial.org.br/biografia-de-agostinho-da-silva/>. Acesso em: 15 abr. 2022. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edmilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: DF Editor: UnB, 1981.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. Tese (Livre Docência) – Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MONTEIRO, Suzana Queiroz de Melo. Introdução: a Emergência da Cooperação Internacional Acadêmica no Brasil. *In*: MONTEIRO, Suzana Queiroz de Melo; OLIVEIRA, Marcos Aurelio Guedes de (org.). **Cooperação Internacional Acadêmica: experiências e desafios**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educator**. n.28, p.107-124, 2006.

MOROSINI, Marília Costa (orgs). **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MUELLER, Cristiana Verônica. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A evolução da pós-graduação no Brasil: Histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering – BJPE**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 26-39, 2017. DOI: https://doi.org/10.0001/v3n2_3. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2_3. Acesso em: 20 fev. 2022.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Schola mater: a antiga escola normal de São Carlos 1911 – 1933**. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

PAIVA, Flavia Melville. BRITO, Silvia Helena Andrade. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 2, p. 493-512, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIACITELLI, Lucía. **A mulher na Educação Superior: tendências e trajetórias**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

RETRATOS DA ESCOLA. A meritocracia na educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 209-213, 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/275/451/1055> . Acesso em 02 mai. 2023

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Revista Exaequo**, Lisboa, n. 33, 2016, p.149-161. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307956113_MULHERES_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO_ESPACO_GARANTIDO_E_NOVOS_DESAFIOS_Arlene_Ricoldi_e_Amelia_Artes. Acesso em: 02 maio 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, 2006, p.37-50.

SANTOS, Margareth Guerra dos. **Teias do pensar democrático presente nos discursos dos atores das Redes de Agências de acreditação e avaliação da qualidade da Educação Superior na América Latina: as vozes do lado de lá**. 2016. Tese (Doutorado em Educação)

– Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil** – o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Cortez, 1987.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Dispositivos de *accountability* na reforma da educação básica brasileira: tendências em curso. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 60, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2019000100469&script=sci_arttext. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.19.060.ao08>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto. LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software Atlas.ti como recurso para análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 24 (3), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/yBwC9L74v4vD3s4PwVXggsk/>. Acesso em 21 mai. 2023.

SILVA, Maria das Graças Martins; MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Internacionalização e transnacionalização da educação superior no programa Ciência sem Fronteiras: amálgamas e contradições. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 27, n. 64, p. 111-131, 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3087>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; DOURADO, Nileide Souza; RIBEIRO, Roberto Silva. **Universidade Federal de Mato Grosso 40 anos de História (1970-2010)**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.15, 2000.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TIMMONS, Greg. **Erasmus of Rotterdam Biografy**. 2015. Disponível em: www.biografy.com/scholar/erasmus. Acesso em: 12 abr. 2022.

UFMT. **Revista UFMT 30 anos**. Desafios e Conquistas. 2000.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, Elizete. Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): uma inspiração meritocrática. **Revista Electrónica de Investigación Y Docencia**, Jaén, n.3, 2010.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2007.

Fontes documentais:

Constituição

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

Decretos

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 2306**, de 16 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2306-19-agosto-1997-437195-norma-pe.html> Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 67.494**, de 06 de novembro de 1970. Dispõe sobre afastamento para o exterior de servidor ou empregado público da administração direta e indireta. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67494-6-novembro-1970-409050-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 55.613**, de 20 de janeiro de 1965. Torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de Convênios Culturais (estudantes-convênios) e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55613.htm#:~:text=DECRETO%20No%2055.613%2C%20DE%2020%20DE%20JANEIRO%20DE%201965.&text=Torna%20obrigat%C3%B3rio%20o%20registro%20de,conv%C3%AAnios\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55613.htm#:~:text=DECRETO%20No%2055.613%2C%20DE%2020%20DE%20JANEIRO%20DE%201965.&text=Torna%20obrigat%C3%B3rio%20o%20registro%20de,conv%C3%AAnios)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias). Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 94.644**, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Casa Civil, Brasília, DF, 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm. Acesso em: 05 jun. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1973**, de 1 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Casa Civil, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm . Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7642**, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Casa Civil, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.642%2C%20DE%2013,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 05 jun. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.948**, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G. Casa Civil, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/decreto_n%C2%BA7.948_12_03.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

Leis

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 11**, de 30 de abril de 1996. Permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc11.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2011%2C%20DE,de%20pesquisa%20cient%C3%ADfica%20e%20tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 31**, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2031%2C%20DE,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.647**, de 10 de dezembro de 1970. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília, DF, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5647.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

MATO GROSSO. **Lei nº 3.029**, de 12 de maio de 1971. Autoriza o Governo do estado a transferir, ao domínio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso área de terreno e edificações, que integram a cidade Universitária e dá outras providências. 1971. Cuiabá, MT, 1971. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-3029-1971.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Resoluções

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CD nº 135/1997**. Cuiabá, MT: UFMT, de 23 de dezembro de 1997.

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CONSEPE nº 118/2002**. Cuiabá, MT: UFMT, de 16 de dezembro de 2002.

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CONSEPE nº 74/2014**. Cuiabá, MT: UFMT, de 28 de julho de 2014.

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CONSEPE nº 106/2021**. Cuiabá, MT: UFMT, de 01 de março de 2021.

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CONSEPE nº 195/2021**. Cuiabá, MT: UFMT, de 29 de novembro de 2021.

UFMT. Órgãos Colegiados. **Resolução CONSUNI nº 18/2013**. Cuiabá, MT: UFMT, de 03 de julho de 2013.

Portaria

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em 20 jun. 2020.

Sítios eletrônicos e Plataformas

ALVES, Mayk. Portal Agro20. Disponível em: <https://agro20.com.br/flamboyant/>. Acesso em 23 jul.2023.

ARA. **Acervo e Repositório de História da Educação-ARA**. Disponível em: <https://ara.ufmt.ifmt.edu.br/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ATLAS.ti. **Software**. Disponível em: <https://atlasti.com/>. Acesso em 10 out. 2022.

BRASIL. **CAPES**. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **CNPq**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/institucional>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **CsF**. O que é? 2016. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. **Organização Pan-Americana da Saúde**. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Disponível em: <https://bit.ly/438Xhcv>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Plano de Cooperação e Intercâmbio Internacionais: 2018-2022. Disponível em: <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PlanoDeCooperacaoEIntercambioInternacionais2018A2022.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CEP HUMANIDADES/UFMT. **Plataforma Brasil**. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2019.

DELP. Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa. **PEC-G**: Histórico do Programa. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DELP. Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa. **PEC-PG**. Disponível em: <https://bit.ly/3ZD8Sxj>. Acesso em: 30 nov. 2021.

G1 MT.2020. Myrian Serra só deve permanecer no cargo até o dia 2 de março. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/02/21/myrian-serra-comunica-renuncia-do-cargo-de-reitora-da-ufmt-e-cita-razoes-pessoais.ghtml> Acesso em 07 mai. 2023.

GCUB. GRUPO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Sobre o GCUB**. Disponível em: <https://www.gcub.org.br/sobre-o-grupo-coimbra-de-universidades-brasileiras/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

GONÇALVES, Isabela. Portal Diaonline. Disponível: <https://diaonline.ig.com.br/>. Acesso em 23 jul. 2023.

IBGE. **Censo demográfico 1970, 1980, 1991**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091&t=publicacoes>. Acesso em: 23 fev. 2022.

IBGE. **Censo demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=downloads>. Acesso em: 24 fev. 2022.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IBGE. **Portal de Mapas**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 mai. 2023.

MARESSA, Keila. PETRUCELLI, Mylena. **Notícias TJMT**. Mato Grosso completa hoje 270 anos de história. 2018. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/52525#.ZGIyDnbMLIU> . Acesso em 15 maio 2023.

MEC. **Consórcio de universidades**. Disponível em: <https://bit.ly/3meHO9X>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MEC. **Criação de Universidades**: linha do tempo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MEC. **I Plano Nacional de Pós-Graduação**. 1975. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf> . Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://COVID.saude.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **PEC-G**. Sobre o Programa. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/oportunidades-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OUR WORLD in DATA. **Coronavírus (COVID-19) Vaccinations**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/COVID-vaccinations?country=BRA>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PRAXIS. **Softwares gerenciais**. Disponível em: <https://praxis.com.br/repositorio-institucional/>. Acesso em: 30 set. 2021.

RECONAL-Edu. **Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/reconaledu/noticias/reconal-edu-1657108158> . Acesso 06 jun. 2023.

SOUSA, Paulo Teixeira de. **Secretaria de Relações Internacionais**. Apresentação em Slide Share: 12 *slides*, color, reunião com a Reitoria eleita para assumir a partir de outubro de 2016. Disponibilidade restrita. Acesso em: 12 dez. 2022.

TRANSKRIPTOR. **Software**. Disponível em: <https://transkriptor.com/pt-br/audio-transcricao-software/>. Acesso em 05 fev. 2022.

UFMT. **A UFMT**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pagina/ufmt/112>. Acesso em: 18 jan. 2022.

UFMT. **Anuários**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/anuarioestatistico/pagina/anuarios-1645465177/7272>. Acesso em: 21 dez. 2021.

UFMT. **Ex-Reitores**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pagina/ex-reitores/1016>. Acesso em: 03 mar. 2022.

UFMT. **Repositório Institucional**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/biblioteca/pagina/repositorios-digitais/4044>. Acesso em: 28 jul. 2021.

UFMT. **Revalidação de diploma estrangeiro**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/estudante/graduacao/pagina/servicos/208>. Acesso em: 19 jan. 2022.

UNESCO. **#EDUCASTEM2030**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/projects/educastem2030>. Acesso em: 15 fev. 2023.

YOUTUBE. **Studio**. Disponível em: <https://studio.youtube.com/> Acesso em 07 dez. 2021.

Documentos institucionais

CAPES/FIPSE. **Edital CAPES nº 010/2011**. Programa de Consórcios em Educação Superior entre Brasil e Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-010-fipse-pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MEC. Secretaria de Educação Superior. Departamento de Política de Ensino Superior. Divisão de Assuntos Internacionais. **Manual Programa de Estudantes – Convênio de Graduação**. Brasília: MEC/SESU, 2000.

NEVES, Gabriel Novis. **Catálogo de Diretrizes UFMT**. UFMT: Cuiabá, 1972.

PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO. **Decisão nº 2317/2003/ce**, de 5 de dezembro de 2003. Estabelece um programa para o reforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural através da cooperação com países terceiros (Erasmus Mundus) (2004-2008). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32003D2317&from=EL>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SANTANDER UNIVERSIDADES. Princípios gerais dos programas de bolsas do Santander universidades. 2008.

UFMT. Reitoria. **Ofício Circular nº 353/71/DAU//BSB**. Brasília, DF: Departamento de Assuntos Universitários, de 23 de abril de 1971.

UFMT. Reitoria. **Ofício Circular nº 27/77/DAU/CODEAI/BSB**. Brasília, DF: Departamento de Assuntos Universitários, de 13 de junho de 1977.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 61/71**. Cuiabá, MT: 31 de agosto de 1971.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 128/71**. Cuiabá, MT: 19 de novembro de 1971.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 122/72**. Cuiabá, MT: 25 de julho de 1972.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 125/72**. Cuiabá, MT: 28 de julho de 1972.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 194/72**. Cuiabá, MT: 20 de outubro de 1972.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 333/73**. Cuiabá, MT: 07 de dezembro de 1973.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 347/73**. Cuiabá, MT: 27 de dezembro de 1973.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 166/74**. Cuiabá, MT: 22 de julho de 1974.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 204/74**. Cuiabá, MT: 27 de agosto de 1974.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 102/74**, 13 de maio de 1974. Cuiabá, MT, Reitoria da UFMT, 1974.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 709/75**. Cuiabá, MT: UFMT, de 15 de dezembro de 1975.

UFMT. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria nº 95/78**. Cuiabá, MT: UFMT, de 1 de março de 1978.

UFMT. Reitoria. **Ofício Assessoria de Relações Internacionais nº 54/ARI/2009**. Cuiabá, MT: UFMT, de 20 de maio de 2009.

UFMT. Reitoria. **Relatório de atividades de maio/1971 a maio/1977**. Cuiabá, MT: UFMT, 1977.

UFMT. ARI. **Relatório de Atendimentos Individualizados – PEC-G fornecidos pela ARI**. Cuiabá, MT: UFMT, 2011.

UFMT. SECRI. **Cartilha** Orientações sobre parcerias internacionais. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/24/API/Cartilha%20PARCERIAS%20INTERNACIONAIS.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Fontes orais:

Entrevistas

ANJOS, Alexandre Martins. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 20 jun. 2021. Webex/UFMT, 1:41:56 min.

DE PAULA, Ana Maria Alves. [mai. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 28 mai. 2021. Webex/UFMT, 1:01:31 min.

CARVALHO, Bismark Castilho. [ago. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 09 ago. 2021. Email.

ESPÍRITO SANTO, Divayni Maria S. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 15 ago. 2021. Email.

MATHAR, Edna Correia Alves. [jul. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 02 jul. 2021. Webex/UFMT, 1:31:26 min.

ARRUDA, Elenir Mota Sanches. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 08 jun. 2021. Webex/UFMT, 43:39 min.

LIMA, Fernando Nogueira. [ago. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 09 ago. 2021. Email.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. [mai. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 31 mai. 2021. Webex/UFMT, 2:26:13 min.

NEVES, Gabriel Novis. [set. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 21 set. 2021. Google Meet, 2:54:30 min.

TORRES, Glauce Viana de Souza. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 30 jun. 2021. Webex/UFMT, 43:02 min.

DALTRO, Helmut Forte. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 26 jun. 2021. Presencial, 2:21:10 min.

MELLO, Irene Cristina. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 26 jun. 2021. Webex/UFMT, 1: 13:13 min.

OLIVEIRA, Leia de Souza. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 09 jun. 2021. Webex/UFMT, 1: 27:50 min.

GUIMARÃES, Luzia. [jul. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 22 jul. 2021. Presencial, 2:16:19 min.

PORTUGAL, Maria Inês Guimarães. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 08 jun. 2021. Webex/UFMT, 2: 09:57 min

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. [jul. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 20 jul. 2021. Google Meet, 1:45:42 min.

MARQUES, Marinez Isaac. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 26 jun. 2021. Google Meet, 1: 55:24 min.

SERRANO, Mirian Arabela da Silva. [jul. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 01 jul. 2021. Presencial, 1:08:03 min.

SERRA, Myrian Thereza de Moura. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 20 jun. 2021. Email.

COSTA, Odílio Virgílio. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 07 jun. 2021. Google Meet, 29 min.

SPELLER, Paulo. [dez. 2019]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 11 dez. 2019. Presencial, 31:08 min.

SOUZA JUNIOR, Paulo Teixeira. [jun. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 21 jun. 2021. Google Meet, 1: 06:38 min.

MARTINS, Sandra Maria Coelho. [jul. 2021]. Entrevista concedida a Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins. Cuiabá, MT, 07 jul. 2021. Google Meet, 1:25:48 min.

ANEXOS

Anexo 1

Quadro 9: Relação estudantes-convênios PEC-G/UFMT (1973 a 2016)

Nome	Gênero	País de origem	Curso
Ano: 1973 (2)			
1. Jorge Mario Siles Claros	M	Bolívia	Engenharia Civil
2. Kurt Roland Cuesta Von Borries	M	Bolívia	Engenharia Civil
Ano: 1974 (9)			
1. Carlos Haderspock Espanã	M	Bolívia	Engenharia Civil
2. Emilio Ojeda Ortiz	M	Paraguai	Engenharia Civil
3. Lubber Molina Borba	M	Bolívia	Engenharia Civil
4. Miguel Angel Sitjar Diaz	M	Paraguai	Engenharia Civil
5. René Uzeda Leon	M	Bolívia	Engenharia Civil
6. Carlos Sabat Aguilar	M	Bolívia	Engenharia Civil
7. José Antonio Siles Hinojosa	M	Bolívia	Engenharia Civil
8. Jorge Eduardo Villegas Gomes	M	Bolívia	Engenharia Civil
9. Gueisi Luz Aliendre Alcocer	F	Bolívia	Serviço Social
Ano: 1975 (4)			
1. Luiz Fernando Olivares Cordova	M	Bolívia	Economia
2. Julio Montiveros Caballero	M	Bolívia	Engenharia Civil
3. José Luiz Trigo Eduardo	M	Bolívia	Engenharia Civil
4. Fernando Arietti Lafuente	M	Paraguai	Engenharia Civil
Ano: 1976 (7)			
1. Mario Miguel E. Alarcon	M	Bolívia	Agronomia
2. Hilário Rojas Sanches	M	Paraguai	Economia
3. Armando Edgar T. Hurtado	M	Bolívia	Engenharia Civil
4. Victor Ramon S. Gavilan	M	Paraguai	Engenharia Civil
5. Venâncio Espínola Avalos	M	Paraguai	Engenharia Florestal
6. Jaime Fernando Porro Prado	M	Bolívia	Engenharia Florestal
7. Francisco Javier Aguilera Peralta	M	Bolívia	Licenciatura em Ciências
Ano: 1977 (8)			
1. Gonzalo J. Quiroga Sgarnaga	M	Bolívia	Agronomia
2. Tereza Carmem Pereira Aramburo	F	Bolívia	Enfermagem
3. Ronald Eduardo C. Garrida	M	Bolívia	Engenharia Civil
4. Oscar Rudy Antelo Antelo	M	Bolívia	Engenharia Civil
5. Bismarck C. Carvalho	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
6. Jorge Eduardo S. Ovando	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
7. Fernando Cesar Macias Royg	M	Paraguai	Engenharia Florestal
8. Julio Cesar Balcazar Estrada	M	Bolívia	Geologia
Ano: 1978 (35)			
1. Jorge S. Velasques	M	Bolívia	Administração
2. Jorge Santiago A. Carrera	M	Bolívia	Bovinocultura
3. Peregrina Crespo Alvarez	F	Bolívia	Ciências Contábeis
4. Luiz Alberto D. Gonçalves	M	Uruguai	Ciências Contábeis
5. Maria Jose Mosqueiro	F	Portugal	Ciências Contábeis
6. Eulágio Cortez Maydana	M	Bolívia	Cooperativismo
7. Noel William Currie	M	EUA	Cooperativismo

8. Rosa Maria A. Vidal	F	Paraguai	Direito
9. Jorge F. Carvalho Malheiro	M	Portugal	Direito
10. Luiz P. Chivares Gordova	M	Bolívia	Economia
11. Maria Naty Del C. Castilho	F	Bolívia	Economia
12. Lindbergh Alvaro U. Balcázar	M	Bolívia	Economia
13. Jose M. Carvalho Marta	M	Portugal	Economia
14. Nancy Justiano Arambel	F	Bolívia	Enfermagem
15. Murf Rolando C. Borries	M	Bolívia	Engenharia Civil
16. Lubber Molina Borba	M	Bolívia	Engenharia Civil
17. Vicecz Ranch B. Galvilan	M	Paraguai	Engenharia Civil
18. Augusto Sherman S. Midday	M	Bolívia	Engenharia Civil
19. Luiz Fernando Gil Sosa	M	Bolívia	Engenharia Civil
20. Rolf Hans W. Dogenhard	M	Alemanha	Engenharia Civil
21. Mounir N. Sirhan	M	Líbano	Engenharia Civil
22. Sany Chafic Fesczeli	M	Líbano	Engenharia Civil
23. Herlan Medina Sikuajara	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
24. Pablo Gomez Paredes	M	Paraguai	Engenharia Elétrica
25. Tereza Irene R. Carvalho Malheiro	F	Portugal	Engenharia Elétrica
26. Antonio Fernando J. Ribeiro C. Macheiros	M	Portugal	Engenharia Elétrica
27. Williams Carlos C. Colombo	M	Bolívia	Engenharia Florestal
28. Frederico Carlos A. Daza	M	Bolívia	Geologia
29. Carmelo Cavero Saucedo	M	Bolívia	Geologia
30. Ali Veggi Atala	M	Bolívia	Pedagogia
31. Nadir H. Himesioh	M	Líbano	Pedagogia
32. Balmes R. Drulh	M	Bolívia	Pedagogia
33. Evelin M. J. Kirschstein	F	Chile	Pedagogia
34. Margarida Martha Pomar Fernandez	F	Bolívia	Serviço Social
35. Maria Elena Siria C. Urquieta	F	Bolívia	Serviço Social
Ano: 1979 (16)			
1. Moises Gutierrez Calvimontes	M	Bolívia	Administração
2. Victor Manuel Rivera Anez	M	Bolívia	Agronomia
3. Vivian Roxana B. Monteiro	F	Bolívia	Agronomia
4. Freddy Barbary Roca	M	Bolívia	Agronomia
5. Pedro Luis Sanches Sanches	M	Venezuela	Bovinocultura
6. Mario Rubens Cortez Salinas	M	Bolívia	Ciências Contábeis
7. Shirley Alencar Polanco	F	Bolívia	Economia
8. Roque Roger B. Gonzales	M	Bolívia	Economia
9. Alberto Pinto Monteiro	M	Bolívia	Educação Física
10. Luiz Fernando Ortiz Paz	M	Bolívia	Engenharia Civil
11. Roberto Furtado Torres	M	Bolívia	Engenharia Civil
12. Venâncio Espínola Avalos	M	Paraguai	Engenharia Civil
13. Carlos Vaca Guzman Dias	M	Bolívia	Engenharia Elétrica

14. Juan Herman Barba Frias	M	Bolívia	Engenharia Florestal
15. Jorge Cabrera Colombo	M	Bolívia	Engenharia Sanitária e Ambiental
16. Rony Ribera Ray	M	Bolívia	Geologia
Ano: 1980 (8)			
1. Ivan Marcelo L. Maloche Agreda	M	Peru	Agronomia
2. Alberto Pinto Monteiro	M	Bolívia	Economia
3. Carlos Jayme Mercado Pommier	M	Bolívia	Economia
4. Lissete Jacqueline C. Anez	F	Bolívia	Economia
5. Miguel Angel Claros Paz	M	Bolívia	Enfermagem
6. Walter Antonio Solis Parada	M	Bolívia	Engenharia Civil
7. Mitsuo Tamuro Kawaskami	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
8. Ruben Dario Velasco Arteaga	M	Bolívia	Engenharia Sanitária e Ambiental
Ano: 1981 (4)			
1. Olga Ines Landivar Flores	F	Bolívia	Ciências Contábeis
2. Ricardo Maldonado Cespedes	M	Paraguai	Engenharia Civil
3. Delia Isabel C. Mongelos	F	Paraguai	Engenharia Elétrica
4. Gildar Ramiro R. Echeverria	M	Bolívia	Engenharia Florestal
Ano: 1982 (9)			
1. Luis Javier Badani Garcia	M	Bolívia	Administração
2. Kemy Middagh Kauffman	M	Bolívia	Agronomia
3. Margarida Martha Pomar Fernandez	F	Bolívia	Ciências Contábeis
4. Juana Patricia Z. Cibelo	F	Bolívia	Ciências Contábeis
5. Avelino Cabanas Irala	M	Paraguai	Ciências Exatas
6. Adolfo Ernesto Velasco Weise	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
7. Consuelo Elizabeth Claros Queiroz	F	Bolívia	Engenharia Florestal
8. Maria Luiza Trinidad Ale	F	Paraguai	Geologia
9. Javier Montero Zuniga	M	Bolívia	Nutrição
Ano: 1983 (7)			
1. Jorge Antonio Anez Saucedo	M	Bolívia	Administração
2. David Peinado Conde	M	Bolívia	Ciências Contábeis
3. Blanca Quispe Ortega	F	Bolívia	Economia
4. Ricardo Mendonza Torres	M	Paraguai	Engenharia Civil
5. Julio Cesar Serrate Middagh	M	Bolívia	Engenharia Civil
6. René Gonzales Escobar	M	Bolívia	Engenharia Elétrica
7. Francisco Britez Gimenez	M	Bolívia	Geologia
Ano: 1997 (1)			
1. Paulino Bambi	M	Angola	Ciências Biológicas
Ano: 1999 (1)			
1. Johansenth Marcos Gomez Garcia Pomar	M	Bolívia	Ciências Contábeis
Ano: 2000 (2)			
1. Nuno Alexandre Mendonça de Oliveira	M	Cabo Verde	Comunicação Social

2. Paulo Jorge Gomes dos Santos	M	Cabo Verde	Letras
Ano: 2001 (1)			
1. Sheilha Patricia Barbosa de Almeida	F	Angola	Medicina
Ano: 2002 (1)			
1. Mirian Judith Orue Pinasso	F	Paraguai	Medicina
Ano: 2003 (1)			
1. Victor Emanuel Lopes de Carvalho	M	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
Ano: 2004 (1)			
1. Jose Dosil Vieites	M	Espanha	Medicina Veterinária
Ano: 2005 (7)			
1. Osvaldo Antonio Melaco	M	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
2. Stella Fernandes Lima	F	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
3. Ednilson de Oliveira Rita Paiva	M	São Tomé e Príncipe	Economia
4. Helderino Joteminga Correia	M	Guiné-Bissau	Economia
5. Herminia Guiva da Graça Morais	F	Guiné-Bissau	Economia
6. Dudene Vaz Lima	M	São Tomé e Príncipe	Engenharia Sanitária e Ambiental
7. Pita Correia	M	Guiné-Bissau	Nutrição
Ano: 2006 (7)			
1. Nito Jorge Gomes	M	Guiné-Bissau	Administração
2. Marilda do Rosario da Luz Oliveira	F	Guiné-Bissau	Arquitetura e Urbanismo
3. Dunasy de Sousa Lima	F	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
4. Inaciana Carlos Nunes	F	Guiné-Bissau	Ciências Contábeis
5. Eurides Gonçalves Lopes dos Santos	F	Guiné-Bissau	Comunicação Social
6. Ivan Lamine Mané	M	Guiné-Bissau	Economia
7. Toni Bernardo da Silva	M	Guiné-Bissau	Economia
Ano: 2007 (3)			
1. Facundo Vacas	M	Argentina	Engenharia Civil
2. Ailson Odair Barros Varela	M	Guiné-Bissau	Engenharia Sanitária e Ambiental
3. Gizelle Andréa Lima Mota	F	Cabo-Verde	Nutrição
Ano: 2008 (6)			
1. Arlete de Jesus Lopes Tavares	F	Guiné-Bissau	Administração
2. Ico Mendes Marques	M	Guiné-Bissau	Administração
3. Diela Tamba Nhaque	F	Guiné-Bissau	Letras
4. Alexandre Nanque	M	Guiné Bissau	Letras
5. Anilton Andrade Ferreira	M	Guiné-Bissau	Serviço Social
6. Diela Tamba Nhaque	F	Guiné-Bissau	Serviço Social
Ano: 2009 (8)			
1. Leysse da Conceição Rodrigues Morais	F	Guiné-Bissau	Direito
2. Hernani Ernesto Dias	M	Guiné-Bissau	Letras
3. Isidouro Mendes Figueiredo da Silva	M	Guiné-Bissau	Letras
4. Lidia Djú	F	Guiné-Bissau	Letras

5. Silvina Jana Gomes	F	Guiné-Bissau	Letras
6. Tito João Bico Gomes	M	Guiné-Bissau	Letras
7. Wanivaldo Cardoso Mané	M	Guiné-Bissau	Letras
8. Suzy Carla C. V. Afonso	F	Guiné-Bissau	Letras
9. Danise Civi	F	Haiti	Nutrição
Ano: 2012 (1)			
1. Marcel Akpohe (7)	M	Benin	Economia
Ano: 2016			
1. Serifo Salum	M	Guiné Bissau	Administração
2. Quedeco Ié	M	Guiné Bissau	Biologia
3. Belarmino Lopes Té	M	Guiné Bissau	Economia
4. Ivano Impami	M	Guiné Bissau	Letras
5. Maio Albino Tamba	M	Guiné Bissau	Letras
6. Domingos Futana	M	Guiné Bissau	Matemática
7. Ivandro Manuel Cordeiro Barbosa Vicente	M	Guiné Bissau	Sistemas de Informação

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 2

Quadro 10: Relação de intercambistas Erasmus Mundus/ Erasmus + na UFMT (2009 a 2016)

Nome	Gênero	Países	Curso
Ano de saída: 2009 (7)			
1. Elmo Batista de Faria	M	Portugal	Ciências da Computação
2. Erika Tiemi Anabuki	F	Espanha	Engenharia Elétrica
3. Filipe Manuel Baptista Ferreira	M	Portugal/Brasil/UFMT	Ciências Sociais
4. Mariana de Assunção Rodrigues	F	Portugal	História
5. Damaris Asseburg	F	Portugal	Psicologia
6. Gesse Duque Ferreira de Oliveira	M	Portugal	Psicologia
7. Andressa dos Santos	F	Espanha	Ciências Sociais
Ano de saída: 2010 (15)			
1. Alexandre Galio	M	Holanda	Engenharia Mecânica
2. Breno Encarnação Villa	M	Hungria	Engenharia Elétrica
3. Elizete Gonçalves dos Santos	F	Portugal	Biologia
4. Henrique Fernandes Borges	M	Hungria	Engenharia Elétrica
5. Jefferson Alves Oliveira	M	Hungria	Engenharia Elétrica
6. Joana Araci Rodrigues Almeida	F	Portugal/Brasil/UFMT	Ciências Sociais
7. Juliana Batista Fitaroni	F	Espanha	Psicologia
8. Luis Felipe Guimarães Pelluzi	M	Portugal	Economia
9. Rebeca Marcos	F	Portugal	Biologia
10. Andreza Silva Pereira	F	Portugal	Ciências Sociais
11. Gabriel Konzen	M	Espanha	Engenharia Elétrica
12. Jackeline de Araujo Menezes Caporossi	F	Portugal	Psicologia
13. Leticia Carvalho Leite Pinto	F	Espanha	Engenharia Sanitária e Ambiental
14. Pedro de Freitas Jacob	M	Holanda	Engenharia Mecânica
15. Rafael Martins de Almeida Silva	M	Hungria	Engenharia Mecânica
Ano de saída: 2014 (4)			
1. Gizele da Costa Pereira Mesquita	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
2. Nonoguari Comaecureudo Lima	F	Portugal	Psicologia
3. Eliara Sousa Dias	F	Portugal	Pedagogia
4. Thairiny Alves Vadadão	F	Espanha	Administração
Ano de saída: 2015 (8)			
1. Ana Carolina Silva Toledo	F	Alemanha	Engenharia Civil
2. Andréa dos Santos Penha	F	Espanha	Geografia
3. Mirela de Melo Silva	F	Itália	Comunicação Social
4. Jamille Silva de Oliveira	F	Portugal	Psicologia
5. Marcus Vinicius Romanini Barreto	M	Itália	Ciência e Tecnologia de Alimentos
6. Natalia Venancio de Assis	F	Itália	Ciência e Tecnologia de Alimentos
7. Jennifer Sotério Xavier	F	Espanha	Engenharia Mecânica

8. Rafael Vinicius Rodrigues	M	Letônia	Engenharia Sanitária e Ambiental
Ano de saída: 2016 (5)			
1. Andreza Silva Pereira	F	Portugal	PROAD
2. Estêvão Querino de Souza	M	Malta	Engenharia Agrícola e Ambiental
3. Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins	F	França	Secretaria de Relações Internacionais
4. Marcelo Facco	M	Malta	Engenharia Mecânica
5. Sandro Luis Costa da Silva	M	Portugal	Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 3

Quadro 11: Relação de intercambistas estrangeiros PIIG/PIIE/UFMT (2010 a 2016)

Nome	Gênero	País de origem	Curso
Ano de saída: 2010 (2)			
1. Adeline le Strat	F	França	Geografia
2. Patricia Mouhot Ruquet	F	França	Letras
Ano de saída: 2011 (2)			
1. Bruno José Fernandes Miranda	M	Portugal	Engenharia Civil
2. Fernando João Valente Belchior de Sousa	M	Portugal	Ciência da Computação
Ano de saída: 2012 (4)			
1. Fernando João Valente Belchior de Sousa	M	Portugal	Sistemas de Informação
2. Janina Sophie Kretschmann	F	Alemanha	Letras
3. Marit Elizabeth Belz	F	Alemanha	Medicina – Farmacologia
4. Natalia Morandeira	F	Argentina	Biologia
Ano de saída: 2013 (13)			
1. Andreas Botov	M	Alemanha	Ecologia Tropical
2. Anthony Joseph Zappia	M	Estados Unidos	Física Ambiental
3. Cloe Suzanne Hentz	F	Estados Unidos	Física Ambiental
4. Erin Bryn Mahoney	F	Estados Unidos	Física Ambiental
5. George Luis Vourtilis	M	Estados Unidos	Física Ambiental
6. Lara Hanne Urban	F	Alemanha	Biologia
7. Lina Vozny	F	Alemanha	Biologia
8. Lydia Sarah Messingfeld	F	Alemanha	Biologia
9. Marcel Bläser	M	Alemanha	Biologia
10. Sebastian Alexander Bach	M	Alemanha	Biologia
11. Sherry Lynne Williams	F	Estados Unidos	Física Ambiental
12. Simone Endres	F	Alemanha	Biologia
13. Stephanie Marie Neal	F	Estados Unidos	Física Ambiental
Ano de saída: 2014 (3)			
1. Leslie Yinery Gaitan Quiroga	F	Colômbia	Zootecnia – Bacharelado
2. Oscar Jhony Villa Ramirez	M	Colômbia	Letras
3. Takeshi Goto	M	Japão	Educação
Ano de saída: 2015 (3)			
1. Martin Schley	M	Alemanha	Ecologia e Conservação da Biodiversidade
2. Michele Rossini	M	Itália	Ecologia e Conservação da Biodiversidade
3. Mona Hegmann	F	Alemanha	Ecologia e Conservação da Biodiversidade
Ano de saída: 2016 (1)			
1. Jorge Miguel Castelo Couto	M	Portugal	Antropologia Social

Fonte: Elaborado pela autora (UFMT, 2022).

Anexo 4

Quadro 12: Relação de intercambistas brasileiros PPIG/PIIE/UFMT (2008 a 2016)

Estudantes brasileiros no Exterior – PPIG/PIIE			
Nome	Gênero	País de destino	Curso
Ano de saída: 2008 (2)			
1. Marina Leite de Barros Baltar	F	Portugal	Engenharia Civil
2. Amanda Negrão Lemos Melo	F	Portugal	Engenharia Civil
Ano de saída: 2009 (6)			
1. Angelo Carlotto	M	Espanha	Ciência da Computação
2. Dafne Cris Dias	F	Portugal	Direito
3. Elisa da Silva Vitório	F	Portugal	Direito
4. Rafael Knippelberg de Moraes	M	Espanha	Administração
5. Tatiane de Almeida Martins	F	Portugal	Letras
6. Victor Allan Oliveira Mendes	M	Itália	Filosofia
Ano de saída: 2010 (11)			
1. André César Rezende Corte Real	M	Portugal	Medicina Veterinária
2. Gustavo Mendonça Zina	M	Portugal	Ciência da Computação
3. Lucas Barbosa Mendanha	M	Portugal	Engenharia Florestal
4. Marillian Vitória Alves de Faria	F	Portugal	Administração
5. Rogério de Oliveira Sá	M	Portugal	Agronegócio e Desenvolvimento Regional
6. Alberto Ferreira Queiroz Santana	M	Portugal	Administração
7. Alexandre Garcia Santaella	M	Portugal	Agronomia
8. André Rezende Corte Real	M	Portugal	Medicina Veterinária
9. Bianca Ferrazzo Napolini	F	Espanha	Engenharia Sanitária e Ambiental
10. Jose Victor Antinarelli Norberto da Silva	M	Itália	Medicina Veterinária
11. Marcos Antonio Patrício Zarzenon	M	Itália	Medicina Veterinária
Ano de saída: 2011 (22)			
1. Adriano Ibraim e Ramos de Souza	M	Alemanha	Economia
2. André Luiz Chitto de Oliveira	M	Portugal	Música
3. Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva	M	Espanha	Economia
4. Felipe Rodolfo de Carvalho	M	Portugal	Direito
5. Juliane Nogueira de Albuquerque	F	Espanha	Engenharia Sanitária e Ambiental
6. Kamilla Furtado Regatieri	F	Portugal	Psicologia
7. Marcel Augusto Leite de Campos	M	Portugal	Direito
8. Rafaela Almeida de Souza	F	Portugal	Comunicação Social
9. Rennan de Castro Gonçalves Duarte	M	Portugal	Engenharia Elétrica
10. Tamilis Silva Borim	F	Portugal	Educação Física
11. Tânia Figueiredo Lima	F	Portugal	Administração
12. Thays Cunha Macedo	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
13. Jonas Albert Schimidt	M	Portugal	Políticas Sociais
14. Ana Carolina P. Portes	F	Espanha	Administração
15. Caio Cesar Machado e Silva	M	Portugal	Engenharia Sanitária e Ambiental
16. Felipe Stefanos Santamaria	M	Espanha	Medicina Veterinária
17. João Victor Amorim Galceran	M	Portugal	Medicina Veterinária
18. Laura Conceição G. da Silva	F	Portugal	Comunicação Social

19. Lorraine de Oliveira Tavares Leite	F	Espanha	Psicologia
20. Luana da Silva Piagem	F	Espanha	Psicologia
21. Luma Strobel de Freitas	F	Espanha	Psicologia
22. Raphaela Marya Gerônima Santos da Costa	F	Portugal	Economia
Ano de saída: 2012 (35)			
1. Adriana de Moraes Garcêz	F	Portugal	Administração
2. Andressa Mirelli Monçale	F	Portugal	Comunicação Social
3. Bruno Paiva Fonseca	M	Portugal	Direito
4. Caio Theobaldo de Barros Freire	M	Alemanha	Psicologia
5. Elthon da Silva Teixeira	M	Portugal	Engenharia Elétrica
6. Gabriel Lourenço Dióz Silva	M	Portugal	Direito
7. Isabela Carolina Beux	F	Espanha	Arquitetura e Urbanismo
8. Leticia Mainardi Tamiozzo	F	Portugal	Comunicação Social
9. Luciana Dias de Barros	F	Portugal	Administração
10. Ludmila Silva Azevedo	F	Portugal	Medicina Veterinária
11. Paulo Henrique Soares Gatto	M	Portugal	Administração
12. Pedro Olavo Gasperin Andrade	M	Portugal	Administração
13. Yara Ferreira Lima	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
14. Caiubi Emanuel Souza Khun	M	Portugal	Geologia
15. Naiara Nienow	F	Portugal	Psicologia
16. Wladimir Colman de Azevedo Jr.	M	Portugal	Agronegócio e Desenvolvimento Regional
17. Adriana Moraes Garcez	F	Portugal	Administração
18. Alex Sullivan Fonseca Mazetto	M	Espanha	Comunicação Social
19. Ana Célia Sophia de Souza Lima	F	Portugal	Administração
20. Analu Garcia Borges	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
21. André Yegros Gonçalves	M	Portugal	Química
22. Antonio Carlos de Siqueira Neto	M	Portugal	Geologia
23. Bárbara Calandrini Lopes Jacob	F	Portugal	Direito
24. Deborah Fernanda de Souza Zanetti	F	Portugal	Enfermagem
25. Eduardo Montejane Motta	M	Portugal	Engenharia Mecânica
26. João Bosco S. da Silva Filho	M	Portugal	Direito
27. Julio Cesar Magalhães	M	Portugal	Engenharia de Alimentos
28. Karyn Vanessa de Arruda Guimaraes	F	Espanha	Arquitetura e Urbanismo
29. Laislla Costa Ramos	F	Portugal	Sistemas de Informação
30. Ludmylla Borges de Oliveira	F	Portugal	Administração
31. Muriel de Abreu Perussolo	F	Alemanha	Administração
32. Natália Baldasso Romero	F	Espanha	Medicina Veterinária
33. Renata Siqueira Bresse Dores	F	Espanha	Psicologia
34. Thaísa Camila Vacari	F	Espanha	Engenharia Sanitária e Ambiental
35. Thalissa Caroline de Magalhães Boicere	F	Portugal	Administração
Ano de saída: 2013 (5)			
1. Jones Almeida Nassarden de Abreu	M	Portugal	Educação Física
2. Yuri Orro Arabi	M	Portugal	Engenharia Florestal
3. Douglas Felipe dos Santos	M	Portugal	Engenharia Mecânica
4. Natália Félix Duarte	F	Portugal	Psicologia
5. Rafael da Silva Juliani	M	Portugal	Agronomia

Ano de saída: 2014 (6)			
1. Lia Ferreira Sanches	F	EUA	Medicina Veterinária
2. Luisa Pegorini Souza	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
3. Milena Magalhães Oliveira	F	Portugal	Administração
4. Paula Cristina Pedroso Moi	F	Portugal	Administração
5. Jonnas de Marchi	M	EUA	Engenharia Agrícola e Ambiental
6. Luana Silva Santana	F	Portugal	Comunicação Social
Ano de saída: 2015 (3)			
1. Ada Cristina Ferreira	F	Colômbia	Filosofia
2. Marina Dorileo Barros	F	Portugal	Direito Ambiental
3. Helson de França Silva	M	Portugal	Cultura Contemporânea
Ano de saída: 2016 (9)			
1. Bruna Lovato Monteiro	F	Espanha	Psicologia
2. José Eduardo Bezerra Pinheiro Esposito	M	Portugal	Direito
3. Leonardo Godóes Loureiro Junior	M	Portugal	Comunicação Social
4. Lucas Fellipe dos Santos	M	Portugal	Engenharia Mecânica
5. Raquel Dias de Barros	F	Portugal	Direito
6. Victor Andre Botelho Rodrigues dos Santos	M	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
7. William Dezinho Leal	M	Portugal	Economia
8. Rafael Galbieri	M	EUA	Agricultura Tropical
9. Jhonny Pinto Vieira Mendes Moura	M	Alemanha	Ciências Florestal e Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 5

Quadro 13: Relação intercambistas estrangeiros Redes/UFMT (2009 a 2016)

Nome	Gênero	País de origem	Curso de Pós-Graduação	Programa/Rede/Agência
Ano de entrada: 2009 (2)				
1. Aitana Salgado Carmona	F	Espanha	Aluno especial	AECID
2. Itziar Fernandez Cortes	F	Espanha	Aluno especial	AECID
Ano de entrada: 2010 (1)				
1. Sikiru Olaitan Balogun	M	Uganda	Ciências da Saúde	CAPES
Ano de entrada: 2012 (4)				
1. Verónica Celilia Colodro Céspedes	F	Bolívia	Administração	IAESTE
2. Jose Luis Araya Lopez	M	Costa Rica	Física Ambiental	PAEC GCUB/OEA
3. Lúcia Shiguemi Izawa Kawahara	F	Japão	Educação	UNU
4. Diana Carolina Martínez Sánchez	F	Colômbia	Ciências Florestais e Ambientais	CAPES
Ano de entrada: 2013 (4)				
1. Arlene Ramirez Peña	F	República Dominicana	Engenharia de Edificações e Ambiental	PAEC GCUB/OEA
2. Daniel Sneyder Campo Zambrano	M	Colômbia	Agronegócios e Desenvolvimento Regional	PAEC GCUB/OEA
3. Ingrid Lorena Torres Gamez	F	Colômbia	História	PAEC GCUB/OEA
4. Sara Evelin Urrea Quintero	F	Colômbia	Educação	PAEC GCUB/OEA
Ano de entrada: 2014 (12)				
1. Carlos Alexander Muñoz Del Rio	M	Peru	Arquitetura e Urbanismo	PAME/UDUAL
2. Erika Alejandra Caro Giraldo	F	Colômbia	Zootecnia – Bacharelado =	PAME/UDUAL
3. Jhosneth Katherine Solis Cristbal	F	Peru	Engenharia Sanitária e Ambiental	PAME/UDUAL
4. Agustina Villanueva	F	Argentina	Geografia	PAEC GCUB/OEA
5. Alex Zichner Zorz	M	Paraguai	Ciências Florestais e Ambientais	PAEC GCUB/OEA
6. Carolina Fernanda Gartner Restrepo	F	Colômbia	Estudos de Linguagem	PAEC GCUB/OEA
7. Daniela Maria Garcia Cano	F	Colômbia	Estudos de Cultura Contemporânea	PAEC GCUB/OEA
8. Jhonny Andres Agudelo Ruiz	M	Colômbia	Física	PAEC GCUB/OEA
9. Jorge Mario Carmona Vanegas	M	Colômbia	Geografia	PAEC GCUB/OEA

10. Neper Klein Condori Gutierrez	M	Peru	Geociências	PAEC GCUB/OEA
11. Oscar Hernan Saavedra Cruz	M	Colômbia	Estudos de Cultura Contemporânea	PAEC GCUB/OEA
12. William Rómel Chamorro Fuertes	M	Equador	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	PAEC GCUB/OEA
Ano de entrada: 2015 (16)				
1. Katherine Vanessa Millan Montes	F	Colômbia	Comunicação Social	PAME/UDUAL
2. Natalia Eugenia González Ramírez	F	Colômbia	Comunicação Social	PAME/UDUAL
3. Cristina Elena Alvarez Filipich	F	Chile	Estudos de Cultura Contemporânea	PAEC GCUB/OEA
4. Diana Medina Espinoza	F	Costa Rica	Agricultura Tropical	PAEC GCUB/OEA
5. Hamilton Abraham Weimar Castro	M	Nicarágua	Engenharia Agrícola	PAEC GCUB/OEA
6. Heidy Yilibeth Bello Medina	F	Colômbia	Estudos de Cultura Contemporânea	PAEC GCUB/OEA
7. Laura Marcela Serrano Vecino	F	Colômbia	Estudos de Cultura Contemporânea	PAEC GCUB/OEA
8. Marianela Menes Hernandez	F	Guatemala	Ciências da Saúde	PAEC GCUB/OEA
9. Mery Carolina Andrades Marcano	F	Venezuela	Educação	PAEC GCUB/OEA
10. Oscar Estanislao Chavez Amaya	M	Honduras	Agronegócios e Desenvolvimento Regional	PAEC GCUB/OEA
11. Yasmani Esquivel Caballero	M	Peru	História	PAEC GCUB/OEA
12. Yésica Paola Montes Geles	F	Colômbia	Educação	PAEC GCUB/OEA
13. Georgina Louise Maffey	F	Escócia	Aluno especial	CNPq
14. Koen Antonius Johannes Arts	M	Escócia	Biociências	CNPq
15. Arunachalam Karuppusamy	M	Índia	Ciências da Saúde	CAPES
16. Monica Tatiana Gutierrez Ballen	F	Colômbia	Estatística	BRACOL/GCUB
Ano de entrada: 2016 (22)				
1. Haydee Yamileth Torres Gonzalez	F	México	Medicina	IFMSA
2. Abigail Roxana Nina Mamani	F	Bolívia	Enfermagem	PAEC GCUB/OEA
3. Edgardo Fabrício Benitez Cruz	M	Honduras	Política Social	PAEC GCUB/OEA
4. Fabian Gustavo Barreto Roa	M	Colômbia	Ciência Animal	PAEC GCUB/OEA

5.	Florange Licelot Campusano Paula	F	República Dominicana	Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas	PAEC GCUB/OEA
6.	Jenny Alexandra Melo Sánchez	F	Colômbia	Física	PAEC GCUB/OEA
7.	Julian Alberto Faundez Chaura	M	Chile	Física	PAEC GCUB/OEA
8.	Marcelo Miguel Zuñiga Salazar	M	Equador	Geografia	PAEC GCUB/OEA
9.	Maria Isabel Giraldo Vasquez	F	Colômbia	História	PAEC GCUB/OEA
10.	Mariangel Sánchez Alvarado	F	Costa Rica	Política Social	PAEC GCUB/OEA
11.	Martino B. Pierre Louis	M	Haiti	Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas	PAEC GCUB/OEA
12.	Myriam Mercedes Cala Amaya	F	Colômbia	Agronegócios e Desenvolvimento Regional	PAEC GCUB/OEA
13.	Nadya Lizeth Serrano Abarca	F	Equador	Recursos hídricos	PAEC GCUB/OEA
14.	Nathalia Celeste Barrozo Chavez	F	Paraguai	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	PAEC GCUB/OEA
15.	Sebastian Isaias Jorge Munoz Vasquez	M	Chile	Geografia	PAEC GCUB/OEA
16.	Yamila Soledad Abal	F	Argentina	Saúde Coletiva	PAEC GCUB/OEA
17.	Yanina Ines Inturias Almanza	F	Bolívia	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	PAEC GCUB/OEA
18.	Nelson Mário Banga	M	Moçambique	Física Ambiental	PROAFRI GCUB
19.	Fabio Arturo González Alvarado	M	Colômbia	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	CNPq
20.	Joana Pequito Cristóvão	F	Portugal	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	CNPq
21.	Santiago Montoya Molina	M	Colômbia	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	CNPq
22.	Andrés Silva Hernández	M	México	Recursos hídricos	PROPAT GCUB

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 6

Quadro 14: Relação de intercambistas brasileiros Redes/UFMT (2009 a 2016)

Nome	Gênero	País de destino	Curso	Programa/ Rede/Agência
Ano de entrada: 2009 (1)				
1. Nely Tocantins	F	Espanha	Geografia	Fund. Carolina
Ano de entrada: 2010 (10)				
1. Aline dos Santos Rossi	F	Portugal	Letras	PLI
2. Ana Paula Ferreira Campos	F	Portugal	Biologia	PLI
3. Dayanne América Francisca Barbosa Ferraz	F	Portugal	Educação Física	PLI
4. Edson Silva Ferreira	M	Portugal	Física	PLI
5. Fabrício de Sá Hora Santos	M	Portugal	Física	PLI
6. Katiane Spessoto Martinez	F	Portugal	Educação Física	PLI
7. Nyéle de Cássia Silva	F	Portugal	Biologia	PLI
8. Renan Soares de Oliveira	M	Portugal	Química	PLI
9. Vinicius Denardi Boabaid Rovedo	M	Portugal	Matemática	PLI
10. Lucas Ticianel Schrader	M	EUA	Agronomia	CAPES/Fipse
Ano de entrada: 2011 (1)				
1. Emiliano Mendonça Silva	M	Canadá	PPG Geociência	ELAP
Ano de entrada: 2012 (20)				
1. Fernando Augusto Zamperin Penna	M	Uruguai	Ciência da Computação	PMM
2. Leticia Aguiar e Souza	F	Argentina	Ciência da Computação	PMM
3. Brenda de Oliveira Nonato	F	Portugal	Letras	PLI
4. Bruna Fernanda Sato Lopes	F	Portugal	Matemática	PLI
5. Carlos Eduardo dos Santos Barros	M	Portugal	Letras	PLI
6. Edivaldo Yozo Shimokawa	M	Portugal	Matemática	PLI
7. Fernanda Gabriella Pedroso Marques	F	Portugal	Educação Física	PLI
8. Kerley Martins Olmedo	F	Portugal	Educação Física	PLI
9. Lincey Elias Sousa	M	Portugal	Letras	PLI
10. Marina Mantovani Rodrigues de Castro	F	Portugal	Biologia	PLI
11. Naiara Andressa Queiroz	F	Portugal	Biologia	PLI
12. Renato Rodrigues Falcão	M	Portugal	Matemática	PLI
13. Rogério da Silva Matos	M	Portugal	Física	PLI
14. Samara da Rocha Silva	F	Portugal	Química	PLI
15. Thiago Henrique Moreira da Fé	M	Portugal	Física	PLI
16. Vanessa Elias Rezende	F	Portugal	Física	PLI

17.	Dafne Alves Oliveira	F	EUA	Agronomia	CAPES/Fipse
18.	Giovani Fontes	M	EUA	Agronomia	CAPES/Fipse
19.	Pablo Fliki Reveles Pereira	M	EUA	Agronomia	CAPES/Fipse
20.	Paulo Pinto de Oliveira Neto	M	EUA	Agronomia	CAPES/Fipse
Ano de entrada: 2013 (7)					
1.	Agnaldo Fernandes da Silva	M	França	Letras	PLI
2.	Ana Paula Marculino Martins	F	Portugal	Letras	PLI
3.	Ceane Dias Magalhães	F	França	Letras	PLI
4.	Elaine Cristina de Almeida	F	França	Letras	PLI
5.	Nayara dos Santos Costa	F	França	Letras	PLI
6.	Kellen Banhos do Carmo	F	EUA	Agricultura Tropical	CAPES
7.	Solange Pereira da Silva	F	Espanha	Educação	CAPES
Ano de entrada: 2014 (4)					
1.	Gabriella Lima de Assis	F	Holanda	História	CAPES
2.	Isanete Geraldina Costa	F	Canadá	Ciências da Saúde	CAPES
3.	Márcia Helena de Moraes Souza	F	Portugal	Letras	CAPES
4.	Rozilene de Morais Sousa	F	Portugal	Educação	CAPES
Ano de entrada: 2015 (2)					
1.	Maisa Pavani dos Santos	F	Inglaterra	Ciências da Saúde	CNPq
2.	Uanderson Veríssimo de Luna	M	Canadá	Ciência Animal	CNPq
Ano de entrada: 2016 (1)					
1.	Bianca Cristina Souza Moraes	F	Argentina	Economia	PAME UDUAL

Fonte: Elaborado pela autora (UFMT, 2022).

Anexo 7

Quadro 15: Relação de intercambistas brasileiros Santander Universidades/UFMT (2011 a 2016)

Nome	Gênero	País de destino	Curso	Programa
Ano de saída: 2007 (1)				
1. Carlos Vinicius de Mello Bonfim	M	Portugal	Química	Santander/ Luso-Americanas
Ano de saída: 2011 (5)				
1. Alex Sullivan Fonseca Mazetto	M	Portugal	Comunicação Social	Santander/Luso-Americanas
2. Ana Carolina Barros Silva	F	Portugal	Psicologia	Santander/Formula Santander
3. Ana Luisa Melo Ferreira	F	México	Comunicação Social	Santander/Formula Santander
4. Natália Salomé de Souza	F	Portugal	Letras	Santander/Formula Santander
5. Sabrina Aglae Sonai	F	México	Letras	Santander/Formula Santander
Ano de saída: 2012 (4)				
1. Adson Rodrigues Alves	M	Portugal	Licenciatura em Informática	Santander/Luso-Americanas
2. Gésseca Ronfim	F	Portugal	Comunicação Social	Santander/Luso-Americanas
3. Janaine Silvestre de Paula	F	Portugal	Psicologia	Santander/Luso-Americanas
4. Sirlene Guimaraes Ribeiro	F	Portugal	Psicologia	Santander/Luso-Americanas
Ano de saída: 2013 (5)				
1. Aline Silva Mazzante	F	Chile	Arquitetura e Urbanismo	Santander/Ibero-Americanas
2. Flôr Costa Queiroz de Medeiro	F	Portugal	Comunicação Social	Santander/ Luso-Americanas
3. Gaia de Souza Araujo Menezes	F	Portugal	Direito	Santander/Luso-Americanas
4. Thiêgo Maia de Menezes	M	Portugal	Medicina	Santander/Luso-Americanas
5. Thomaz Willian de Figueiredo Xavier	M	Portugal	Geografia	Santander/Luso-Americanas
Ano de saída: 2014 (14)				
1. Andre Luiz Manfrinate e Silva	M	Portugal	Direito	Santander/Luso-Americanas
2. Camila Bonnemassou Moreira de Castilho Cortese	F	Espanha	Arquitetura e Urbanismo	Santander/Ibero-Americanas
3. Camila Rodrigues Francisco	F	Chile	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas
4. Carolina da Silva Costa	F	Portugal	Comunicação Social	Santander/Formula Santander

5. Cássia Verônica Borges da Silva	M	Portugal	Arquitetura e Urbanismo	Santander/Luso-Americanas
6. Dari Douglas Correa Vargas	M	Chile	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas
7. Desirêe Francielle Galvão	F	Portugal	Comunicação Social	Santander Ibero-Americanas
8. Elimara de Souza Pereira	F	Espanha	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas
9. Luana Pontes Feltrin Dymnych	F	Portugal	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas
10. Mariza Tupan Guimarães	F	Portugal	Enfermagem	Santander/Luso-Americanas
11. Radharani Tarumim Souza Kuhn	F	Portugal	Comunicação Social	Santander/Luso-Americanas
12. Romário Augusto Morais Santos de Souza	M	Chile	Direito	Santander/Formula Santander
13. Talita Caroline Soares Magalhães	F	Portugal	Administração	Santander/Luso-Americanas
14. Tony Damaceno Martins	M	Colômbia	Comunicação Social	Santander/Formula Santander
Ano de saída: 2015 (6)				
1. Amanda Pereira Simeone	F	Espanha	Comunicação Social	Santander/Ibero-Americanas
2. Jean Carlos Lipreri da Silva	M	Espanha	Enfermagem	Santander/Formula Santander
3. Ada Cristina Ferreira	F	Colômbia	Filosofia	Santander/Ibero-Americanas
4. Emilia Chuina Tomazeli	F	Espanha	Enfermagem	Santander/Ibero-Americanas
5. Vithoria Cristina Budzieak de Campos Duarte	F	Espanha	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas
6. Marcelle Lima Assunção	F	México	Nutrição	Santander/Ibero-Americanas
Ano de saída: 2016 (4)				
1. Louise de Barros Ibarra Papa	F	Portugal	Direito	Santander/Formula Santander
2. Mariana Dias Lisboa	F	Portugal	Direito	Santander/Formula Santander
3. Rafaella Vila Moraes	F	Espanha	Enfermagem	Santander/Ibero-Americanas
4. Thays Nogueira da Silva	F	Portugal	Psicologia	Santander/Ibero-Americanas

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 8

Quadro 16: Relação de intercambistas brasileiros CsF/UFMT (2012 a 2016)

Nome	Gênero	País de destino	Curso
Ano de saída: 2012 (57)			
1. Adriana da Silva Bavaresco	F	Canadá	Engenharia Sanitária e Ambiental
2. Adriana Mastrangelli da Silva	F	Austrália	Medicina Veterinária
3. Affonso Ciekalski Soares	M	França	Arquitetura e Urbanismo
4. Alan César da Silva Rosa Jr.	M	EUA	Engenharia Civil
5. Alexandre Cervi Reis da Silva	M	Portugal	Comunicação Social
6. Ana Carla de Matos	F	Espanha	Ciência e Tecnologia de Alimentos
7. Ana Flávia Silva Pizzolio	F	EUA	Comunicação Social
8. Anderson Ramos Martins	M	Canadá	Biom2016medicina
9. Antonio Carlos Curriel Manzoli	M	Portugal	Engenharia Elétrica
10. Artur Cezar Bosco	M	EUA	Química
11. Camila Silva Vieira	F	EUA	Engenharia Elétrica
12. Carlos Roberto Porto Dechandt	M	Espanha	Química
13. Caroline Bedin	F	Holanda	Arquitetura e Urbanismo
14. Caroline Bonatto Celant Holland	F	EUA	Enfermagem
15. Caroline Holland	F	EUA	Enfermagem
16. David Jose Ferreira da Silva	M	Portugal	Medicina Veterinária
17. Dayanne Araujo Valadão	F	Suécia	Química
18. Dennis Junio Esteves Vieira	M	Espanha	Engenharia Florestal
19. Douglas Peron Pereira	M	Espanha	Engenharia Civil
20. Felipe Cacite	M	EUA	Zootecnia
21. Felipe Costa	M	Austrália	Medicina Veterinária
22. Fernando Ramon da Cruz	M	Canadá	Ciência da Computação
23. Isabela Alves Mercuri	F	Canadá	Comunicação Social
24. Izabeau Pontes Borges	F	Espanha	Química
25. Jessica Vargas Okajima	F	EUA	Engenharia Civil
26. Jessika Satiko Hirata	F	Portugal	Engenharia Civil
27. Jhenifer Stefani Castilho de Araujo Fernandes	F	Holanda	Engenharia Sanitária e Ambiental
28. Jonathan Inacio da Veiga Walendorf	M	Portugal	Engenharia Elétrica
29. Juliana Kelvin da Cruz Salgado	F	Espanha	Química
30. Kheytyany Hellen da Silva Lopes	F	Suécia	Química
31. Larissa Marques Rodrigues e Melo	F	Portugal	Engenharia Elétrica
32. Laura Ribeiro Albano da Silva	F	Holanda	Arquitetura e Urbanismo
33. Leonardo Affonson Ramos	M	Escócia	Engenharia Elétrica
34. Lucas Krolow	M	Alemanha	Arquitetura e Urbanismo
35. Lucas Pinto e Silva	M	Canadá	Ciência da Computação
36. Luiz Ricardo Coimbra de Almeida	M	Coréia do Sul	Engenharia Mecânica
37. Marcelo Salvatte Pinheiro	M	EUA	Biomedicina
38. Marco Tulio Ramalho Zoratti	M	Austrália	Medicina
39. Maria Carolina Sanches de Arruda	F	Holanda	Comunicação Social
40. Maria Eduarda Maldaner	F	EUA	Biologia
41. Mauricio José dos Reis	M	Portugal	Geologia
42. Mikaelly Dallósto Parisi	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo

43. Mirelle Barbosa Rocha	F	Austrália	Medicina
44. Monique Wesz Vogado	F	EUA	Engenharia Civil
45. Natalia de Melo Barben	F	Portugal	Geologia
46. Olivio Ferreira Neto	M	Austrália	Engenharia Mecânica
47. Pamella Moraes Franco	F	Espanha	Zootecnia
48. Phillipe Marcell Moreira Ramalho	M	EUA	Ciência da Computação
49. Polyana Patricia Gonçalves Costa	F	Portugal	Engenharia Civil
50. Rapher Donizete Moreira Santos	M	Suécia	Química
51. Ricardo Gadótti Bedin	M	Canadá	Ciências da Computação
52. Tafs Renostro Heinen	F	Portugal	Arquitetura e Urbanismo
53. Thaís Fernanda Bueno da Silva	F	Portugal	Sistemas de Informação
54. Tito José Rodrigues Balabuch	M	Portugal	Engenharia Civil
55. Vanessa Dela Justina	F	Portugal	Farmácia
56. Victor Capato Ianes Nogueira	M	EUA	Comunicação Social
57. Vinicius Raniero Angelo	M	Espanha	Estatística
Ano de saída: 2013 (94)			
1. Alan Vitor Pinheiro Alves	M	EUA	Engenharia Sanitária e Ambiental
2. Alexsander Reis da Silva	M	Inglaterra	Engenharia Civil
3. Aline Maria Viar Zagonel	F	Canadá	Medicina
4. Alisson da Mota Santos	M	EUA	Medicina Veterinária
5. Amy Borges Moreira	F	EUA	Medicina Veterinária
6. Ana Vittori Frigeri	F	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
7. Analia Araujo Macedo	F	Austrália	Engenharia Sanitária e Ambiental
8. Andre Barreto de Sena	M	Canadá	Geografia
9. Andrey Allef Oliveira Andrade	M	EUA	Engenharia Civil
10. Angela Ruana Araujo Peres	F	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
11. Antonio Lavinda Alves Silva	M	Irlanda	Medicina
12. Antonio Miguel Curriel Manzoli	M	Itália	Engenharia Elétrica
13. Brunna Meira Pinheiro	F	Inglaterra	Engenharia Civil
14. Cadmiel Jose Fagundes dos Santos	M	EUA	Medicina
15. Camila Reisdorfer Lima de Andrade	F	Itália	Arquitetura e Urbanismo
16. Camila Sgarioni Ozelame	F	EUA	Estatística
17. Carla Julia da Silva Pessoa Vieira	F	Austrália	Farmácia
18. Carlos Domic Blau	M	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
19. Cristiane Dias de Novaes	F	Austrália	Geologia
20. Dalva Patti Mafort	F	EUA	Geologia
21. Daniel Pretto Freitas	M	Austrália	Agronomia
22. Déborah Dalha Peres Borralho Dias	F	Hungria	Arquitetura e Urbanismo
23. Edson Jose de Castro Junior	M	EUA	Agronomia
24. Elizangela Maria Ottonelli	F	Itália	Arquitetura e Urbanismo
25. Emilio Smiljanic Neto Junior	M	Itália	Medicina
26. Ermete Cauduro Bianchi	M	Itália	Engenharia Elétrica
27. Fabio Sinai Guimarães Silva	M	França	Arquitetura e Urbanismo
28. Fabricio Sanches Lecornec Dias	M	Espanha	Medicina
29. Gabriela Vido	F	Alemanha	Arquitetura e Urbanismo
30. Gustavo Ferreira de Carvalho	M	Austrália	Engenharia Civil
31. Gustavo Vieira Cortez	M	EUA	Engenharia Mecânica
32. Haig Garabed Cesar Terzian	M	Austrália	Estatística
33. Heitor Jose Bento	M	Itália	Medicina Veterinária
34. Iago de Moura Faria	M	Hungria	Engenharia Elétrica
35. Ianae Pivetta Ferreira	F	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
36. Igor Duarte Andrade Moreira	M	EUA	Engenharia Florestal
37. Ivonei Polo	M	EUA	Engenharia Mecânica

38. Jackson Damiao Magalhaes	M	EUA	Arquitetura e Urbanismo
39. Janaina Rigotti Kubiszeski	F	EUA	Farmácia
40. Jessica Borges Pires	F	Canadá	Medicina
41. Jessica Elaine Preza Fontes	F	Austrália	Medicina Veterinária
42. Jonathan Bernardino Saramago	M	EUA	Agronomia
43. Jonathan Tomaz Ortiz	M	Escócia	Medicina
44. Juliane Erika Cavalcante Bender	F	Austrália	Engenharia Civil
45. Kaira Cristina de Macêdo	M	EUA	Engenharia Civil
46. Kamila Gomes Fernandes	F	Austrália	Geologia
47. Kamillo Antonio Nunes Robello Lima	M	Inglaterra	Biologia
48. Karyn Gisele de Souza	F	EUA	Farmácia
49. Laís Borges Rizental	F	Irlanda	Engenharia Civil
50. Lais Ormelez de Almeida	F	Austrália	Engenharia Mecânica
51. Larissa Costa de Almeida	F	EUA	Farmácia
52. Leandro Félix Domingos	M	Itália	Zootecnia
53. Lucas Monteiro Bianchi	M	EUA	Estatística
54. Luis Tadao Hayakawa Ito	M	Hungria	Arquitetura e Urbanismo
55. Luiza Timo Manfio	F	Austrália	Engenharia Sanitária e Ambiental
56. Mara Lemos Coimbra Fernandes	F	EUA	Medicina
57. Marcelo Minoru Yamasaki	M	Hungria	Química
58. Mariana Yoshie Hondo	F	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
59. Mariane de Freitas Genari Severino	F	EUA	Zootecnia
60. Mateus de Assis Bianchini	M	EUA	Medicina Veterinária
61. Matheus Guedes Novaes	M	Inglaterra	Medicina
62. Melissa Debesa Belizário Granjeiro	F	Austrália	Medicina Veterinária
63. Michelangelo Bauewlz Gonzatti	M	EUA	Biomedicina
64. Mônica Janine Gomes de Souza	F	EUA	Medicina
65. Naomi Stephanie Carruesco	F	EUA	Engenharia Agrícola e Ambiental
66. Natália de Castro Carvalho	F	Escócia	Medicina
67. Natália Martinello Moreira	F	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
68. Natália Thaís Mallezan	F	Hungria	Arquitetura e Urbanismo
69. Paula Silva Rubio	F	EUA	Medicina
70. Paulo Henrique Andreani Araujo	M	Hungria	Engenharia Mecânica
71. Paulo Sergio da Silva Junior	M	Inglaterra	Sistemas de Informação
72. Pedro Henrique Perez Caldana	M	EUA	Geologia
73. Pedro Lucas de Oliveira Lima	M	Itália	Engenharia Elétrica
74. Pedro Teodoro Neto	M	Holanda	Arquitetura e Urbanismo
75. Pricila Castilho Gustmann	F	EUA	Farmácia
76. Priscilla Amanda Urbano da Cruz	F	EUA	Farmácia
77. Querem Lopes Araujo	F	EUA	Biomedicina
78. Rafael Abe	M	Austrália	Medicina
79. Rafael Benine Salicio	M	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
80. Rafael Gilberto Vicari	M	Canadá	Química
81. Rafael Loverde Oliveira	M	EUA	Engenharia Agrícola e Ambiental
82. Raisa Amorim Borges	F	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
83. Ricardo Costa Silva	M	EUA	Agronomia
84. Roney da Cruz Barbosa	M	Irlanda	Engenharia Agrícola e Ambiental
85. Sidnei Polo	M	EUA	Ciência da Computação
86. Stela Veiga Vilena Silva	F	Alemanha	Enfermagem
87. Susanna Tragni	F	EUA	Comunicação Social
88. Thais de Mello Toledo	F	Inglaterra	Medicina Veterinária
89. Victor Rodrigues Ribeiro	M	EUA	Geologia

90. Vinicius Capriata	M	Canadá	Engenharia Elétrica
91. Vinicius Vieira Moura	M	China	Engenharia Civil
92. Vítor Ferronato de Lira	M	Hungria	Arquitetura e Urbanismo
93. Vitor Oliveira Ruiz Lima	M	Canadá	Engenharia Civil
94. Wesley Gomes de Assis	M	Canadá	Química
Ano de saída: 2014 (103)			
1. Alexandre Henrique Barreto Conceição	M	EUA	Engenharia Civil
2. Aline Garcia Fedoce	F	EUA	Farmácia
3. Aline Nayra da Silva	F	EUA	Geologia
4. Amanda Atsumy Funakawa Otsubo	F	EUA	Medicina Veterinária
5. Ana Eliza Gonçalves Ribeiro	F	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
6. Ana Marina Signorini	F	Itália	Arquitetura e Urbanismo
7. Andre Afonso Micheias Lino	M	Japão	Engenharia Elétrica
8. André Vinicius de Andrade Ramos	M	Irlanda	Medicina
9. Ariela Zanoni Conejo	F	Irlanda	Engenharia Elétrica
10. Arlan Alves Lourenço	M	EUA	Agronomia
11. Awdrey Yasmim Braga Alfaro	F	EUA	Geologia
12. Bárbara Morais Giancesini	F	Canadá	Engenharia Elétrica
13. Bernardo Duarte Nadaf	M	Irlanda	Engenharia Elétrica
14. Bianca Mastelaro Pompeu de Barros	F	Hungria	Arquitetura e Urbanismo
15. Bianca Tiemi Morais Matsui	F	EUA	Estatística
16. Bruno Rinschede Benevides	M	EUA	Engenharia Civil
17. Camila Dominic Blau	F	EUA	Estatística
18. Carla Coblinski Tavares	F	Hungria	Geologia
19. Carlos Eduardo Peron de Castro	M	EUA	Engenharia Mecânica
20. Daniel Ramos	M	EUA	Geologia
21. Daniela Neves Rodrigues	F	Canadá	Química
22. Danilo Avancini Rodrigues	M	Noruega	Engenharia Florestal
23. Danilo Remiro Ganzert	M	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
24. David Lucas dos Santos Abreu	M	EUA	Engenharia Elétrica
25. Elana Angélica Costa Gomes	F	EUA	Engenharia Civil
26. Elizabeth Othon de Souza	F	Escócia	Arquitetura e Urbanismo
27. Felipe Gustavo Capovilla dos Santos	M	Itália	Arquitetura e Urbanismo
28. Felipe Meciano	M	Hungria	Engenharia Elétrica
29. Fernanda de Cassia Fabricio Carretoni	F	EUA	Zootecnia
30. Fernanda dos Passos Miranda	F	Irlanda	Engenharia Civil
31. Fernando Petrovics Junior	M	Hungria	Engenharia Civil
32. Filipe Filipovitz Vollmer	M	EUA	Química
33. Flávia Mitsuka Imada	F	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
34. Flavio Rafael Cogo Ramos	M	Hungria	Geologia
35. Gabriel José Miranda Alves Marinho	M	Canadá	Engenharia Elétrica
36. Gabriela Hernandez Villani	F	EUA	Geologia
37. Gabriella Guimarães Nogueira	F	EUA	Medicina Veterinária
38. Guilherme Benites Fernandez	M	EUA	Engenharia Agrícola e Ambiental
39. Gustavo Fernando Morari Bários	M	EUA	Geologia
40. Hálleph Antonio Campos Mariano	M	EUA	Geologia
41. Hermes Vinicius Pedrini Pereira	M	EUA	Medicina
42. Hugo César Oliveira Pelluzi	M	Hungria	Engenharia Civil
43. Ianna Ferreira de Lima	F	EUA	Geologia
44. Iris Altafin Santos	F	Irlanda	Medicina Veterinária
45. Isabelle Frisch Bambirra	F	EUA	Engenharia Civil

46. Janaina Camila Zeni Lunelli	F	Irlanda	Engenharia Civil
47. Jefferson Mariano Sandrin	M	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
48. João Alves de Oliveira Neto	M	EUA	Engenharia Civil
49. João Luiz dos Santos Neto	M	EUA	Geologia
50. João Victor Alves Dueti	M	EUA	Engenharia Civil
51. Jonas Victor de Macêdo	M	EUA	Agronomia
52. José Renato Padilha Pires	M	EUA	Engenharia Mecânica
53. Juliane Gonçalves Lopes	F	Canadá	Engenharia Mecânica
54. Kadinne Strobel de Souza	F	EUA	Arquitetura e Urbanismo
55. Kaio Vinícius Vilerá	M	Canadá	Engenharia Elétrica
56. Laís Mutim Rodrigues	F	EUA	Engenharia Mecânica
57. Lauren Tais Antonow	F	EUA	Farmácia
58. Leticia Campos Costa	F	EUA	Nutrição
59. Leonardo Jorge Gomes	M	Irlanda	Engenharia Civil
60. Leonardo Marrone Pereira	M	EUA	Medicina
61. Leticia Campos Clemente	F	EUA	Medicina
62. Letícia Muniz da Costa Cardoso	F	EUA	Geologia
63. Lorena Martins Figueiredo	F	Irlanda	Engenharia Civil
64. Lorena Souza Rodrigues da Cunha	F	EUA	Medicina
65. Lucas de Souza Monteiro	M	EUA	Engenharia Mecânica
66. Lucas Nantet Guedes	M	China	Engenharia Civil
67. Lucas Rocha Silva	M	EUA	Engenharia Civil
68. Luis Paulo Morais Lima	M	Coreia do Sul	Engenharia Mecânica
69. Mailson Pereira de Jesus	M	Hungria	Engenharia Elétrica
70. Manoel Alexandre de Oliveira	M	EUA	Engenharia Elétrica
71. Mariana Marcondes Schulze	F	EUA	Engenharia Civil
72. Marília Leite Agostinho	F	Hungria	Engenharia Civil
73. Mario Almeida de Oliveira Filho	M	EUA	Engenharia Civil
74. Marvim Francis Mota Alves	M	EUA	Geologia
75. Mateus Moura Agostta	M	EUA	Geologia
76. Matheus Henrique Porcu	M	EUA	Medicina
77. Mauri Lopes Ferreira Junior	M	EUA	Geologia
78. Natália Amorim Magalhães	F	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
79. Pâmella Cristie Gimenes Falsoni	F	EUA	Medicina Veterinária
80. Paulo de Tarso Berne Junior	M	Hungria	Engenharia Civil
81. Paulo Vitor Velloso Marques	M	Irlanda	Engenharia Mecânica
82. Pedro Celant Marcon	M	EUA	Engenharia Mecânica
83. Pedro Henrique Meireles Vieira	M	Inglaterra	Medicina
84. Regina Tose Kemper	F	EUA	Medicina Veterinária
85. Ricardo Atakiama	M	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
86. Rodolfo Valadares Dias Fuzinato	M	Hungria	Engenharia Civil
87. Rodrigo Alves	M	EUA	Engenharia Civil
88. Romulo Soares Gomes de Oliveira	M	Alemanha	Engenharia Florestal
89. Ronivaldo Pereira Moreira	M	EUA	Engenharia Civil
90. Rubens Coutinho Toledo	M	Irlanda	Engenharia Mecânica
91. Scheila Geiele Kamchen	F	Espanha	Medicina Veterinária
92. Sindy Loren Comby	F	EUA	Zootecnia
93. Talita de Oliveira	F	Espanha	Arquitetura e Urbanismo
94. Tânia Vieira de Paula	F	EUA	Agronomia
95. Taynara Barreto Macedo	F	Inglaterra	Arquitetura e Urbanismo
96. Thais Cristhine Siva Tavares	F	Irlanda	Arquitetura e Urbanismo
97. Tiago Nunes Mattei	M	EUA	Agronomia
98. Valmir Rodrigues de Andrade Neto	M	EUA	Engenharia Florestal
99. Vanessa Knebel	F	Hungria	Engenharia Mecânica
100. Victor Adona Reis Pereira	M	Escócia	Engenharia Civil

101. Vinícius Silva Mourão	M	Irlanda	Engenharia Mecânica
102. Vítor Lopes	M	EUA	Agronomia
103. Wembley Rodrigues Vilela	M	EUA	Farmácia
Ano de saída: 2015 (35)			
1. Camila Sanick Leal	F	EUA	Engenharia Florestal
2. Cauê Moreno Kersul de Castro Carvalho	M	França	Física
3. Cristhian de Melo Ferreira	M	EUA	Ciência da Computação
4. Diego Bulhões Silva	M	Espanha	Arquitetura e Urbanismo
5. Eduardo Basso Carlin	F	Austrália	Engenharia Sanitária e Ambiental
6. Emanuely Veronica Soares Leôncio	F	Austrália	Engenharia Sanitária e Ambiental
7. Etiane Oliveira Ponciano de Carvalho	F	EUA	Engenharia Elétrica
8. Fábio Ricardo Araújo da Silva	M	EUA	Ciência da Computação
9. Felipe Andrade de Alencar Cavalcante	M	EUA	Engenharia Elétrica
10. Felipe de Mattos Golineli Marini	M	Bélgica	Engenharia Elétrica
11. Frederico César Dias Martins	M	EUA	Geologia
12. Hélen Cristina Oliveira dos Reis	F	Holanda	Engenharia Sanitária e Ambiental
13. Joseanne Pereira Leite dos Reis	F	EUA	Engenharia Elétrica
14. Julia Ruvieri de Amorim	F	Espanha	Arquitetura e Urbanismo
15. Kalliu Cirilo Mohammad	M	EUA	Engenharia Mecânica
16. Laura Volpi Moreira	F	EUA	Engenharia Civil
17. Leonardo Caberlin Araujo	M	EUA	Engenharia Civil
18. Letícia Vieira Viração	F	EUA	Agronomia
19. Lucas Barros da Rosa	M	EUA	Engenharia Florestal
20. Lucas Girardo Bonetti	M	Espanha	Engenharia Elétrica
21. Mattyws Ferreira Grawe	M	EUA	Ciência da Computação
22. Nicolas Vieira Moura	M	Austrália	Engenharia Elétrica
23. Nyvitaly Lyons Fraga	F	EUA	Engenharia Mecânica
24. Phellippe Lorrann Pinheiro Lima	M	Hungria	Ciência da Computação
25. Raphael Ferreira de Toledo	M	Austrália	Engenharia Civil
26. Raphael Pinto Brandão	M	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
27. Renan Aguenta Arakaki	M	Canadá	Medicina
28. Rodolfo José Gomes Campêlo Prado	M	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
29. Stefany Hoffmann Martins Jorge	F	Austrália	Arquitetura e Urbanismo
30. Thalita dos Anjos Pacheco	F	Canadá	Medicina
31. Victor Arcipretti Ribeiro Boel	M	EUA	Engenharia Civil
32. Victor Augusto Zanata	M	EUA	Engenharia Mecânica
33. Vinícius de Figueiredo Marques	M	EUA	Ciência da Computação
34. Vírtor Lopes	M	EUA	Agronomia
35. Yasmine Ibrahim Ali Martins	F	Austrália	Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Anexo 9

Quadro 17: Relação de intercambistas sem programa e/ou país/UFMT (1972 a 2016)

Nome	Gênero	Nível	Curso	País
Ano de entrada: 1972 (6)				
1. Tomas Sandor Grunwald	M	G	Economia	Hungria
2. George Nassib Gattas	M	G	Engenharia	Líbano
3. Assad Gattas	M	G	Direito	Líbano
4. Marco Paulo Picone	M	G	Economia	Itália
5. Ingrid Marion Hermann	F	G	Engenharia	Java
6. Keve Zabogany de Szonyr de Silimon	M	G	História Natural	França
Ano de entrada: 2005 (2)				
1. Daniel Froes Batata	M	G	Direito	Sem informação
2. Rafael Dorileo Negretti	M	G	Engenharia Civil	Sem informação
Ano de entrada: 2006 (2)				
1. Fabiana Guerreiro Furlan	F	G	Administração	Sem informação
2. Gabriela Balaroti Laurindo	F	G	Biologia	Sem informação
Ano de entrada: 2007 (6)				
1. Daniel Kumazawa Morais	M	G	Biologia	Sem informação
2. Fabio Alexandre Leal dos Santos	M	G	Biologia	Sem informação
3. Luna Borges Venarusso	F	G	Química	Sem informação
4. Sumaya Ferreira Guedes	F	G	Química	Sem informação
5. Thiago Borges Semedo Fernandes	M	G	Biologia	Sem informação
6. Victor Santiago Petroni	M	G	Engenharia Civil	Sem informação
Ano de entrada: 2011 (1)				
1. Neraida Brigitte Zurita Pierola	F	AE	Aluno especial	Sem informação
Ano de entrada: 2012 (1)				
1. Carlos Enrique Israilev	M	AE	Aluno especial	Sem informação
Ano de entrada: 2013 (4)				
1. Marinez Bachmann/Michael	M	PV	Física Ambiental	Sem informação
2. Maurício Rodriguez Maneiro	M	AE	Aluno especial	Sem informação
3. Thiago Eduardo Sola Lopez	M	AE	Aluno especial	Sem informação
4. Thiago Eduardo Solla Lopez	M	M	Geografia	Sem informação
Ano de entrada: 2014 (1)				
1. Ana Carla Stieven	F	D	Agricultura Tropical	Sem informação
Ano de entrada: 2015 (6)				
1. Abayomi Mayowa Ajayi	M	D	Ciências da Saúde	Sem informação
2. Fátima Carolina Recalde Ruiz	F	AE	Aluno especial	Sem informação

3.	Lídia Djú	F	AE	Aluno especial	Sem informação
4.	Marki Lyons	F	AE	Aluno especial	Sem informação
5.	Oreste Preti	M	AE	Aluno especial	Sem informação
6.	Fábio Mariani	M	D	Educação	Sem informação
Ano de entrada: 2016 (2)					
1.	Danise Civil	F	AE	Aluno Especial	Sem informação
2.	Pablo Santamaria Alzate	M	AE	Aluno especial	Sem informação

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Anexo 10

Roteiro de entrevistas

1. Dados de identificação:

- 1.1 Nome completo:
- 1.2 Nome fictício:
- 1.3 Data de nascimento:
- 1.4 Local de nascimento:
- 1.5 Gênero:
- 1.6 Local onde vive hoje:
- 1.7 Local de realização da entrevista:
- 1.8 Data de realização da entrevista:
- 1.9 Como foi sua infância? E o período de adolescência? E a vida familiar?

2. Formação:

- 2.1 Qual é o motivo da sua escolha para exercer a carreira de servidor da educação na UFMT?
- 2.2 Quando iniciou a atividade profissional na UFMT?
- 2.3 Caso já esteja aposentado, quando encerrou a atividade profissional na UFMT?
- 2.4 Qual foi/tem sido o seu percurso escolar?
- 2.5 Qual foi/tem sido seu percurso profissional?
- 2.6 Qual é o seu sentimento em relação à UFMT?

3. Internacionalização de Educação Superior:

- 3.1 O que você entende por internacionalização da educação superior?
- 3.2 Você acredita que a UFMT é uma universidade internacionalizada?
- 3.3 Ao considerar que existem diferentes atividades de internacionalização de uma universidade nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, a exemplificar: intercâmbios internacionais entre comunidades acadêmicas de diferentes países, projetos de pesquisa conjunto com instituições estrangeiras, ações de extensão em cooperação internacional etc., você acredita que a UFMT nasceu internacionalizada ou foi se internacionalizando aos poucos? Por quê?
- 3.4 Você pode me falar se a UFMT se inspira ou se inspirou em modelos de outros países para conceber a sua política e/ou suas ações de internacionalização? Justifique.

3.5 Você tem conhecimento de algum documento, relatório, projeto e/ou programa relacionado a ações de internacionalização da UFMT? Qual? Em que período? Qual setor geriu? Quais foram os resultados alcançados? Sabe onde está arquivado?

3.6 Você tem conhecimento se existiu um setor específico ou cargo responsável pelas Relações Internacionais da UFMT? Desde que época/ano? Quem era o gestor? Quais foram as principais atividades desenvolvidas?

4. Participação das mulheres na UFMT

4.1 O que você pensa sobre a participação das mulheres na UFMT? Acredita que haja equidade entre os gêneros masculino e feminino nos direitos e deveres da comunidade acadêmica? Se sim, desde quando?

4.2 Você tem conhecimento de algum programa/projeto ou ação da UFMT que buscou a equidade de gênero?

4.3 Se sim, conte-nos mais sobre o assunto. Qual era? Como eram os critérios? Qual setor geriu? Quais foram os resultados alcançados? Onde está registrado/arquivado?

4.4 Ao longo do período de 1970 a 2016, a UFMT possuiu três reitoras na gestão. Diga-nos quais foram, sob sua análise, as principais características da gestão delas em relação à equidade de gênero da comunidade acadêmica?

4.5 Você tem conhecimento de algum documento ou ação institucional que faça a correlação da internacionalização da UFMT e a equidade de gênero?

4.6 Se sim, conte-nos mais sobre o assunto. Qual era? Como eram os critérios? Qual setor geriu? Quais foram os resultados alcançados? Sabe onde está registrado/arquivado?

4.7 O que pensa sobre a presença das mulheres na trajetória de internacionalização da UFMT?

4.8 Há algo mais que gostaria de compartilhar em relação à temática que não tenha sido citado durante a entrevista?